

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO**

**ÂNGELA CAMANA**

**DISCURSOS SOBRE A REVOLUÇÃO BIOTECNOLÓGICA:  
SENTIDO E MEMÓRIA EM TEXTOS DA *GLOBO RURAL***

PORTO ALEGRE  
2015

**ÂNGELA CAMANA**

**DISCURSOS SOBRE A REVOLUÇÃO BIOTECNOLÓGICA:  
SENTIDO E MEMÓRIA EM TEXTOS DA *GLOBO RURAL***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Comunicação e Informação.

Orientadora: Profa. Dra. Ilza Maria Tourinho Girardi

PORTO ALEGRE  
2015

CIP - Catalogação na Publicação

Camana, Ângela  
DISCURSOS SOBRE A REVOLUÇÃO BIOTECNOLÓGICA:  
SENTIDO E MEMÓRIA EM TEXTOS DA GLOBO RURAL / Ângela  
Camana. -- 2015.  
169 f.

Orientador: Ilza Maria Tourinho Girardi.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do  
Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e  
Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Comunicação e  
Informação, Porto Alegre, BR-RS, 2015.

1. Jornalismo Ambiental. 2. Discurso. 3.  
Patentes. 4. Globo Rural. I. Girardi, Ilza Maria  
Tourinho, orient. II. Título.

**ÂNGELA CAMANA**

**DISCURSOS SOBRE A REVOLUÇÃO BIOTECNOLÓGICA:  
SENTIDO E MEMÓRIA EM TEXTOS DA *GLOBO RURAL***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Comunicação e Informação.

Orientadora: Profa. Dra. Ilza Maria Tourinho Girardi

Aprovada em: 9 de abril de 2015.

**BANCA EXAMINADORA:**

---

Prof. Dr. Valdir José Morigi  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

---

Prof. Dr. Guilherme Francisco Waterloo Radomsky  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

---

Profa. Dra. Beatriz Corrêa Pires Dornelles  
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

---

Profa. Dra. Cassilda Golin Costa (suplente)  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

*À minha mãe, uma fortaleza.*

## AGRADECIMENTOS

Nestes últimos dois anos, um conjunto especial de pessoas esteve sempre presente, de perto ou de longe, acompanhando e incentivando o desenvolver deste trabalho.

Devo agradecer à CAPES, que financiou o desenvolvimento desta pesquisa; e à UFRGS, sempre presente em minha trajetória, por acolher meus interesses e proporcionar mais esta oportunidade. Aos funcionários que movem esta Universidade, também direciono agradecimentos.

Dirijo um agradecimento especial à professora e amiga Ilza Girardi, que me norteia não apenas neste trabalho, mas gentilmente oferece orientação em tantas outras ocasiões e questões da vida cotidiana. Nesses anos de convivência, tive a alegria de tê-la como um exemplo de pessoa íntegra e generosa, uma professora dedicada e uma amiga atenta. Este trabalho não seria o mesmo sem suas observações oportunas. Obrigada por mais esta chance, pela confiança e por sempre me incentivar.

No período em que estive cursando o Mestrado, tive a sorte de encontrar, ainda no primeiro ano, colegas que tornaram este percurso ainda mais especial. Não posso deixar de mencionar Arsenio, Débora e Roberto – amigos que dividiram comigo suas inquietações e escutaram minhas incertezas: juntos conseguimos ponderar e acreditar no Jornalismo Ambiental; e Juliana – companhia de cafés repletos de debates produtivos. No segundo ano, tive o prazer de reencontrar Sarah e Eutalita – colegas sempre presentes. Alguns professores participaram de maneira muito importante na construção deste trabalho, seja indicando referência, debatendo o projeto ou apontando horizontes de pesquisa até então desconhecidos. Assim, preciso mencionar: Virginia Fonseca, Nísia Martins do Rosário, Rosa Nívea Pedroso, Maria Berenice Machado, Solange Mittmann e Jalcione Almeida.

Agradeço também aos professores presentes em minha banca de qualificação, professora Christa Berger e professor Guilherme Radomsky, pela leitura atenta e redirecionamentos importantes.

Ao Grupo de Pesquisa em Jornalismo Ambiental, meu muito obrigada pelos anos de diálogo e pelo espaço acolhedor. Que sigamos compartilhando ideais de um mundo mais justo e uma prática jornalística engajada com as pessoas e com o planeta.

Agradeço as minhas amigas Ana, Bárbara, Bruna G., Bruna K., Fabiane e Fernanda, que aceitaram as minhas faltas neste período, compreendendo as escassas ligações e os poucos convites aceitos. Vocês, tão diferentes entre si, lembram-me da diversidade do mundo e me enriquecem com seus saberes.

Vito, obrigada por ser esta fonte inesgotável de carinho e conforto.

João, gratidão por compartilhar comigo da tua paz, sempre aceitando o meu tempo. Faz toda a diferença ter um companheiro que caminha ao meu lado.

Por fim, agradeço, sobretudo, a minha família – Carmen, minha mãe; Lauro, meu pai; meu irmão Mateus; meus tios Ana, Julio e Cleonice; meu primo Eduardo; e minha saudosa vó Emilde – que sempre acreditam em mim e me lembram de quem eu sou e de onde eu vim. De maneira especial, sou grata a minha mãe, que a quilômetros de distância acompanhou todos os meus tropeços neste percurso e me ajudou a seguir em frente ainda mais motivada: obrigada por sempre estar comigo.

*Queimem nossas terras  
queimem nossos sonhos  
derramem ácido sobre nossas canções  
cubram com serragem  
o sangue do nosso povo massacrado  
abafem com sua tecnologia  
os gritos de tudo o que é livre,  
selvagem e indígena.  
Destruam  
Destruam  
nossa relva e solo  
Arrasem  
cada fazenda e cada povoado  
que nossos ancestrais construíram  
cada árvore, cada lar  
cada livro, cada lei  
e toda equidade e harmonia.  
Achatem com suas bombas  
cada vale; apaguem com suas censuras  
nosso passado  
nossa literatura; nossas metáforas  
Despojem as florestas  
e a terra  
até que nenhum inseto  
pássaro  
palavra  
encontre um lugar para se esconder.  
Façam isso e mais até  
Não temo sua tirania  
Nunca desespero  
Porque guardo uma semente  
uma pequena semente viva  
que protegerei  
e plantarei novamente.*

(Poema palestino *Os guardiões das sementes*. In: SHIVA, 2001, p. 65-66)

## RESUMO

Este trabalho tem como temática central os discursos jornalísticos sobre patentes de biotecnologias, com especial atenção à questão do monopólio de sementes. Considerando o jornalismo como modo de conhecimento e campo discursivo, o objetivo é compreender como a revista *Globo Rural* produz sentidos e problematiza a questão das patentes de sementes. O estudo também discute as concepções de sociedade e natureza implicadas nos discursos analisados. O olhar empreendido na investigação parte dos saberes propostos pelo Jornalismo Ambiental, o qual – mais que informar – tem caráter educativo e contribui para o empoderamento dos sujeitos. O trabalho é operacionalizado através de noções provenientes da Análise do Discurso de matriz francesa. O referencial teórico-metodológico permite observar as Formações Discursivas (FDs) presentes nos textos, as quais são delineadas a partir da literatura empreendida sobre ambiente, ciência e tecnologia. Na esteira da busca pelos sentidos possíveis presentes em *Globo Rural*, o estudo averigua se há memória discursiva que irrompe dos discursos sobre patentes de sementes. A pesquisa indica a presença de duas FDs: a Tecnocrática e a Ecológica. A primeira é predominante e se relaciona com saberes que mobilizam a ciência, o mercado e a modernidade. Também na FD Tecnocrática, percebe-se uma memória que remete à Revolução Verde e à instauração do capitalismo na agricultura. A maioria dos textos revela uma concepção de natureza apartada da humanidade, na qual a primeira está a serviço da outra, pois é inferior e deve ser melhorada. A pesquisa indica que o jornalismo praticado legitima uma única forma de ver e sentir o mundo, carecendo de pluralidade. O Jornalismo Ambiental é então uma alternativa necessária, pois atua em consonância com os saberes que respeitam a diversidade biológica e cultural do planeta.

**Palavras-chave:** Jornalismo Ambiental. Discurso. Patentes. *Globo Rural*.



## ABSTRACT

This paper has as central theme the journalistic discourses on patents for biotechnology, with special attention to the issue of seeding monopoly. Considering journalism as a way of knowledge and discursive field, the goal is to understand how the *Globo Rural* magazine produces senses and discusses the issue of seeding patents. The study also discusses the conceptions of society and nature involved in the analyzed discourses. The look undertaken in the study of the knowledge proposed by the Environmental Journalism, which - more than inform - has educational character and contributes to the empowerment of individuals. The work is operationalized through notions from the French headquarters of Discourse Analysis. The theoretical and methodological framework allows us to observe the Discursive Formations (FDs) present in the texts, which are outlined taken from the literature on environment, science and technology. In the wake of the search for possible meanings present in *Globo Rural*, the study must consider whether there discursive memory that outbreaks the discourses on seeding patents. Research indicates the presence of two FDs: The Technocratic and the Ecological. The first is predominant and relates to knowledge that mobilize science, the market and modernity. Also in FD Technocratic, we can see a memory that goes back to the Green Revolution and the establishment of capitalism in agriculture. Most of the texts reveals a conception of nature apart from humanity, in which the first is at the service of the second, because is inferior and must be improved. Research indicates that journalism practiced legitimizes a unique way of seeing and feeling the world, lacking plurality. The Environmental Journalism then it is a necessary alternative because it acts in line with the knowledge that respect the biological and cultural diversity of the planet.

**Keywords:** Environmental Journalism. Discourse. Patents. *Globo Rural*.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

QUADRO 1 - DIFERENTES ABORDAGENS DA RELAÇÃO SOCIEDADE-NATUREZA	29
FIGURA 1 - DIFERENTES FORMAS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL .....	36
FIGURA 2 - TRAJETÓRIA DA PROPRIEDADE INTELECTUAL – DATAS E ACORDOS .....	39
FIGURA 3 - SEÇÕES PERMANENTES REVISTA GLOBO RURAL .....	68
FIGURA 4 - T7 – CHUMBO GROSSO À VISTA (NOTA)   2003/JUNHO .....	83
QUADRO 2 - TEXTOS ENCONTRADOS POR CATEGORIAS .....	85
QUADRO 3 - FORMAÇÕES IDEOLÓGICAS E OS SABERES NELAS INSCRITOS .....	99
QUADRO 4 - EFEITOS DE SENTIDO NOS DIZERES DA POSIÇÃO-SUJEITO CIENTIFICISTA .....	103
QUADRO 5 - CONFLITOS ENTRE O ACORDO TRIPS E A CDB .....	121

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AAD – Análise Automática do Discurso  
AD – Análise do Discurso  
BIRPI – *Bureaux Internationaux Reunis Pour la Protection de la Propriété Intellectuelle*  
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior  
CCN – Catálogo Coletivo Nacional de Publicações Seriadas  
CDB – Convenção da Diversidade Biológica  
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico  
CE – Condições de Existência  
CP – Condições de Produção  
CUP – Convenção da União de Paris  
EMATER/RS – Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural  
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária  
EMBRATER – Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural  
EUA – Estados Unidos da América  
FD – Formação Discursiva  
FI – Formação Ideológica  
FMI – Fundo Monetário Internacional  
GATT – *General Agreement on Tariffs and Trade*; em português: Acordo Geral de Tarifas e Comércio  
IBICT – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia  
INPI – Instituto Nacional de Propriedade Industrial  
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário  
MMA – Ministério do Meio Ambiente  
MIT – *Massachusetts Institute of Technology*  
NEJ/RS – Núcleo de Ecojornalistas do Rio Grande do Sul  
OGM – Organismo geneticamente Modificado  
OMC – Organização Mundial do Comércio  
OMPI – Organização Mundial da Propriedade Intelectual; na sigla em inglês: WIPO  
ONU – Organização das Nações Unidas  
PL – Projeto de Lei  
PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente  
PPGCOM-UFRGS – Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
SD – Sequência Discursiva  
SNCR – Sistema Nacional de Crédito Rural  
TRIPS – Tratado sobre os Aspectos da Propriedade Intelectual relacionados ao Comércio  
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
UPOV – União Internacional para a Proteção de Novas Variedades de Plantas

## SUMÁRIO

<b>1 INICIANDO A CAMINHADA .....</b>	<b>14</b>
<b>2 NATUREZA, AGRICULTURA E O PATENTEAMENTO DE SEMENTES .....</b>	<b>20</b>
2.1 CONCEBENDO A QUESTÃO AMBIENTAL: NATUREZA E SOCIEDADE .....	22
2.2 A ECONOMIA DO CAMPO: DIFERENTES FORMAS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL .....	32
2.3 DA REVOLUÇÃO VERDE ÀS RURALIDADES CONTEMPORÂNEAS .....	41
<b>3 JORNALISMO: DISCURSO E CONHECIMENTO COMPROMETIDOS COM O AMBIENTE .....</b>	<b>47</b>
3.1 JORNALISMO COMO FORMA DE CONHECIMENTO .....	48
3.2 JORNALISMO ENQUANTO DISCURSO .....	50
3.3 JORNALISMO AMBIENTAL .....	53
<b>4 PERCURSO DE PESQUISA: SOBRE O OBJETO E METODOLOGIA .....</b>	<b>60</b>
4.1 <i>GLOBO RURAL</i> : JORNALISMO DE REVISTA NO BRASIL .....	60
4.2 ANÁLISE DO DISCURSO: TEORIA E MÉTODO .....	70
4.3 TEXTO .....	74
4.4 FORMAÇÕES DISCURSIVAS E POSIÇÕES-SUJEITO .....	74
4.5 CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO .....	77
4.6 INTERDISCURSO .....	78
4.7 MEMÓRIA .....	79
<b>5 SENTIDOS E CONEXÕES .....</b>	<b>81</b>
5.1 PROCEDIMENTOS DE PESQUISA .....	81
5.2 CONECTANDO SABERES, DESVENDANDO SENTIDOS .....	86
<b>6 ENCERRANDO A CAMINHADA E VISLUMBRANDO NOVAS POSSIBILIDADES .....</b>	<b>124</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>130</b>
<b>APÊNDICE A – RELAÇÃO DE TEXTOS RECORTADOS DA REVISTA GLOBO RURAL (2003-2013) .....</b>	<b>142</b>
<b>APÊNDICE B – RELAÇÃO DE SEQUÊNCIAS DISCURSIVAS (SD) DA REVISTA GLOBO RURAL (2003-2013) .....</b>	<b>148</b>
<b>ANEXO A – MANIFESTO CONTRA O PL 7.735/2017 .....</b>	<b>165</b>
<b>ANEXO B - GLOBO RURAL NO PERÍODO DE 2003 A 2013 - TEXTOS COMPLETOS (CD-ROM).....</b>	<b>169</b>

## 1 INICIANDO A CAMINHADA

*Inúmeros participantes levantaram questão provocativa e fundamental: afinal quem deve ser o usuário final e o beneficiário da tecnologia?*  
(trecho de artigo publicado em 2003 na revista *Globo Rural*)

As últimas décadas trouxeram consigo diversos avanços tecnológicos, expandindo as possibilidades humanas. Os desafios que se apresentam, entretanto, seguem tão amplos como há alguns séculos – senão maiores agora que somos sete bilhões no planeta, cada um com seus questionamentos e desejos. Em um mundo cuja população cresce como nunca antes, as necessidades humanas reacendem e trazem novas expectativas para a relação entre cultura e natureza, dado que esta última é demandada para satisfazer nossas necessidades desde as mais básicas, como fornecer água e alimentos. Assim, com o espectro constante da fome e da catástrofe, a tecnologia em suas diversas faces surge como possibilidade de salvação: há que se ampliar as colheitas, purificar as águas, mitigar o aquecimento do globo. Neste contexto no qual a tecnologia é tida e se apresenta como um grande poder, a frase de abertura deste capítulo revela uma das preocupações que me mobilizam enquanto sujeito e pesquisadora: quem se beneficia da tecnologia?

Visto que, no mesmo compasso da explosão demográfica, alargaram-se também as desigualdades pensamos que esta é uma questão central a ser respondida em nossos tempos. De modo especial, centramo-nos na situação das patentes de sementes (principalmente de *commodities* como soja e arroz), obtidas através de processos biotecnológicos. A propriedade intelectual, que possui as patentes como uma de suas facetas, é balizada pela noção de proteção às invenções e estímulo a novas descobertas, entretanto parece estar hoje a serviço de um pequeno número de grandes corporações – as quais detêm boa parte do comércio de sementes. Assim, as discussões sobre sociedade e ambiente surgem neste trabalho de maneira transversal, o qual tem como temática fundamental os discursos jornalísticos sobre patentes de biotecnologias, com especial atenção à questão do monopólio de sementes.

A escolha por tal temática, entretanto, não pode ser tomada como um ponto de partida já dado – mas trata-se de culminar de uma reflexão que ao longo dos anos venho tecendo. Nascida em uma família do interior do estado, de avós agricultores,

cresci questionando a noção de natureza e a sua apropriação. No decorrer do percurso, optei pela faculdade de Jornalismo por confiar que o campo contemplava as minhas crenças, as quais defendo neste trabalho: o Jornalismo, através da produção de sentidos, é capaz de ampliar a compreensão do sujeito no mundo; e, por se tratar de um modo de conhecimento bastante específico, pode fomentar saberes outros que contribuam para empoderar os cidadãos.

A questão ambiental, em suas diferentes apresentações, foi recorrente em minha formação: surgiu em forma de pautas, reportagens, trabalhos finais. Em 2010, ao ingressar no Grupo de Pesquisa em Jornalismo Ambiental – ainda como bolsista de Iniciação Científica – pude aprofundar-me nesta discussão, o que deu origem a mais dúvidas do que efetivamente respostas. Tantas inquietações encontraram ainda mais fôlego a partir de meu ingresso, já formada em Jornalismo, no curso de Ciências Sociais em 2012, que me apresentou a novos autores e perspectivas, permitindo-me questionar mais amplamente as relações entre natureza e cultura. No mesmo ano, trabalhei por um breve período na redação online do Canal Rural (à época pertencente ao Grupo RBS), onde tive a oportunidade de experimentar e observar as rotinas produtivas de um veículo especializado. Nesta ainda breve trajetória, interesses e inquietações entrelaçaram-se pouco a pouco – esboçando o projeto de pesquisa apresentado ao PPGCOM-UFRGS para ingresso em 2013. Durante o Mestrado, a oportunidade de olhar para o mundo e para a questão ambiental através do Jornalismo, dadas as suas práticas e o seu conhecimento, foi responsável por alterar algumas vezes a abordagem que aqui empreendo, o que vejo como essencial para o processo de construção constante desta dissertação.

No ano de 2012, por meio de conversas no Núcleo de Ecojornalistas do Rio Grande do Sul (NEJ/RS), soube que sindicatos rurais da região norte e noroeste do Estado<sup>1</sup> haviam movido uma ação conjunta contra a empresa Monsanto do Brasil Ltda. e Monsanto Technology LLC (a partir daqui tratadas apenas por Monsanto), solicitando o fim da tarifa de *royalties* de 2% sobre o valor da safra de soja RR produzida por cada agricultor. O julgamento da ação ocorreu em abril de 2012, quando o juiz Giovanni Conti da 15ª Vara da Justiça Federal, de Porto Alegre, considerou ilegal a cobrança realizada pela corporação multinacional. Com tal decisão, ficou estipulada a devolução, por parte da Monsanto, de *royalties* cobrados desde a safra 2003/2004, no valor de R\$1

---

<sup>1</sup> Nos municípios de Passo Fundo, Sertão e Santiago.

bilhão. Em 12 de junho de 2012, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) ampliou a determinação da justiça gaúcha de proibir a taxa tecnológica para todos os sojicultores brasileiros. Cabia ainda recurso. Interessada por tal processo, entrei em contato com os Sindicatos Rurais, os quais me enviaram uma cópia da ação coletiva e também de toda a *clipagem* (recortes de notícias sobre a temática) realizada até então. Dada a importância da agricultura para a economia do Rio Grande do Sul, Estado que conta com fortes editoriais de Rural em seus jornais de referência, imaginava receber grande quantidade de material. Foi uma surpresa, portanto, quando vi cinco matérias sobre o assunto: três no *Correio do Povo*, uma no *O Nacional* (jornal de Passo Fundo) e uma retirada da internet. Logo, inquietou-me o silêncio sobre um assunto tão atual e preponderante para a vida de milhares de pessoas. Mais que a cobrança ou não de *royalties* é importante refletirmos sobre a tecnologia a eles associada, pois tal tema não diz respeito apenas ao produzir no campo, mas também às escolhas na cidade e à economia do Estado e do país. Ou seja, esta questão, que se expôs de forma jurídica, é parte de uma grande controvérsia, a qual envolve avaliarmos o modelo de agricultura e desenvolvimento que hoje seguimos.

Neste período, no grupo de pesquisa Jornalismo Ambiental, estávamos realizando o estudo “O estado da arte da pesquisa em jornalismo de meio ambiente e jornalismo ambiental no Brasil”, iniciado em 2010, quando eu ainda atuava como bolsista de Iniciação Científica. Nesta pesquisa fizemos um levantamento de estudos desenvolvidos desde 1987 no campo do Jornalismo Ambiental e suas interfaces a partir do Banco de Teses da CAPES<sup>2</sup>, por busca de palavras-chave<sup>3</sup>. A investigação aponta para cerca de 101 teses e dissertações, provenientes das mais variadas áreas do conhecimento<sup>4</sup>. Entretanto, destas, nenhuma trata de forma central a abordagem acerca de patentes e monopólio de sementes, questão que passou a me intrigar mais fortemente após a ação movida contra a Monsanto em 2012.

---

<sup>2</sup> O Banco de Teses da Capes está disponível no seguinte endereço: <<http://www.capes.gov.br/servicos/banco-de-teses>>.

<sup>3</sup> As palavras-chave pesquisadas foram combinadas a partir de duas colunas, uma referente à comunicação e ao jornalismo e outra referente a temas ambientais. Os resultados foram obtidos a partir das combinações entre cada palavra da primeira coluna com todas da segunda. Foram palavras-chave buscadas: (COLUNA 1) Jornalismo, Comunicação, Jornalismo Ambiental, Televisão, Rádio, Internet, Imprensa; (COLUNA 2) Meio Ambiente, Sustentabilidade, Educação Ambiental, Desenvolvimento Sustentável, Agrotóxico, Mídia, Amazônia, Transgênicos, Bioma, Ecologia, Natureza, Água, Energia, Consumo, Desmatamento, Agropecuária e Biotecnologia.

<sup>4</sup> Para uma avaliação detalhada a respeito dos resultados obtidos pela pesquisa até então, está disponível o artigo “A pesquisa em Jornalismo Ambiental na região Sul do Brasil”, apresentado no 11º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo – SBPJOR. Nele, ponderamos sobre a produção acadêmica neste eixo temático nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, relacionando os principais marcos.

Para verificar esta possível brecha, retomei a sondagem a respeito do estado da arte de meu objeto de estudo em outros repositórios, como o IBICT<sup>5</sup> e o LUME-UFRGS<sup>6</sup>, adicionando termos como “patente”, “semente” e “propriedade”. Apesar de confirmar a inexistência de trabalhos específicos a respeito da temática por mim escolhida, pude localizar trabalhos importantes sobre o limite no patenteamento de plantas e de seres vivos, que veem a situação de forma multidisciplinar.

A quem pertencem as sementes e seres vivos? Ou melhor: a natureza pode pertencer a alguém – seja empresa ou indivíduo? O que há de natural e de social em uma semente modificada? E mais: o que é natureza e o que é sociedade? Tais questões passaram a fazer parte do meu percurso, de diferentes maneiras, de modo que escolhi por estudar patentes através dos discursos presentes sobre o tema no Jornalismo. A opção por esta temática também me conduziu a explorar o histórico e o processo pelo qual as sementes são patenteadas, além da repercussão desse mecanismo na vida das pessoas, bem como na autonomia das sociedades. Do mesmo modo, fui apresentada aos estudos sobre ciência e tecnologia, que permitem questionar as fronteiras estabelecidas entre natureza e sociedade. Penso que o momento em que vivemos atualmente é extremamente afetado por esta temática. A propriedade intelectual, ancorada em um sistema produtivista e capitalista, traz consigo uma nova estrutura social e uma nova divisão social do trabalho, afetando intensamente o ambiente.

Devido à lentidão do processo judicial movido pelos sindicatos rurais gaúchos<sup>7</sup>, optamos por uma mudança de abordagem: escolhemos verificar como uma revista de referência especializada em temas agropecuários, a *Globo Rural*, abordou este tema entre os anos de 2003 e 2013, pois cremos ser tarefa do jornalismo problematizar esta questão em todas as suas interfaces, abordando-a de forma transversal. Assim, as preocupações já

---

<sup>5</sup> O IBICT (Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia) está disponível no seguinte endereço: <<http://www.ibict.br>>.

<sup>6</sup> O LUME é o repositório digital da UFRGS e está disponível no seguinte endereço: <<http://www.lume.ufrgs.br>>.

<sup>7</sup> A última notícia sobre o processo data de 24 de setembro de 2014. O jornal gaúcho Zero Hora, no caderno Campo e Lavoura, publicou a notícia: *Justiça decide a favor da Monsanto na disputa por royalties da soja transgênica*. Com a decisão, a empresa pôde voltar a cobrar os *royalties* sobre a produção. A decisão é válida para todo o território nacional, mas ainda cabe recurso. No mesmo caderno, foi publicada a coluna opinativa *Deu Golias na briga da soja transgênica*, da qual destacamos o trecho: “Por ora, fica o efeito pedagógico de que é possível brigar de igual para igual com uma gigante. Vencer a briga já é outra história.”. A notícia pode ser acessada no link: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/campo-e-lavoura/noticia/2014/09/justica-decide-a-favor-da-monsanto-na-disputa-por-royalties-da-soja-transgenica-4606379.html>>. Acesso em: 18 fev. 2015.

A coluna está disponível no link: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/campo-e-lavoura/noticia/2014/09/gisele-loeblein-deu-golias-na-briga-da-soja-transgenica-4606361.html>>. Acesso em: 18 fev. 2015.



mencionadas culminam na seguinte questão de pesquisa: Quais os sentidos produzidos pela revista *Globo Rural* ao falar sobre patentes?

Para este estudo, coletamos textos da revista *Globo Rural* que abordam, de alguma maneira, a temática das patentes de sementes nos últimos onze anos, totalizando 132 edições. Foram encontrados 77 textos, que resultaram em 162 Sequências Discursivas.

A escolha do recorte temporal se justifica por 2013 ser o ano em que ingressei no mestrado, de modo que coletamos os textos até dezembro. Ainda, 2013 marca uma década da liberação da primeira safra de soja transgênica no país – a permissão do plantio se deu em 2005, em meio a diversas polêmicas. Nesse sentido, acreditamos que período escolhido tenham suscitado questões sobre propriedade intelectual e patentes na área da agropecuária e que a revista *Globo Rural*, por caracterizar-se como especializada em temáticas rurais, seja um veículo importante para avaliarmos as regularidades dos discursos e também suas possíveis transformações durante o período.

Assim, de forma geral, objetivamos compreender de que maneira a revista *Globo Rural*, através de seus discursos, produz sentidos e problematiza a questão das patentes de sementes. Para tornar tal pretensão possível, os objetivos específicos a seguir permearão este trabalho: (a) determinar as Formações Discursivas sobre patentes agrícolas e comércio de sementes presentes na *Globo Rural* entre os anos de 2003 a 2013; (b) averiguar a memória discursiva que irrompe das formulações recortadas sobre propriedade intelectual de sementes; (c) identificar as concepções de natureza reveladas pelos discursos da *Globo Rural* sobre patentes de sementes.

Para este percurso, iniciamos por uma contextualização do cenário agrícola brasileiro e das possibilidades de propriedade intelectual, questionando a separação entre natureza e sociedade (Capítulo 2 - *Natureza, agricultura e o patenteamento de sementes*). Na sequência abordamos a concepção de Jornalismo aqui empreendida, dado que o tomamos como forma de conhecimento e também como campo discursivo. Ainda no Capítulo 3 (*Jornalismo: discurso e conhecimento comprometidos com o ambiente*) apresentamos o que definimos como Jornalismo Ambiental – uma prática engajada com todas as formas de vida, que promove a educação através de abordagens transversais e complexificadas. É esta prática que, acreditamos, possibilita a efetivação da cidadania, pois é revolucionária em seu compromisso.

De caráter teórico-metodológico, o quarto capítulo (*Percurso de pesquisa: sobre o objeto e metodologia*) indica os caminhos do jornalismo de revista e apresenta a *Globo Rural*; além de trazer as principais noções da Análise do Discurso (de escola francesa) que serão mobilizadas neste trabalho: Formação Discursiva, Memória Discursiva, Interdiscurso. Nesta etapa, seguimos as propostas de Michel Pêcheux e as leituras empreendidas por estudiosos de sua obra, como Courtine, Orlandi, Leandro Ferreira e Grigoletto.

No quinto capítulo (*Sentidos e Conexões*) trazemos a análise das sequências discursivas recortadas, buscando seus efeitos de sentido e delineando as Formações Discursivas presentes, assim como suas posições-sujeito e os saberes por elas acionados.

Por fim, no sexto capítulo (*Encerrando a caminhada e vislumbrando novas possibilidades*), apresentamos algumas considerações sobre esta jornada, ponderando sobre as limitações do próprio Jornalismo e as suas potencialidades.

## 2 NATUREZA, AGRICULTURA E O PATENTEAMENTO DE SEMENTES

*El siglo XIX habrá enterrado a Dios; el siglo XX, dicen, ha borrado al hombre; el siglo XXI ¿hará desaparecer la naturaleza?*

Phillip Descola (2011, p. 81)

A percepção de problemas ambientais não é um fenômeno recente, inclusive porque a humanidade intervém na paisagem há milhares de anos, como por exemplo através da agricultura e da pecuária – condições que alteram o chamado estado natural. A partir de novas formas de organização do espaço, as quais se aceleram a partir da Revolução Industrial, também as questões ambientais adquirem um novo status. Em termos institucionais, de acordo com McCormick (1992), em 1863 a Grã-Bretanha aprovou a primeira legislação do mundo contra a poluição do ar; enquanto o primeiro grupo ambientalista<sup>8</sup> foi fundado em 1865, também na Grã-Bretanha.

Apesar de existirem registros de sensibilidade ambiental ainda no século XIX, acreditamos – em consonância com diversos autores (dentre eles McCORMICK, 1992; PORTO-GONÇALVES, 2012; e mesmo ALPHANDÉRY; 1992) – que é a partir dos anos de 1970 que a temática ecológica emerge com mais força no cenário ocidental.

A noção de meio ambiente surge – nesta década – relacionada aos limites que este impõe ao crescimento industrial e ao consumo, dado que bens naturais são, em sua maioria, esgotáveis e finitos. Nesse sentido, a criação do Clube de Roma no fim dos anos 1960 acende este debate, a partir da união de executivos de importantes transnacionais interessados na questão nascente dos recursos não-renováveis. Assim, o Clube de Roma patrocinou um importante estudo realizado por pesquisadores do *Massachusetts Institute of Technology* (o MIT), o qual estimava o tempo necessário para o esgotamento dos recursos do planeta caso as tendências de crescimento de produção e o consumo se mantivessem (PORTO-GONÇALVES, 2012). Esta publicação de 1972, que repercute e gera críticas ainda hoje, ficou conhecida por relatório Meadows – *The limits to growth* (Os limites do crescimento).

Ainda no plano institucional, a Conferência de Estocolmo, na Suécia, convocada pelas Nações Unidas em 1972, também é simbólica – pois foi o primeiro

---

<sup>8</sup>Embora cientes das diferenças entre os movimentos *ecológico* e *ambiental*, os utilizamos muitas vezes como sinônimos neste trabalho. Como não pretendemos adentrar nessa discussão, para uma leitura mais aprofundada sobre o tema sugerimos *O equívoco ecológico* (ALPHANDÉRY, 1992) e *Rumo ao paraíso: a história dos movimentos ambientalistas* (McCORMICK, 1992).

encontro internacional cujo debate estava centrado na questão do meio ambiente. Mais uma vez, a natureza aqui é dada como intrinsecamente relacionada ao desenvolvimento das nações – este usualmente lido como crescimento. No final do mesmo ano, no ensejo das discussões promovidas no encontro, a ONU criou o PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente). Anos mais tarde, em 1983, é nesta esfera que se dá o lançamento do relatório Brundtland, também conhecido por “Nosso futuro comum”. O documento cunha o conceito de “desenvolvimento sustentável”, questionando os modos de vida desiguais nas diferentes nações e criticando o consumo para além do suportável pelos ecossistemas.

Ponderamos que a preocupação inicial não parece ser com o bem estar da humanidade enquanto parte da natureza, ou mesmo com a integração e equilíbrio entre sociedade e ambiente, mas sim com a continuidade de um estilo de vida que preza pela separação entre o que é cultura e o que é natureza, limite este expresso e acentuado por meio do consumo. Dessa maneira, concordamos com Porto-Gonçalves (2012, p. 61 [grifo do autor]), quando este debate as incongruências do projeto civilizatório vigente: “O desafio ambiental está no centro das contradições do mundo moderno-colonial. Afinal, a ideia de progresso e, sua versão mais atual, desenvolvimento é, rigorosamente, sinônimo de *dominação da natureza!*”.

Já na esfera política, também o ano 1972 registrou um novo e importante elemento: a criação do primeiro Partido Verde, na Austrália (PARTIDO VERDE). Hoje, o partido orientado por valores ecológicos, está presente em mais de 100 países e organiza-se em quadro federações (BRASIL, 2014): a Federação dos Partidos Verdes das Américas; a Federação dos Partidos Verdes da África; a Federação Europeia dos Partidos Verdes; e a Federação dos Partidos Verdes da Ásia e Oceania.

Dado o exposto, acreditamos que abordar a percepção da questão ambiental, que se deu partir dos anos de 1970 como fruto de situações pontuais e temporalmente localizadas tende a ser um equívoco. É mais ponderado tratar do tema como uma espécie de “grande onda” ecológica que correu o mundo, expressa em diferentes manifestações, e ainda reverbera – produzindo novas questões e revisitando antigas certezas.

Mesmo acreditando que grande parte dessa discussão, nas esferas institucionais, tratou essencialmente da intervenção humana na natureza, sem questionar o que cabe a cada uma dessas esferas, vemos também que os anos de 1970 inauguraram uma espécie de sensibilidade ecológica, a qual ficou mais complexa e ganhou maior dimensão nas décadas posteriores.

Também novas questões foram percebidas – as biotecnologias passaram a ocupar cada vez mais espaços e envolver novos agentes, como é o caso das sementes transgênicas patenteadas por grandes multinacionais. Nesse sentido, cremos que seja interessante colocar que toda a movimentação em torno da questão ambiental no final do século provocou um importante deslocamento: se antes a problemática ambiental estava inserida primordialmente em um contexto político e cultural, a partir dos anos de 1970 vemos que a ciência e a técnica passaram a ocupar uma posição preponderante – e aqui nos referimos principalmente às chamadas ciências ditas “duras” e biológicas, pois estas se situam em local privilegiado no sistema de produção de verdades.

Se o campo científico não passou inerte por tamanhas transformações, é correto também que as Ciências Sociais e Ciências Sociais Aplicadas passaram a se ocupar da temática: a questão ambiental adentrou teorias estabelecidas e forjou novas perspectivas.

Neste capítulo do trabalho, procuramos explorar diferentes concepções de sociedade e natureza possíveis, elucidando qual a vertente teórica será empregada neste trabalho. A partir desta caracterização, trazemos as formas mais recorrentes de propriedade intelectual, com destaque para as patentes, refletindo sobre o processo de sua adoção na agricultura brasileira.

## 2.1 CONCEBENDO A QUESTÃO AMBIENTAL: NATUREZA E SOCIEDADE

Os kayapó-gorotire, em mito que dá conta da origem do fogo<sup>9</sup>, narram a história de um jovem índio chamado Botoque, convocado por seu cunhado para capturar ovos de arara no alto de uma rocha. Ao chegar ao topo de maneira improvisada, Botoque informa que vê apenas dois ovos junto ao ninho, os quais joga a seu cunhado que aguardava embaixo, junto da escada que permitiu a subida: na queda, os ovos transformam-se em pedras, machucando-lhe a mão. Enfurecido, o homem vai embora deixando Botoque à própria sorte no topo do rochedo – sem condições de descer, nem de alimentar-se. Dias se passam e o jovem Botoque vê se aproximar um jaguar, que traz consigo arco e flecha e diversas caças – quer pedir socorro, mas sente medo. O jaguar, entretanto, vê sua sombra e oferece ajuda, consertando a escada que lhe permitiria salvar-se. Apesar do temor Botoque desce do rochedo; já embaixo o jaguar lhe oferece as costas como carona para que juntos fossem comer uma refeição em sua casa. Ao chegarem na

---

<sup>9</sup> Adaptado de Lévi-Strauss (2010).

casa do jaguar, Botoque se surpreende com a presença de carne assada, pois àquela época os índios não conheciam o fogo, comendo portanto a carne crua. Naquele dia, Botoque come carne assada pela primeira vez, ainda espantado pelas brasas em um tronco de jatobá. O jaguar, que não tinha filhos, resolve adotar o índio. Entretanto, a esposa do jaguar, uma índia, não gostava de Botoque, sentimento que aumentava a cada dia: enquanto o marido caçava, ela servia ao filho adotivo carne velha e, ao ouvir suas reclamações, o arranhava o rosto. Um dia, o jaguar deu a Botoque um novo arco e também flechas – o ensinando a manusear o artefato e aconselhando usá-lo quando necessário. Botoque, então, mata a madrasta com uma flechada no peito e, com medo, foge para sua tribo natal, levando as armas e um pedaço de carne assada. Chegando à aldeia, ele procura por sua mãe (que demora a reconhecê-lo, pois pensava que estava morto) e aí distribui pedaços de carne que conseguira: os índios, encantados, resolvem apoderar-se do fogo. Quando chegam à casa do jaguar, tomam-lhe as caças do dia anterior e também o fogo que permitia cozer. A partir disso, os índios sempre tiveram luzes a noite, carne assada e meios de se aquecer.

Mas o jaguar ficou furioso com a ingratidão do filho adotivo, que lhe roubou ‘tanto o fogo como o segredo do arco e flecha’, e desde então odeia todos os seres, especialmente o gênero humano. Do fogo, só lhe restou o reflexo, que brilha nos seus olhos. Ele caça com os dentes e come carne crua, pois jurou nunca mais comer carne assada. (LÉVI-STRAUSS, 2010, p. 92).

Este mito, que apresenta algumas particularidades conforme a etnia que o narra, também se assemelha ao mito grego de Prometeu e Epimeteu, irmãos que furtam o fogo dos deuses, dotando de tal poder os humanos. Em comum, a origem do fogo traz em si uma ruptura entre sociedade e natureza (ou divindade), dando à primeira superioridade sobre a segunda. A humanidade torna-se, a partir dele, indestrutível, pois domina a técnica. É interessante apontar que a harmonia antes presente é rompida para sempre, e tal rompimento se dá através de sentimentos usualmente humanos: é o desafeto da índia pelo filho adotivo que motiva a sua vingança. A partir desse momento (a conquista do fogo), as esferas natureza e sociedade parecem irreconciliáveis (o que se verifica na raiva do jaguar por Botoque).

O domínio da técnica passa a diferenciar os dois polos, permitindo a intervenção da sociedade na própria natureza. Tal afastamento, marcado pela ânsia da humanidade assumir o controle da natureza – não se percebendo parte dela, baliza também muitas das percepções do ambiente hoje.

Neste trabalho, como já mencionado, procuramos olhar através do Jornalismo Ambiental (a ser mais explorado no capítulo seguinte) para o discurso a respeito das patentes de sementes entre os anos de 2003 a 2013 – questão que mobilizou múltiplos sentidos, sendo possível observá-los no âmbito econômico, político, tecnocientífico, ambiental, entre outros. Dessa maneira, percebemos que *ambiente* configura-se como uma categoria central para o desenvolvimento desta reflexão, visto que repetidas vezes – e em momentos distintos – apelaremos a esta noção, sendo necessário então delimitá-la.

No debate sobre a chamada questão ambiental, é importante deixar explícito qual a concepção de sociedade e natureza, ou cultura e natureza, quando as mencionamos. Isto porque, ao longo das últimas décadas, principalmente, as abordagens e enfoques acerca desta temática se transformaram, indo de vertentes de caráter mais realistas (CATTON; DUNLAP, 1978) a investidas construcionistas (dentre as diversas abordagens citamos HANNIGAN, 2012; BECK, 2011; GIDDENS, 1991), pós-coloniais (ESCOBAR, 2011) e ainda a outras que podem ser consideradas pós-construcionistas (LATOUR, 2000 e 2013; DESCOLA, 2011, entre outros).<sup>10</sup>

Apesar de diversas (e por vezes divergentes entre si), vemos a multiplicidade de abordagens sociológicas sobre a questão ambiental como positiva, visto que tais enfoques respeitam a especificidade da problemática, integrando perspectivas que por vezes eram empregadas em áreas e subáreas que nem sempre dialogavam. Além disso, cremos que a contribuição dos clássicos das Ciências Sociais para o estudo da temática (a saber: Marx, Durkheim e Weber) é um tanto quanto questionável, inclusive porque, no momento de suas produções, a reflexão sobre sociedade e natureza ainda não estava tão efervescente quanto no fim do século XX, momento em que irrompem perspectivas múltiplas.

Com o aprofundamento do debate sobre meio ambiente, principalmente na década de 1970, a vertente realista desponta com força, propondo – em suma – tratar problemas ambientais como problemas reais, a partir de um novo paradigma nas ciências sociais. Catton e Dunlap (1978) percebem a importância de se inserir a noção de ambiente na análise sociológica, respeitando sua suposta especificidade: “Isso envolve o estudo dos efeitos do ambiente na sociedade (por exemplo, abundância de recursos ou escassez na atividade extrativista) e os efeitos da sociedade no ambiente (por exemplo, as

---

<sup>10</sup> O objetivo desta apresentação não é uma categorização do conhecimento por vertentes teóricas, de forma que os autores se mantenham estáticos. Na verdade, acreditamos que várias aproximações entre os quadros teóricos trazidos são possíveis e, mais ainda, profícuas.

contribuições de diferentes sistemas econômicos para a degradação ambiental).” (CATTON; DUNLAP, 1978, p. 44 [tradução livre])<sup>11</sup>.

Os autores ainda apontam o antropocentrismo dominante nas análises sociológicas de então, defendendo que a disciplina divida-se em dois grandes domínios, cuja delimitação seria realizada pela centralidade da categoria ambiente na análise: a) o HEP (Paradigma da Excepcionalidade Humana, em inglês: *Human Exemptionality Paradigm*); e b) o NEP (Novo Paradigma Ecológico, em inglês: *New Ecological Paradigm*). Enquanto o primeiro toma a humanidade a partir de suas características culturais específicas e, de certa forma, superiores às biológicas; o segundo a percebe como apenas mais uma espécie partícipe do planeta (FLEURY; ALMEDA; PREMEBIDA, 2014), a partir de uma perspectiva sistêmica.

As premissas que sustentam o novo paradigma ambiental indicam que os seres humanos não podem ser vistos somente como resultado de um processo sócio/cultural, mas também como um componente que modifica e é modificado pelo ambiente biofísico, ou seja, o novo paradigma ambiental destaca a relação de dependência que existe entre as sociedades humanas e os ecossistemas. (MATTEI, 2003, p. 6).

Esta perspectiva, entretanto, não rompe com a separação rigorosa entre sociedade e natureza. A “crise ambiental”, então, seria fruto de atividades humanas as quais geram sequelas danosas à natureza. Por considerar os problemas antes de tudo reais, o realismo não reflete sobre os riscos e as percepções dos problemas ambientais – nem sobre os sentidos a eles atribuídos pelos diferentes agentes. Dessa maneira, a identificação – e, por conseguinte, a resolução – de questões ambientais, cabe normalmente à ciência.

Se o realismo parte da premissa de que o mundo existe concretamente, as teorias de cunho construcionista amparam-se no oposto: o mundo é socialmente construído. Assim, outros agentes e diferentes saberes passam a ser inseridos de maneira legítima na discussão ambiental, apontando inclusive os limites da ciência e da tecnologia. Para essa perspectiva (HANNIGAN, 2012), os problemas ambientais não são uma realidade dada e estanque, mas são percebidos e construídos coletivamente, em um processo que envolve múltiplos argumentadores e públicos.

Central à construção social das questões e problemas ambientais é a ideia de que eles não dependem de uma série de critérios fixos, sociais e evidentes. Ao

---

<sup>11</sup> No original: “*This involves studying the effects of the environment on society (e.g., resource abundance or scarcity on stratification) and the effects of society on the environmental (e.g., the contributions of differing economic systems to environmental degradation).*”



contrário, seu progresso varia diretamente de acordo com o resultado do sucesso dos atores envolvidos, tais como cientistas, industriais, políticos, funcionários públicos, jornalistas e ativistas ambientais. (HANNIGAN, 2012, p. 99).

Assim, para esse autor, como os problemas ambientais não são entes totalizantes, mas sim construções coletivas, seu estudo implicaria captar uma variedade de representações e discursos, os quais envolvem desde a produção da ciência à comunicação pelo Jornalismo. De acordo com Hannigan (2012), a construção bem-sucedida de um problema ambiental implica seis fatores: a autoridade científica para validação dos argumentos; a existência de popularizadores; a atenção da mídia, que estruture a questão a partir de sua relevância e atualidade; a dramatização dos problemas em termos simbólicos e visuais; incentivos econômicos em torno de ações concretas; lideranças institucionais, as quais garantam legitimidade e continuidade.

Ressaltamos que, apesar da preponderância de aspectos construídos socialmente, esta mirada teórica não nos parece buscar negar a concretude dos problemas ambientais – como muitas vezes é argumentado por críticos realistas. No debate entre as perspectivas realistas e construtivistas sociais, entretanto, múltiplos são os pontos de distanciamento. De forma concisa, Guivant (2002, p. 3) aponta a principal crítica empreendida entre as duas perspectivas:

Uma das principais críticas que os representantes da corrente realista colocam ao construtivismo social seria a de cair num relativismo sobre as verdades em relação aos problemas ambientais, que levaria a uma passividade política. Por seu lado, os construtivistas defendem-se argumentando que os realistas não podem assumir-se com o direito de falar pela “natureza”, porque os conhecimentos são parciais e embasados em julgamentos de valor.

Entre as duas posturas extremadas aqui apontadas, cujas críticas apresenta Guivant, há ainda múltiplas posições de pesquisa, tal como o realismo crítico, por exemplo, que busca combinar aspectos de ambas as teorizações.

De outra perspectiva, são úteis para se pensar a relação sociedade-natureza as reflexões propostas por Giddens e Beck nas últimas décadas, os quais dão centralidade à atual dinâmica global – a denominando “modernidade” – e explorando a partir daí outras categorias de análise. As perspectivas de Giddens (1991) e Beck (2011) – que, mesmo ciente de suas especificidades, aqui abordamos em conjunto, dados os seus pontos de aproximação – são críticas à ideia de pós-modernidade. Os autores propõem um debate que está inserido no quadro da modernidade e, sem pretensões de desvincular-se dele, não buscam nem alternativas à modernidade, nem modernidades alternativas.

De maneira sucinta, interessa a Giddens a passagem de um cenário de baixa modernidade (ou modernidade simples) para a alta modernidade (ou modernidade reflexiva). Neste processo, as práticas sociais se reformulam a partir dos conhecimentos desenvolvidos – o que dá origem à chamada reflexividade. Todo o conhecimento estabelecido é permanentemente questionado pela sociedade, num processo que gera a noção de risco para este autor.

A partir da premissa que a globalização levará, inexoravelmente, ao quadro de modernidade por ele desenhado, Giddens discute a instabilidade do mundo social, que obrigaria os agentes a viverem de forma reflexiva. Entretanto, Costa (2004) ressalva que sua produção está situada no contexto das sociedades do Norte, o que por vezes parece dar um tom normativo: ao atribuir mais complexidade à racionalidade que considera moralmente mais avançada, Giddens acaba por hierarquizar modos de vida culturalmente distintos, atribuindo aos seus o “monopólio na definição da boa vida” (COSTA, 2004, p. 91).

Seu quadro teórico estruturacionista dá destaque à agência humana, mas acredito que seja insuficiente para reinserir a natureza na sociedade – ou o contrário – mantendo, assim, dois polos separados.

Já Beck (2011), em sua proposta estruturalista, tem os riscos como categoria central, embora os entenda de maneira outra que Giddens. Para Beck, os riscos advêm da própria modernidade, sendo internalizados pelas sociedades de alta reflexividade – vinculando estas categorias (risco - reflexividade).

Assim, em virtude do seu inerente dinamismo, a sociedade moderna está acabando com suas formações de classe, camadas sociais, ocupação, papéis dos sexos, família nuclear, agricultura, setores empresariais e, é claro, também com os pré-requisitos e as formas contínuas do progresso técnico-econômico. Este novo estágio, em que o progresso pode se transformar em autodestruição, em que um tipo de modernização destrói outro e o modifica, é o que eu chamo de etapa da *modernização reflexiva*. (BECK, 1997, p. 12).

O autor, ao pensar a sociedade moderna, vincula a reflexividade aos riscos: os riscos são, então, internalizados pelas sociedades de alta modernidade – pois têm alcance global. A Sociedade de Risco é tida então como uma etapa da modernidade, na qual a ciência assume papel preponderante na produção dos riscos. Beck defende que os riscos, estes produzidos industrialmente e inerentes à produção de riquezas, são distribuídos de forma quase que homogênea pelo planeta (independente, por exemplo, da sociedade de classes e das dicotomias entre nações), embora reconheça que a capacidade de mobilização e reação a tais riscos não se dê de forma igualitária.

Há grandes diferenças teóricas e metodológicas entre as perspectivas apontadas (realismo, realismo crítico, construcionismo social, sociologia do risco), como é possível verificar no *Quadro 1 - Diferentes abordagens da relação sociedade-natureza*. Em comum para as abordagens tomadas até aqui, está a concepção de sociedade e natureza empreendida por todas: tratam-se de domínios diferentes, separados, não superando a dicotomia entre humanidade e meio ambiente.

Quadro 1 - Diferentes abordagens da relação sociedade-natureza

<b>Correntes teóricas</b>	<b>Relações entre ciências naturais e sociais</b>	<b>Relações entre sociedade e natureza</b>	<b>Relações entre leigos e peritos</b>	<b>Relações entre Indivíduos e Sociedade</b>
<b>Realismo</b>	Modelo das ciências naturais para as ciências sociais (procura de leis universais e gerais, predomínio da sociedade sobre o indivíduo)	Sociedade e natureza completamente diferentes. Objeto de diferentes ciências	Crítica e ruptura com senso comum	Prioridade da totalidade social sobre os indivíduos
<b>Construtivismo social</b>	Ciências sociais com especificidade, mas com mesmo nível de objetividade das ciências naturais + modelo positivista das ciências naturais não questionado	Sociedade e natureza completamente diferentes. Objeto de diferentes ciências	Interpretação do sentido da ação social num processo de dupla hermenêutica na teoria social	Prioridade da autonomia dos indivíduos frente à sociedade
<b>Teoria da Estruturação</b>	Ciências sociais e ciências naturais perpassadas por problemas equivalentes (valores, incertezas), mas com diferenças de objeto	Natureza socialmente construída. Não há uma natureza separada da sociedade <sup>12</sup>	Interpretação do sentido da ação social num processo de dupla hermenêutica na teoria social + reconhecimento do papel dos valores dos pesquisadores nas ciências naturais	Equilíbrio entre sociedade e agência
<b>Teoria da sociedade global de riscos</b>				Tendência a generalizar processos sociais. Maior influência da sociedade sobre os indivíduos na modernização simples e vice-versa na alta modernidade
<b>Teoria do ator-rede</b>	Ciências sociais e ciências naturais perpassadas por problemas equivalentes (valores, incertezas) e sem diferenças de objeto	Não há diferenças essenciais. Objeto das ciências sociais é focalizar redes sócio-técnicas (atores humanos e não-humanos)	Diferença entre conhecimento local (senso comum) e conhecimento científico. Este último tem condições de operar à distância, o que lhe dá mais poder	Pragmaticamente definida, incluindo-se também os híbridos não-humanos

Fonte: Guivant (2002).

O Quadro 1, retirado de Guivant (2002), apresenta uma síntese dos principais aspectos das teorias mencionadas até aqui, enfocando na segunda coluna como se dá a relação entre sociedade e natureza, objeto da discussão empreendida.

<sup>12</sup> Apesar do viés construcionista desta perspectiva, acreditamos que os esforços empreendidos por Giddens e Beck não rompem de todo com a separação entre natureza e sociedade. Em ambas as teorias, esta dualidade segue presente.

Enquanto vertentes realistas defendem a existência de dois polos (sociedade e natureza), estando o primeiro determinado pela realidade que imana do segundo; e perspectivas de cunho construcionista invertem esta lógica, postulando que fatos só existirão a partir dos sentidos construídos pelos agentes; o pós-construcionismo retira de ambas esferas o poder de, por si, esclarecer o mundo – ou seja, nem o social, nem o natural detêm a capacidade explicativa.

Latour (2000; 2013), a partir dos estudos sobre Ciência e Tecnologia, propõe o questionamento dessa lógica, apontando o privilegio dado à agência humana<sup>13</sup>. Para se estudar a tecnociência, o autor elenca uma série de Regras Metodológicas e, já em sua primeira norma proposta, sugere ser mais profícuo estudar a *ciência em construção*, ou seja, o processo que permite o fechamento de caixas-pretas<sup>14</sup>, as quais só serão reabertas através de novas controvérsias. Dessa maneira, temos que a ciência é uma construção e, portanto, um produto cultural – diferentemente do que tenta fazer crer a ideia da ciência acabada, que se oferece com efeito de verdade. A ciência pronta usualmente se apresenta como porta-voz da realidade (e, portanto, da “natureza”), pois resguarda-se detrás de ontologia própria, métodos objetivos (e também não discutidos) e organização específica.

O novo postulado rejeita a noção de ciência como um campo autônomo (ideia da qual partem outras perspectivas, com especial ênfase à Sociologia Crítica de Bourdieu), percebendo a conexão indissociável entre ciência, poder e ética (FONSECA; SÁ, 2011). Além da ruptura proposta com a concepção de ciência dada, esta abordagem também desloca o próprio fazer antropológico, conforme Fonseca e Sá (2011, p. 10): “Parece-nos que a antropologia da ciência nos conduz a adotar uma postura de menos ‘falar sobre’ e mais ‘falar com’.”.

A partir da concepção de que a ciência é fabricada e estabilizada, e portanto situada, Latour (2000) proporciona caminhos para o mapeamento da rede de atores

---

<sup>13</sup> Em função dessa assimetria entre os atores/agentes humanos e não-humanos, o autor utiliza o termo “actância”. Trata-se de uma forma neutra de se referir àqueles que exercem alguma ação, sem os privilégios usualmente dados às pessoas.

<sup>14</sup> Para guiar o estudo, Latour recorre à figura da caixa-preta, que importa da cibernética. Esta é usada quando sistemas se tornam demasiado complexos, de modo que não é preciso que saibamos nada a seu respeito – a não ser o que entra e o que sai. Para o autor, e isso compõe a primeira regra metodológica proposta, estudar a ciência em ação implica chegar antes que caixas-pretas se formem – ou então acompanhar as controvérsias que as reabrem (LATOUR, 2000, p. 421). Isso significa que, para estudar ciência e tecnologia, é importante não partir de produtos finais – tais como uma teoria pronta, uma usina nuclear ou a representação do DNA (que são tidos como objetos “frios”) – mas sim acompanhar as disputas que permitirão a constituição de tal teoria, da definição da usina ou de determinação deste modo de representar (estes sim objetos “quentes”).

envolvidos nesse processo de construção de verdades, o qual jamais é inócuo. A discussão proposta reconecta ciência e política, assim como natureza e cultura, demonstrando que estes não estão situados em câmaras opostas, de maneira que é inviável pensa-los separados.

O projeto moderno, para Latour, empenha-se na separação sociedade-natureza (e na supressão da divindade) e, na esteira deste esforço, paradoxalmente se proliferam os híbridos. Conforme o autor (2013, p. 46); “O dualismo natureza/sociedade é indispensável aos modernos para que possam, justamente, aumentar a escala dos mistos entre objetos e sujeitos.”. Neste aparente paradoxo, dois movimentos ganham força: a purificação e a tradução. Enquanto os processos de purificação criam dois campos ontologicamente distintos (os humanos e os não-humanos); as práticas de tradução possibilitam misturas entre seres até então não imaginadas, gerando híbridos de natureza e cultura (LATOUR, 2013, p. 16). Estas práticas estão conectadas e são interdependentes. A constituição moderna, entretanto, centra-se na explicação de tudo – mas ignora o que está no meio: os híbridos ou quase-objetos.

Nesse sentido, a ciência ocupa posição inquietante, pois produz verdades que, através do discurso, instauram uma nova ordem. Por meio dela, cada vez mais é provável que novos artefatos, novas entidades, novos organismos biológicos, tomem o mundo social (PREMEBIDA, 2008). E estas categorias híbridas (coisas, artefatos), assim como agentes humanos, também têm e fazem política.

Para o autor (LATOUR, 2000), em sua proposta de estudo da tecnociência, recursos humanos e não-humanos devem ser considerados simetricamente. A sociedade não é um fator explicativo da resolução de controvérsias, pois é a própria determinação da controvérsia que gera estabilidade àquela sociedade (Regra Metodológica nº 4).

O autor propõe o estudo de ciência e da tecnologia a partir da noção de rede. As redes são reais, coletivas e discursivas – embora, ao mesmo tempo, não sejam nem apenas objetivas, nem sociais, nem efeitos de discurso. As redes não pré-existem, elas são desveladas e dispostas pelo pesquisador, ao qual cabe expor as relações, mais fortes ou mais fracas, entre os múltiplos agentes.

Vemos como possível e profícua a aproximação entre a concepção de natureza e sociedade em Latour e em algumas sínteses chamadas pós (ou de) coloniais. Sabemos que estas compõem um campo múltiplo e por vezes conflitante entre si. Tais abordagens tomam como central a decomposição de verdades produzidas pelo Norte desenvolvido e empregadas de maneira homogeneizadora, propondo o desenvolvimento de

conhecimentos outros, estes advindos de diferentes povos e tradições. Como eixo comum, tais perspectivas visam a desconstrução do projeto moderno, o qual subordina as demais articulações – inclusive a natureza.

Assim, na concepção de ambiente aqui empreendida propomos um diálogo entre a primeira proposta (que reconecta natureza e sociedade a partir da heterogeneidade) e autores que seguem este mesmo princípio. A aproximação entre estas concepções permite também ampliar o leque de categorias de análise, observando as desigualdades dentro da própria ciência – por exemplo. Do mesmo modo, vemos que autores como Shiva (2001) e Porto-Gonçalves (2012 e 2011) trazem importantes discussões acerca da autonomia dos povos, relacionando-a com as modernas biotecnologias aplicadas à agricultura e a homogeneização da produção agrícola ao redor do mundo. Assim, questionando os saberes hegemônicos, acreditamos que outros conhecimentos que não o científico são válidos, assim como defendemos formas diversas de fazer (a agricultura e também o jornalismo). Assim, cremos em alternativas à Modernidade, as quais tenham em conta a soberania e os direitos de todos.

Embora neste trabalho nós nos apoiemos em conceitos centrais do referencial teórico-metodológico da Análise do Discurso de escola francesa (mais no capítulo seguinte), trazemos noções tomadas de Latour, Porto-Gonçalves e outros por acreditarmos na importância de se pensar o mundo em suas interfaces – sem isolar os fenômenos, nem tomar natureza e sociedade como polos afastados. Nesse sentido, buscaremos observar acontecimentos e discursos a partir da pluralidade possível – pluralidade esta também buscada pelo Jornalismo Ambiental como o defendemos.

## 2.2 A ECONOMIA DO CAMPO: DIFERENTES FORMAS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL

Antes do chamado Contrato Social, que permitiu a ordem e a organização da sociedade como a conhecemos, imperava, para este grupo de autores conhecidos como contratualistas (Hobbes, Locke e Rousseau)<sup>15</sup> o “estado de natureza”. Em tal estado de natureza, guardadas as diferenças de perspectiva entre os teóricos, há em comum a ausência de leis positivas, o que tornaria a vida organizada impraticável. Entretanto,

---

<sup>15</sup> Apesar dos chamados contratualistas convergirem e aceitarem a noção de um Contrato Social que separaria um estado primeiro (“natural”) da ordem social, o que torna a sociedade um construto artificial, este grupo de autores guarda grandes diferenças entre si. Suas perspectivas teóricas deram origem a diferentes interpretações da sociedade e da organização política.

enquanto para Hobbes no estado de natureza há uma total ausência de regras e inclusive as regras morais não são aplicáveis para todos os sujeitos – no que a situação se assemelharia a um estado de guerra e de caos – Locke defende a ideia de um estado de plena liberdade: não há leis positivas, é verdade, mas todos são obrigados pela razão. Nesse contexto, surge o contrato social – convenção que baseia a legitimidade do poder e constitui os povos.

É interessante apontar que a ideia de *natureza*, para estes teóricos, é aproximada do que é caótico e inacabado, necessitando intervenção. É, então, a constituição da *sociedade*, através de uma espécie de pacto originário, que – para os autores – gera moralidade e avanços civis. Nesse sentido, a separação desses dois domínios parece demonstrar a dominação do segundo sobre o primeiro, o que legitima uma constante intervenção.

A noção de *propriedade* cumpre importante papel na construção teórica dos contratualistas, em especial na proposição de John Locke. No estado de natureza, a natureza em si pertence a todos, ou seja, é um recurso comum. O trabalho humano, entretanto, permite a apropriação dos bens: os frutos em uma árvore, por exemplo, estão disponíveis a todos; mas no momento que um indivíduo os colhe e coloca em uma cesta, estes passam a ser sua *propriedade*. Nesta mesma lógica se dá a posse da terra e de outros recursos, que passam a ser (mais ou menos) aceitos e regulamentados.

Esta lógica, entretanto, diz respeito principalmente ao trabalho humano sobre objetos físicos, não abordando de forma direta a intervenção sobre o *conhecimento*. Esta última conexão, cujo debate ganha força nas últimas décadas, vem sendo chamada de *propriedade intelectual*. Esta pode ser concebida como uma espécie de conexão convalidada por meio de mecanismos legais, ou seja: “A propriedade intelectual é ligação entre a pessoa e a coisa (representada na forma de um direito), e esta coisa pode ser utilizada por outras, mas carrega a marca de quem a originou.” (RADOMSKY, 2012, p. 163). Ou, noutra definição:

O termo Propriedade Intelectual designa um amplo conjunto de direitos privados e monopolistas. Em sua atual normatização de direito e de sentido, Propriedade Intelectual é definida pela inclusão de duas dimensões: os *direito de propriedade industrial*, que dizem respeito às invenções (patentes, marcas e desenho industrial) e indicações geográficas; e o *direito autoral*, que inclui produção artística e literária, em todas suas formas de apresentação. (LEAL; SOUZA, 2012, p. 277).



Apesar de existirem registros anteriores sobre o assunto<sup>16</sup>, data de 1883 o primeiro acordo multilateral a respeito da proteção à propriedade intelectual, no âmbito da Convenção de Paris para a Proteção da Propriedade Industrial (CUP). Este tratado, ainda vigente, dispunha sobre a proteção da propriedade industrial no que concerne a marcas, nomes comerciais, patentes de invenção, concorrência desleal, entre outros.

Vale ressaltar que na primeira versão desta Convenção ainda não era conhecida a engenharia genética, mas em sua revisão de 1967, de Estocolmo, já se conhecia esta possibilidade e mesmo assim não se fez menção ao tema. Desta maneira aos seus Estados-Membros possibilitou-se a opção de proteger ou não proteger este campo tecnológico. (BRUCH, 2006, p. 20).

Em 1892, os escritórios da União de Paris e da União de Berna foram unificados, dando origem ao *Bureaux Internationaux Reunis Pour la Protection de la Propriété Intellectuelle* (BIRPI).

Após a Segunda Guerra Mundial (1939-45), o mundo se reorganiza social, política e economicamente e emergem agentes outros. Nesta nova ordem global, de acordo com Leal e Souza (2010), o poder extrapola as fronteiras dos Estados-nações a partir da criação de organismos internacionais, os quais estabelecem acordos multilaterais e redefinem normas de direito. Exemplos de tal situação são o FMI (Fundo Monetário Internacional) e do Banco Mundial<sup>17</sup>, criados ainda em 1944 – instituições que redesenham a ordem econômica no planeta. Três anos depois, em 1947, é firmado o GATT (Acordo Geral de Tarifas e Comércio, em português), que regulava o comércio internacional. Conforme Radomsky (2010, p. 64-64):

O acordo foi central na implementação da diminuição de barreiras comerciais entre os países, e foi nesse período que o comércio de serviços e de conhecimentos passaram a demandar (para os países centrais) formas de controle. Isso deveu-se ao fato de que a emergência de novos países industrializados (Japão e Coreia do Sul) aumentou a concorrência, e estas nações tornaram-se competitivas usando o sistema de propriedade intelectual ao seu favor: por meio da imitação e com o uso adaptativo de tecnologias não patenteáveis.

Em 1967, ainda respondendo às demandas da nova ordem global, o BIRPI é extinto, abrindo espaço para a criação da OMPI (Organização Mundial da Propriedade

<sup>16</sup> A questão da propriedade intelectual não é de todo recente. A primeira legislação sobre o tema que se tem registro data de 1474 em Veneza, embora anos antes, em 1421, o arquiteto italiano Filippo Brunelleschi tenha obtido uma patente pelo projeto de um navio. Em 1486, na mesma cidade, Marcantonio Sabellico foi o detentor do primeiro autorial de um livro que se tem registro, pela sua história de Veneza. Para uma recuperação histórica da temática, relacionada a trajetória do conhecimento, sugiro consulta a Burke (2003).

<sup>17</sup> Histórico em: <<http://www.banquemondiale.org/fr/about/history>>. Acesso em: 3 dez. 2014.

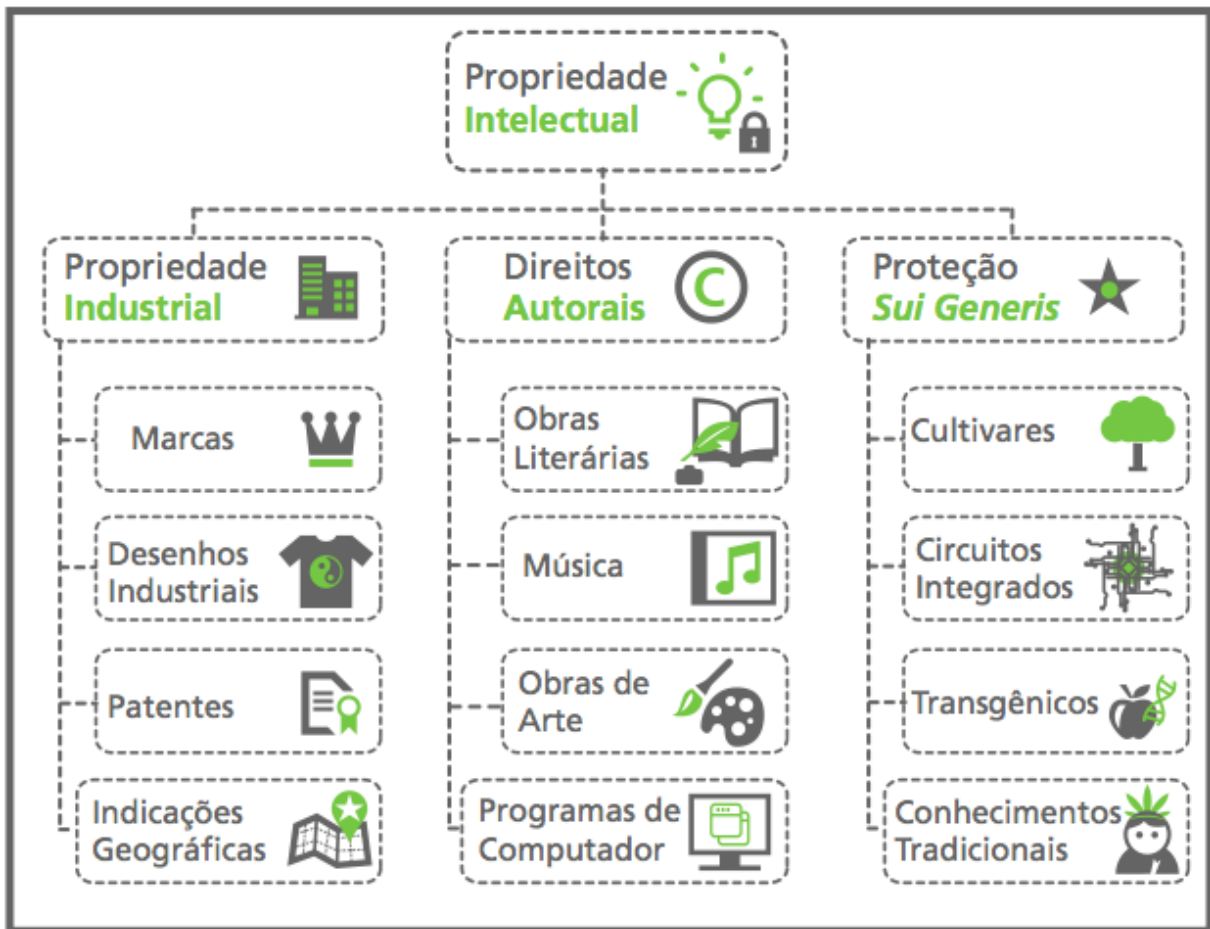
Intelectual), que em alguns anos depois é incorporada à ONU. Vinculada aos objetivos das Nações Unidas, a agência é guiada por metas estratégicas, usualmente ligadas ao desenvolvimento<sup>18</sup>. A OMPI compreende que o termo propriedade intelectual refere-se à “*œuvres de l’esprit*”, dividindo-as em dois domínios: os direitos de propriedade industrial e os direitos de autoria (OMPI, sem ano). A partir destes, tem-se cinco formas de proteção: os direitos de autor; as patentes; as marcas; os desenhos e modelos industriais; e a indicação geográfica. Há, ainda, os chamados direitos *sui generis*, que englobam os direitos que não são encaixados nem no primeiro item (direitos de propriedade industrial), nem no segundo (direitos de autoria), como ilustra a Figura 1 – Diferentes formas de propriedade intelectual. Estes compreendem novos cultivares, transgênicos e o que chamam conhecimentos tradicionais. Dessa forma, enquanto os direitos de propriedade industrial dizem respeito ao processo, os direitos *sui generis* abarcam os produtos resultantes.

A OMPI, no entanto, não possui poder coercitivo para determinar o cumprimento de regras e padrões, assim como não cabe ao órgão prever e executar punições aos Estados descumpridores dos acordos (BRUCH, 2006).

---

<sup>18</sup> Dentre os objetivos estratégicos para o biênio 2014-15, promulgado em dezembro de 2013, a OMPI menciona “favorecer a propriedade intelectual em serviço do desenvolvimento” (tradução livre), com especial atenção à África, países árabes, Ásia e Pacífico, América Latina e Caribe e países menos avançados. O plano está disponível em: <[http://www.wipo.int/export/sites/www/about-wipo/fr/budget/pdf/budget\\_2014\\_2015.pdf](http://www.wipo.int/export/sites/www/about-wipo/fr/budget/pdf/budget_2014_2015.pdf)>. Acesso em: 3 dez. 2014.

Figura 1 - Diferentes formas de propriedade intelectual



Fonte: Oliveira; Marques (2014, p. 11)<sup>19</sup>.

Apesar da noção de propriedade intelectual não ser propriamente recente, é a partir da década de 1980 que a temática ganha fôlego e novos contornos no contexto mundial. Se em sua origem o GATT visava combater o protecionismo e diminuir barreiras para o comércio entre nações, a partir da década de 1980 a questão da propriedade intelectual passa a ser introduzida com mais energia nas discussões, com especial interesse dos Estados Unidos (LEAL; SOUZA, 2010; RADOMSKY, 2010). O resultado direto destes debates é a Rodada Uruguai (1986-1994), que culmina com a criação da OMC (Organização Mundial do Comércio) e do acordo TRIPS (Tratado sobre os Aspectos da Propriedade Intelectual relacionados ao Comércio) – estes profundamente atrelados.

O TRIPS passa a ser então o acordo que regula, em esfera global, a propriedade de bens intangíveis e sua exploração comercial<sup>20</sup>. O tratado prevê que os países membros

<sup>19</sup> A imagem foi retirada da cartilha “Patentes de invenção e a Embrapa: dúvidas frequentes, esclarecimentos sobre leis e normas”.

da OMC adiram a ele, alterando suas legislações nacionais de maneira a comportar a temática da propriedade intelectual, conceituando-a de forma semelhante, ou seja, não se trata de uma legislação pré-pronta e aplicável, mas cada Estado membro deve condicioná-la à sua ordem jurídica. O objetivo manifesto do acordo é a promoção da inovação científica e tecnológica, embora sua dimensão prática promova inúmeros empecilhos para tanto. Nos termos do acordo, os membros podem não conceder a patente para, dentre outros casos, invenções que explorem a vida (humana, animal e vegetal) ou que impliquem danos ao meio ambiente. Apesar de tal previsão legal, ressalta Bruch (2006, p. 30):

Contudo é obrigatória, conforme o artigo 27, item 3, aliena b: a patenteabilidade de microorganismos e processos essencialmente biológicos para a produção de plantas e animais; e a proteção de espécies vegetais, podendo esta proteção se dar por patentes ou por um sistema diverso. É a partir deste dispositivo que surgem no Brasil, e em diversos outros países, as patentes biotecnológicas e a proteção de cultivares.

Assim, uma nova agenda pública se estabelece, imbricando direitos de propriedade intelectual e de comércio, os quais hoje já soam inseparáveis. “Na contramão da natureza pública, coletiva e fluída da cultura, o acordo TRIPS cerca e privatiza a produção cultural, científica e tecnológica.” (LEAL; SOUZA, 2010, p. 15).

No Brasil, a adequação ao acordo TRIPS veio através da Lei nº 9.279, em 1996, que estabelece critérios para o patenteamento de invenções e o condiciona ao INPI (Instituto Nacional de Propriedade Intelectual). São critérios para garantir a patente: novidade, atividade inventiva e aplicação industrial (BRASIL, 1996), excluindo-se, dentre outros, fórmulas matemáticas, descobertas abstratas, métodos terapêuticos e o todo ou parte de seres vivos. Entretanto, o artigo 18 da referida Lei, ainda elencando fatores que impossibilitam a patente, aponta (BRASIL, 1996 [grifo nosso]):

Art. 18. Não são patenteáveis:

I - o que for contrário à moral, aos bons costumes e à segurança, à ordem e à saúde públicas;

II - as substâncias, matérias, misturas, elementos ou produtos de qualquer espécie, bem como a modificação de suas propriedades físico-químicas e os respectivos processos de obtenção ou modificação, quando resultantes de transformação do núcleo atômico; e

---

<sup>20</sup> Como já mencionado, o termo Propriedade Intelectual engloba direito autoral e direitos de propriedade industriais. O acordo TRIPS prevê tal distinção, conforme conteúdo disponível no site da OMC (em francês) *Qu'entend-on par droits de propriété intellectuelle?*: <[http://www.wto.int/french/tratop\\_f/trips\\_f/intell\\_f.htm](http://www.wto.int/french/tratop_f/trips_f/intell_f.htm)>. Acesso em: 3 dez. 2014. O tratado na íntegra, assim como outros documentos relativos à OMC, podem ser acessados em <[http://www.wto.int/french/docs\\_f/legal\\_f/legal\\_f.htm#TRIPS](http://www.wto.int/french/docs_f/legal_f/legal_f.htm#TRIPS)>. Acesso em: 3 dez 2014.

III - o todo ou parte dos seres vivos, **exceto os microorganismos transgênicos** que atendam aos três requisitos de patenteabilidade - novidade, atividade inventiva e aplicação industrial - previstos no art. 8º e que não sejam mera descoberta.

Parágrafo único. Para os fins desta Lei, microorganismos transgênicos são organismos, exceto o todo ou parte de plantas ou de animais, que expressem, mediante intervenção humana direta em sua composição genética, uma característica normalmente não alcançável pela espécie em condições naturais.

A lei brasileira sobre propriedade industrial anterior, de 1971, não permitia a patente de medicamentos, alimentos, químicos e ligas (BRASIL, 1971). Entretanto, a nova ordem global instituída no pós-guerra passa a contar com o protagonismo de novos agentes e instituições, dentre eles os organismos internacionais já mencionados e também grandes corporações, como as indústrias farmacêutica e agrícola – remanescentes do período bélico. Se nos anos de 1970 a indústria de sementes ainda embrionária promovera investidas frustradas contra a legislação de patentes nacional, a década de 1980 já trazia um novo panorama:

as corporações farmacêuticas, agroquímicas e de petróleo, que haviam fortalecido seus laços para controlar a produção de fertilizantes e sementes, agora visavam o desenvolvimento da biotecnologia. Para dominar o biomercado emergente o sistema de patentes se revelara crucial. (SANTOS, 1998, p. 26).

No que tange à propriedade de plantas (e suas alterações via biotecnologia), ganha destaque também a UPOV (União Internacional para a Proteção de Novas Variedades de Plantas), organização internacional estabelecida na Suíça. A partir de tal associação, no ano de 1961 em Paris assinou-se a Convenção para a Proteção de Novas Variedades de Plantas, cujo objetivo era proteger os desenvolvedores de novas variedades de cultivares, de modo a fomentar novas criações. Esta convenção foi atualizada em 1972, 1978 e 1991.

No momento da promulgação da UPOV/1991, permitiu-se a aderência a este acordo ou então a continuidade no acordo de 1978 – esta última foi a opção do Brasil, enquanto países como os Estados Unidos optaram pelo novo pacto. A diferença principal entre os dois (de acordo com BRUCH, 2006) está na flexibilidade das normas propostas para a propriedade intelectual: enquanto o tratado de 1978 não permite o acúmulo de proteções (proteção da propriedade intelectual e proteção do cultivar, por exemplo), em 1991 foi prevista esta possibilidade. O acordo atualizado é mais rígido também na própria previsão dos direitos à propriedade intelectual, mesmo que preveja algumas exceções já antecipadas no pacto de 1978 (como os direitos do produtor, por exemplo).

Mesmo que o acordo não autorize a dupla proteção, é comum que ela aconteça: enquanto novos cultivares/variedades vegetais são protegidas pelo sistema *sui generis* (a Lei de Cultivares no Brasil); o processo de obtenção ou criação destas variedades são passíveis de patenteamento.

A Figura 2 - *Trajatória da Propriedade Intelectual – datas e acordos* traz um resumo das principais datas e tratados abordados, com importância histórica para o desenvolvimento da noção de Propriedade Intelectual.

Figura 2 - Trajetória da Propriedade Intelectual – datas e acordos



Fonte: elaborado pela autora.

A questão da propriedade intelectual hoje traz consigo, quase que de maneira inseparável, uma reflexão sobre a estrutura do mercado. Se em seu surgimento a

propriedade intelectual compreendia-se apenas como proteção ao autor – de maneira a fomentar novas invenções e recompensar o trabalho criativo –, no presente, a trama complexifica-se. Hoje o termo carrega em si uma nova ordem global, onde privilegiam-se corporações em detrimento da humanidade em si, subalternizando a natureza e populações tradicionais – bem como o conhecimento que estas geram. Nesse tecer de novos direitos, para o qual imperam prioridades outras, há o apagamento da autonomia dos sujeitos e comunidades através de processos coercitivos e violentos, ainda que simbolicamente.

Nesse sentido, conforme Leal e Souza (2012), a propriedade intelectual não abarca apenas direitos legais e regulação da exploração do conhecimento – mas configura-se como um *discurso* que legitima estruturas de poder competentes à atual economia global do conhecimento. De acordo com Vandana Shiva (2001), os direitos de proteção intelectual – e tudo que estes implicam – representam uma nova fase de colonização intensa e exploração dos povos. Essa lógica de repressão e expropriação, defende Shiva, interessa apenas às empresas de biotecnologia, que – organizadas em monopólios e oligopólios – buscam deter poder político, econômico, científico e simbólico. A partir da concentração de poder, as grandes corporações passam a controlar a produção e circulação de conhecimento:

Os DPI [Direitos de Proteção Intelectual] são uma tentativa de tirar dos lavradores, e das mulheres, o que é da natureza e de chamar essa invasão de melhoramento e progresso. Violência e pilhagem como instrumentos de geração de riqueza são essenciais à colonização da natureza e dos nossos corpos por meio das novas tecnologias. Os que são explorados tornam-se criminosos, os que exploram reivindicam proteção. (SHIVA, 2001, p. 81).

Alperovitz e Daly (2010) trazem novos elementos a esta discussão ao questionarem a legitimidade do saber ocidentalizado gerador de propriedade privada, ponderando que os avanços da tecnologia poderiam ser considerados coletivos, uma vez que dependem de uma gama de fatores e de outros conhecimentos já pré-estabelecidos para que possam progredir e representar alguma inovação. Assim, de acordo com os autores, não cabe ao engenheiro, ao cientista ou ao técnico os ganhos relativos ao avanço proposto, mas a toda sociedade, pois esta proporciona as condições necessárias para criar e reproduzir o conhecimento produtivo. Para Alperovitz e Daly (2010), então, vivemos um tempo de apropriações indébitas, na qual nem todos que merecem são contemplados na distribuição dos ganhos.

Na esteira das relações entre propriedade intelectual e mercado, as quais se tornam cada vez mais estreitas, através de organismos internacionais e acordos não tão claros entre as nações, a biotecnologia surge como catalisadora de novas controvérsias e mobilizadora de interesses outros.

Assim, com o conhecimento produzido em laboratórios de grandes empresas em associação cada vez mais estreita com o Estado, a propriedade intelectual individual (patentes) se coloca em confronto direto com o conhecimento patrimonial, coletivo e comunitário característico das tradições camponesas, indígenas, afrodescendentes e outras originárias de matrizes de racionalidade distintas da racionalidade atomístico-individualista ocidental. (PORTO-GONÇALVES, 2012, p. 218-219).

Autores como Porto-Gonçalves (2012), ainda, contrapõem o surgimento e a ampliação dos direitos de propriedade intelectual com a preservação de formas outras de conhecimento – como os saberes de tradições não-modernas, por exemplo. Nesse sentido, a biotecnologia instaura uma aparente dicotomia entre os favoráveis e os contrários – ao mesmo tempo em que se apresenta como um fato consumado e, portanto, irreversível. Mais que opor agentes em dois polos irreconciliáveis, o que os direitos de propriedade intelectual parecem impulsionar, é importante que outros olhares acerca da questão sejam mobilizados – tarefa esta essencial ao bom Jornalismo.

### 2.3 DA REVOLUÇÃO VERDE ÀS RURALIDADES CONTEMPORÂNEAS

A questão da propriedade intelectual, com especial ênfase às patentes, atinge o meio rural – situação que se amplia após o surgimento da biotecnologia.

O campo hoje, entretanto, não pode ser tomado como um todo homogêneo, pois múltiplas referências se combinam formando outros universos econômicos e culturais: é necessário que lembremos a ruralidade neste contexto de pluralidade. Assim, é possível traçarmos uma velha ruralidade e uma nova ruralidade, a qual se apresenta cada vez mais multifacetada e multifuncional: o campo já não é apenas o lugar da atividade agrícola – pensamento oriundo de uma dicotomia urbano-rural – mas é também espaço de lazer, alternativa de residência e até mesmo um bem de consumo, através do imaginário da busca da natureza. Para Carneiro (1998, p. 53): “Nesse sentido não se pode falar de ruralidade em geral; ela se expressa de formas diferentes em universos culturais, sociais e econômicos heterogêneos”.

Na chamada zona rural, entre outras formas de organização, convivem então agricultores em organizações familiares múltiplas, que apresentam baixo índice de



modernização ou não; sujeitos pluriativos, que apesar de obterem renda da terra a complementam com outras atividades, sejam elas relacionadas ou não à agricultura; e agricultores modernizados, modelo que parece ser hegemônico, dado o seu poderio político e representatividade econômica.

O processo de transformação, ainda, não se dá de maneira idêntica por todo o campo, o qual passa a ser integrado (em algum nível) às cidades, indo além dos conceitos urbano e rural apresentados de modo dual e totalizante. Nesse sentido, a partir de tal compreensão surgem identidades outras, movidas por múltiplos processos de sociabilidade e sentimentos de pertença.

Neste trabalho, ainda que lembrando da pluralidade de modos de vida no meio rural, detemos nossos olhares no campo enquanto lugar primeiro da atividade agrícola, a qual também engendra diferentes práticas e percepções.

Mantendo em vista as diferentes faces do rural hoje, é interessante retomarmos brevemente as fases que o antecederam, de maneira a compreendermos o percurso histórico no qual o processo de mudanças estruturais se deu e quais suas principais consequências sociais e ambientais.

Embora no contexto brasileiro falemos em modernização da agricultura apenas a partir dos anos 1960, é manifesto que se trata de um processo mais complexo, para o qual as condições foram forjadas no decorrer dos anos (GRAZIANO DA SILVA, 1996). Internacionalmente, a agricultura dos países hegemônicos já havia se modernizado, impulsionada pelo pacote tecnológico da Revolução Verde, o qual proporcionou inovações mecânicas, biológicas e químicas com o pretexto de reduzir a fome no planeta. É principalmente a partir dos anos 1930 que o Brasil passa a integrar os mercados nacionais, processo que culmina após os anos 1950, com a implantação da industrialização por substituição das importações. A agricultura, então, precisava se modernizar para absorver os produtos da indústria nacional nascente, além de produzir em quantidade suficiente para atender a demanda internacional crescente por proteína vegetal. Sob o ponto de vista econômico-social, a modernização da agricultura pode ter sido também a alternativa encontrada pelo Regime Militar para negligenciar a reforma agrária, questão que vinha sendo apoiada e reivindicada de forma crescente no governo anterior:

Transformações técnico-econômicas evidentes desencadearam-se em larga escala no momento histórico em que a reforma agrária foi derrotada e os grupos de pressão sindical dos trabalhadores rurais em bases nacionais. Fica evidente

da observação de todo o período analisado – mas principalmente da sua fase final – que a tácita exclusão dos sindicatos e de outras representações de trabalhadores e produtores familiares do projeto de modernização, aprofundou o fosso de desigualdade de todo o sistema econômico, e não apenas do setor rural. (DELGADO, 2012, p. 19-20).

Observando-se a conjuntura, então, deu-se início à chamada modernização da agricultura brasileira, orquestrada pelo Estado ditatorial, a qual consiste – basicamente – na alteração da base tecnológica em três esferas: 1) mecânica, com a adoção de tratores e máquinas específicas que substituem a força de trabalho animal e humana; 2) química, a partir da implementação de insumos e fertilizantes químicos industrializados; 3) biológica, que se dá com a introdução de variedades genéticas de alto rendimento em oposição às sementes crioulas, primeiramente a partir de sementes híbridas, hoje substituídas por organismos geneticamente modificados (OGMs), os transgênicos.

Cabe ressaltarmos que o próprio surgimento desse movimento na agricultura (principalmente o advento de recursos químicos) é um fruto do deslocamento dos interesses da indústria bélica, o que gera um silenciamento de seus potenciais efeitos diante das promessas de produtividade. Conforme Pinheiro (2001, p. 71-72):

Os fertilizantes possuíam marca registradas que depois evoluíram para patentes de processos e produtos. Os agrotóxicos, também, tiveram esta mesma evolução até os produtos sintéticos, para fins militares, depois desviados para a agricultura e transformados em poderosos segmentos econômicos. Eles, também, já nasceram como patentes.

As empresas detentoras de moderna biotecnologia, em especial os transgênicos, seguem a mesma ordem: patenteiam seus produtos e processos, criando obstáculos a outras formas de cultivo. Do mesmo modo, através de intensa divulgação de supostos benefícios econômicos e ambientais, interditam a reflexão e o questionamento sobre a sua ciência.

O cenário que hoje se repete iniciou-se ainda no período da Revolução Verde e seus incentivos à adoção de pacotes tecnológicos. Para delinear-se esse quadro, entretanto, foram necessários investimentos e planejamento estatal, de maneira a facilitar e estimular a adoção deste pacote tecnológico por grande parte dos proprietários rurais. Podemos, então, em consonância com diversos autores (GRAZIANO DA SILVA, 1996; KAGEYAMA, 2008), defender que a modernização da agricultura no Brasil esteve amparada no tripé crédito-pesquisa-extensão: a criação de mecanismos e empresas

públicas fomentadoras de cada um destes aspectos (SNCR <sup>21</sup> - EMBRAPA <sup>22</sup> - EMBRATER<sup>23</sup>) corrobora para esta percepção.

A implementação do sistema de crédito foi a primeira a acontecer, ainda em 1965, incitando as transformações estruturais na agricultura que levaram ao desenvolvimento e consolidação do capitalismo no campo. O crédito, entretanto, apesar de abundante, não era distribuído igualmente pelo Brasil: o processo era seletivo por produtos cultivados (apenas os exportáveis, além da cana-de-açúcar que garantia o abastecimento de álcool), por região do país (em um primeiro momento, a maior parte do investimento se concentrou no Sul e no Sudeste) e por tipo de produtor (dava-se prioridade aos grandes e médios produtores), fatores que aumentaram ainda mais o fosso de desigualdades em nosso país. Dessa forma,

[...] constituiria um reducionismo completo tratar dos complexos agroindustriais e do processo de mudança na base técnica de produção rural como se refletissem a totalidade do setor rural brasileiro. Ao contrário, este processo concentrou-se regional e socialmente em sua maior parte em zonas do sudeste e do sul, só vindo a propagar-se pelo centro-oeste já nos anos 1980. Deixou-se em grande parte para trás a agricultura do nordeste, assim como a coleta e extração vegetal da Amazônia, que participaram desse processo de “modernização” cumprindo papéis distintos, ora como reservatórios contínuos de mão de obra migrante para o setor urbano (no caso do nordeste), ora como provedoras de novas zonas de apropriação capitalista das terras e da exploração de florestas nativas (Floresta Equatorial Amazônica e Cerrados). (DELGADO, 2012, p. 17-18).

De acordo com Graziano da Silva (1996), formavam-se, assim, os complexos agroindustriais (CAIs), que – ao integrarem atividade agrícola e industrial, intensificando a divisão social do trabalho e exigindo a especialização da produção – substituíam os antigos complexos rurais.

Paradoxalmente, a chamada modernização da agricultura brasileira foi, então, conservadora, pois – apesar de baseada em inovações tecnológicas – não alterou a concentração de terras e de renda, apenas reafirmando as desigualdades e fortalecendo as elites agrárias. As transformações na divisão social do trabalho, ocasionadas pelas alterações tecnológicas, produtivas e sociais, concretizaram o capitalismo no campo, dando origem a uma nova configuração econômica, política, social e – até mesmo – cultural.

---

<sup>21</sup> O SNCR (Sistema Nacional de Crédito Rural) foi articulado pelo Estado em 1965 e reorientou as políticas agrícolas por produto, estimulando a produtividade e o crescimento do capitalismo no setor (DELGADO, 2012).

<sup>22</sup> A EMBRAPA foi criada em 1973 e está vinculada ao MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento).

<sup>23</sup> A EMBRATER foi extinta em 1990.

Nessa nova conformação, muitos foram os saldos da modernização. A principal consequência talvez seja a atual dinâmica rural brasileira, baseada no modelo de agronegócio – que por sua vez é derivado dos antigos CAIs. Esta questão decorre do fato da modernização ter se realizado de forma seletiva, privilegiando o produtivismo e ignorando outros habitantes do campo e seus gêneros de vida. Esta percepção acabou por uma estrutura agrária dualista e perversa, pois – ao excluir os pequenos agricultores do processo – forjou o êxodo rural:

A população rural brasileira atingiu seu máximo em 1970 com 41 milhões de habitantes, o que correspondia a 44% do total. Desde então o meio rural vem sofrendo um declínio populacional relativo e absoluto, chegando em 1996 com um total de 33,8 milhões de habitantes, ou 22% do total nacional. A redução da importância da população rural deve-se, fundamentalmente, aos movimentos migratórios. (CAMARANO, ABRAMOVAY, 1999, p. 1).

Este processo de esvaziamento tem consequências ainda mais curiosas, o envelhecimento e a masculinização da população do campo. Isto porque, de acordo com Camarano e Abramovay (1999), são os jovens que respondem pela maior parte dos fluxos migratórios e, dentre eles, as mulheres predominam. Aos que resistem no campo, o trabalho rural se torna mais árduo, pois ampliou-se a dependência dos agricultores dos insumos externos, como, por exemplo, as sementes, os fertilizantes, as máquinas e o próprio crédito agrícola.

Além das consequências profundas para a estrutura social, o processo também ampliou a degradação ambiental. A expansão da fronteira agrícola no Brasil, as monoculturas e o uso de inúmeros insumos químicos e agrotóxicos contribuem para o desmatamento, a redução da biodiversidade, a poluição de águas e solos, entre outros.

Hoje, o cenário segue a mesma lógica que busca produtividade em detrimento de qualidade e aceita todas as inovações da moderna biotecnologia postas em favor dos interesses do mercado. O lançamento de novos produtos e técnicas se ancora nestes pressupostos produtivistas, mesmo que efetivamente não os atinja. A consciência de todo o processo da Revolução Verde será importante na etapa analítica deste trabalho, pois propomos averiguar discursos em um cenário já envolvido pelos mecanismos oferecidos pela modernização agrícola.

A modernização da agricultura brasileira trouxe, então, inúmeras implicações para a sociedade e para a natureza, as quais vivenciamos cotidianamente. Talvez a principal razão para tanto foi o fato de adotar os princípios da Revolução Verde, esta

baseada em um discurso tecnocrático e em saberes economicistas hegemônicos. Ao ignorar e silenciar outras formas de conhecimento que não a científica, a modernização é desde o princípio excludente e injusta, pois não abarca a pluralidade de olhares e a complexidade da vida.

### 3 JORNALISMO<sup>24</sup>: DISCURSO E CONHECIMENTO COMPROMETIDOS COM O AMBIENTE

*Como o saber ambiental, o Jornalismo Ambiental não é propriedade dos que detêm o monopólio da fala, mas deve estar, umbilicalmente, sintonizado com o pluralismo e a diversidade.*

Wilson Bueno (2007, p. 36)

O Jornalismo pode ser compreendido de diversas maneiras, algumas delas não excludentes entre si, muitas das quais – em um permanente diálogo com outros campos do conhecimento – transformam-se ao longo do tempo, acompanhando novas perspectivas teóricas e sociais. Se por um lado já se concebeu o Jornalismo como um reflexo da realidade, como se fosse um espelho que mostrasse o mundo sem equívocos ou falsos efeitos, as abordagens mais atuais relativizam (e mesmo contradizem) esta ideia, tomando o Jornalismo como um partícipe na construção social, de modo que a influencia e é por ela influenciado. Conectado a este olhar, surge a noção do Jornalismo enquanto um modo singular de conhecimento do mundo (MEDITSCH, 1992, 2004; GENRO FILHO, 1989), conhecimento este que está permeado por discursos em confronto (CHARAUDEAU, 2009; BENETTI, 2008).

Por não acreditar em uma instituição totalizante, que dá conta da verdade empírica, é a partir das perspectivas construtivista e discursiva que vemos o Jornalismo. Vale ressaltar também o seu caráter comercial, que, situado em um universo de concorrência, demanda o consumo de seus produtos; e as rotinas produtivas nas quais os profissionais se inserem.

Fruto de uma grande movimentação das últimas décadas (de caráter institucional e também social), a sensibilidade para a questão ambiental também invadiu o jornalismo: como se comprova numa rápida olhada numa banca de revistas e jornais, a temática, nas suas mais diferentes abordagens, é presença certa em diversos veículos. A ampliação das pautas ambientais, entretanto, não veio acompanhada de uma reflexão sobre a conexão entre humanidade e natureza, de modo que muitas vezes aparece isolada e desconectada da complexidade do mundo. Os enfoques empreendidos,

---

<sup>24</sup> “Jornalismo”, quando grafado com inicial em caixa alta, refere-se ao campo de saber; enquanto “jornalismo”, quando grafado inteiramente em caixa baixa, refere-se à prática profissional cotidiana.

conforme diversos estudos (SCHWAAB, 2011; LOOSE, 2010; MASSIERER, 2007, entre outros), são bastante diferentes, motivo pelo qual optamos por diferenciar, conforme Girardi et al. (2013a, 2013b), o Jornalismo de Meio Ambiente, que caracteriza-se por abordar a natureza, do Jornalismo Ambiental, este especializado e comprometido com a educação e a cidadania dos sujeitos.

É a partir da mirada do Jornalismo Ambiental que observamos o *corpus* da pesquisa, por acreditar que a relação entre sociedade e natureza deve perpassar todas as pautas e editorias, incorporando os saberes dos interlocutores.

### 3.1 JORNALISMO COMO FORMA DE CONHECIMENTO

Por muito tempo, o Jornalismo foi observado a partir de alguns valores a ele atribuídos, como a objetividade e a imparcialidade. Pensar o Jornalismo hoje pode ser mais profícuo se aceitarmos compreendê-lo a partir de uma tríade – técnicas, teorias e linguagem. Ao articular estes três saberes, é possível perceber o Jornalismo como uma atividade de conhecimento, cujo saber, mediado por tecnologias específicas materializa-se na língua.

Compreendo o Jornalismo como uma forma de conhecimento, a qual se diferencia de outras, como a Ciência ou a Arte, por exemplo. Robert Park (2008 [1940]) foi o primeiro autor conhecido a sugerir tal hipótese e o fazia através da distinção entre *acquaintance with* (familiaridade com as coisas), não-sistemática e intuitiva: típica do senso-comum; e *knowledge about* (conhecimento das coisas), o saber formal. Esta diferenciação, tributária de Willian James, é alterada por Park (2008), que situa as duas formas de conhecimento propostas anteriormente numa espécie de *continuum*: em algum ponto entre elas – e , portanto, diferente de ambas, está o Jornalismo. O autor, ainda, discorre sobre o produto primeiro do Jornalismo, a notícia, dando a ela papel específico na sociedade em que se situa:

A função da notícia é de orientar o homem e a sociedade num mundo real. A medida que ela consegue isto, a notícia tende a preservar a sanidade do indivíduo e a permanência na sociedade. Embora a notícia seja uma forma mais primitiva e elementar de comunicação que a ciência, a notícia não pode de jeito nenhum ser substituída por ela. (PARK, 2008, p. 69).

Embora balizada pela perspectiva funcionalista, Park (2008) propôs uma importante reflexão acerca do caráter de saber produzido pelo Jornalismo, o qual é diferenciado por ser transitório e efêmero, mas ainda assim fundamental à sociedade.

Adelmo Genro Filho (1989) percebe as limitações da proposta de Park – a começar pela concepção de conhecimento a qual toma o autor, confinada ao seu sentido operacional com o mundo: “Entretanto, se tomarmos o conhecimento como a dimensão simbólica do processo global de apropriação coletiva da realidade, poderemos conceber o Jornalismo como uma das modalidades partícipes desse processo e, igualmente, atravessado por contradições.” (GENRO FILHO, 1989, p. 60). Assim, o autor revisa a obra de Park (2008), situando ainda o Jornalismo como forma de conhecimento em sua especificidade, diferenciando-a de outras formas:

**O jornalismo não produz um tipo de conhecimento, tal como a ciência, que dissolve a feição regular do mundo em categorias lógicas universais, mas precisamente reconstitui a singularidade**, simbolicamente, tendo consciência que ela mesma se dissolve no tempo. O singular é, por natureza, efêmero. O jornalismo também pouco elabora uma espécie de representação cujo singular é arbitrário, projetado soberanamente pela subjetividade do autor, tal como acontece na arte, onde o típico é o eixo fundamental de contato com a realidade. O processo de significação produzido pelo jornalismo situa-se na exata contextura entre duas variáveis: 1) as relações objetivas do evento, o grau de amplitude e radicalidade do acontecimento em relação a uma totalidade social considerada; 2) as relações e significações que são constituídas no ato de sua produção e comunicação (GENRO FILHO, 1989, p. 65 [grifo nosso]).

A singularidade, então, é a categoria na qual se cristaliza o conhecimento proveniente do Jornalismo, em oposição ao universal, que interessa à Ciência e ao seu modo de perceber o mundo (Genro Filho, 1989).

Assim como Genro Filho (1989), Eduardo Meditsch (1992, 2004) não corrobora para o ideal de conhecimento como sinônimo de Ciência, nem compactua com a perspectiva de Park (2008), a qual situa o Jornalismo entre duas formas distintas de saber: é necessária uma espécie de terceira via, a qual não vê o Jornalismo por suas semelhanças com outros campos, mas sim por suas diferenças, as quais o tornam único.

Enquanto a Ciência, abstraindo um aspecto de diferentes fatos, procura estabelecer as leis universais que regem as relações entre eles, o Jornalismo, como modo de conhecimento, tem a sua força na revelação do fato mesmo, em sua singularidade, incluindo os aspectos forçosamente desprezados pelo modo de conhecimento da Ciência. Assim, enquanto a Ciência se torna um modo de conhecimento do mundo explicável, o Jornalismo se torna um modo de conhecimento do mundo sensível. Cada um vai ter a sua forma própria de refletir e, inevitavelmente, de refratar a realidade. (MEDITSCH, 1992, p. 56).

Nesse sentido, o Jornalismo descobre a realidade de forma diferenciada, o que lhe permite até mesmo revelar aspectos que outros modos de conhecimento desconhecem ou ignoram (MEDITSCH, 2004). O Jornalismo assume, portanto, seu



caráter discursivo (VAN DIJK, 2005): o campo é responsável por narrar o mundo ao seu modo e a partir de suas condições de produção.

Nesse sentido, convencionou-se falar sobre o Jornalismo como “construtor da realidade” em trabalhos normalmente desenvolvidos a partir da obra de Berger e Luckmann (1985). Gaye Tuchman (2009 [1978]) adota este pensamento e desenvolve estudos nesse âmbito: “As notícias registram a realidade social e são simultaneamente um produto desta mesma realidade, na medida em que fornecem aos seus consumidores uma abstração seletiva intencionalmente coerente, mesmo podendo descurar certos pormenores.” (TUCHMAN, 2009, p. 98-99). Apesar de partir do pressuposto de que o Jornalismo é partícipe na construção da realidade, a autora pondera a dificuldade em se comprovar tal hipótese. Em que pese a não verificação desta teoria, neste trabalho a adotaremos com certa cautela, visto acreditarmos que Jornalismo e Sociedade estão em constante interação, na qual disputam sentidos e se modificam mutuamente.

Esta concepção de construção da realidade dialoga com outra perspectiva, que abordamos a seguir: o Jornalismo se constitui também como campo discursivo, no qual competem diferentes discursos. Conforme Berger (1996, p. 89): “Para trabalhar o jornalismo esta perspectiva é determinante, pois deixa de reivindicar a imparcialidade ou a neutralidade na passagem do acontecido para o editado e reconhece a notícia como processo de construção de um acontecimento pela linguagem.”. Assim, cremos em um Jornalismo subjetivo e mesmo sujeito ao equívoco, pois nele se encontram múltiplas forças e sujeitos – os quais concorrem entre si e buscam instituir os seus saberes.

### 3.2 JORNALISMO ENQUANTO DISCURSO

Além de concebermos o Jornalismo como uma forma de conhecimento singular, nós o tomamos também como um campo discursivo, este inserido dentro de um universo discursivo mais amplo. É necessário assinalarmos que um campo não é homogêneo, mas um lugar no qual diferentes Formações Discursivas<sup>25</sup> concorrem entre si – não necessariamente em conflito, mas muitas vezes forjando alianças e renovações. Assim, “o campo não é uma estrutura estratégica, mas um jogo de equilíbrios instáveis entre diversas forças que, em certos momentos, move-se para estabelecer uma nova configuração.” (MAINGUENEAU, 1998, p. 19).

---

<sup>25</sup> O conceito de Formações Discursivas será abordado no capítulo subsequente.

Dessa forma, vemos o Campo Jornalístico inserido em um universo discursivo vasto, no qual dialoga e enfrenta diversos outros campos discursivos, como por exemplo o da Ciência, da Religião, da Política e da Literatura, os quais podem possuir subáreas. Para Maingueneau (1998), na heterogeneidade característica do campo, não há simetria – ou seja, num processo dialético, sempre existem posições dominantes e dominadas, centrais e periféricas.

O campo discursivo é composto por diferentes espaços discursivos, os quais consistem – de acordo com Schwaab (2011) – em subconjuntos de Formações Discursivas cuja interconexão o analista crê ser pertinente estudar. É, então, um recorte a ser realizado a partir dos objetivos elencados.

Tendo em vista que diferentes Formações Discursivas concorrem no interior do campo, fica evidente que o Jornalismo não é uma reprodução da realidade, embora já se tenha pretendido ser. Esta perspectiva discursiva corrobora para a compreensão do Jornalismo enquanto mecanismo de construção social, pois este concebe um espaço público por ele próprio forjado. Ou seja: “a informação é essencialmente uma questão de linguagem, e a linguagem não é transparente ao mundo, ela apresenta sua própria opacidade através da qual *se constrói uma visão*, um sentido particular do mundo.” (CHARAUDEAU, 2009, p. 19 [grifo nosso]).

Considerando-o campo de discursos e modo de conhecimento, fica claro que não endossamos valores considerados tradicionais ao Jornalismo, como neutralidade e objetividade (advogados por TRAQUINA, 2005), visto que a ideologia é constitutiva do discurso.

Todo o conhecimento social, e o Jornalismo é um conhecimento social, envolve determinado ponto de vista sobre a história, sobre a sociedade e sobre a humanidade. E como Humanidade e História são processos que estão em construção, naturalmente não existe um Jornalismo puramente objetivo, ou seja, um Jornalismo que seja absolutamente neutro. (MEDITSCH, 1992, p. 31).

Esta percepção tácita está vinculada ao que Charaudeau (2009) denomina *contrato de comunicação*. Este contrato é um acordo implícito entre os interlocutores – o sujeito que produz jornalismo e o que consome – e diz respeito às regras e restrições do texto a serem seguidas. O contrato de comunicação pressupõe intersubjetividade, ou seja, há uma relação entre os sujeitos (jornalistas, fontes, leitores), os quais compartilham expectativas sobre o que é Jornalismo. Quando estas são atendidas (“isto é jornalismo”), institui-se um gênero discursivo bastante particular: o jornalismo (BENETTI, 2013). De

acordo com Schwaab (2011, p. 57), “trata-se de um contrato temporalmente anterior, que define um gênero discursivo, o gênero do discurso jornalístico – historicamente construído –, no qual fatores como a credibilidade e o compromisso informativo atuam como fortes marcas identitárias.”.

Este contrato de comunicação, que Charaudeau (2009) concebe como midiático e aqui assumimos como jornalístico, tem em si duas finalidades – uma concernente aos princípios do campo, outra à prática do jornalismo. A primeira delas diz respeito ao *fazer saber*: guiada por uma lógica cívica e ética, busca difundir a informação de modo a situar o interlocutor no mundo – fala do que está acontecendo, do que já aconteceu. A outra intenção do contrato estabelecido está relacionada ao *fazer sentir*: inserido na lógica comercial, o produto final do jornalismo deve ser atraente e mobilizar consumidores, de modo a competir com outros veículos e vencer a concorrência.

Nessa perspectiva da dupla finalidade, há uma permanente tensão fundada pelo valor da credibilidade: se por um lado o olhar mercadológico estimula a encenação da informação de modo a sensibilizar os interlocutores, a abordagem do fazer saber prima pela informação adequada, produzindo um efeito de verdade que estabelece a credibilidade. Berger (1996), inspirada pela perspectiva de campos de Bourdieu, assinala que o Jornalismo pode ser percebido como um campo em oposição a outros e, dentre as suas especificidades, está o domínio do capital simbólico, pois é parte do Jornalismo fazer crer. Nessa abordagem, é a credibilidade que está em permanente tensão entre os jornais e os demais campos. Assim, consideramos que o efeito de verdade não diz respeito à verdade em si, mas sim ao acreditar ser verdadeiro (CHARAUDEAU, 2009), processo este baseado em convicções.

No caso do Jornalismo, o que se espera é que ele diga a verdade, de modo que seus produtos já pressupõem esse efeito. Benetti (2008, p. 25) percebe o Jornalismo a partir da interconexão entre a verdade e a credibilidade, e aponta: “a verdade e a credibilidade tanto estruturam o gênero jornalístico quanto são instituídas por ele, em uma relação orgânica. [...]. Nenhum discurso está livre da verdade como efeito, e o jornalismo não seria diferente: a verdade como construção, como crença e como convicção.”.

Neste trabalho, partimos de um Universo Discursivo vasto, no qual se encontra o Campo Discursivo do Jornalismo, e – partir daí – propomos um recorte, num dado suporte (a revista *Globo Rural*), de um espaço do discurso sobre patentes de sementes. O

olhar lançado sobre este *corpus* constituído será o do Jornalismo Ambiental, prática que, independente de editorias, preocupa-se com a equidade no mundo e a educação dos sujeitos.

### 3.3 JORNALISMO AMBIENTAL

Nas últimas décadas, questões relacionadas à natureza têm sido frequentemente abordadas pelos meios de comunicação, em parte devido à emergência global do tema (acionado inclusive em instâncias internacionais, como a Conferência de Estocolmo em 1972 e a ECO92) e, por outro lado, a ocorrência de grandes catástrofes ambientais. Dentre eles, destacamos o desastre de Bophal, acontecido na Índia em 1984, quando meio milhão de pessoas foi atingida por gases tóxicos após um vazamento na fábrica de agrotóxicos da Union Carbide. Bophal é tido como o maior desastre industrial da história e, embora 3 mil pessoas tenham falecido imediatamente, ainda hoje não se tem certeza da quantidade de mortos na ocasião, sendo estimados cerca de 10 mil mortes pelos efeitos dos gases e outras milhares de pessoas ainda sofrem com doenças provocadas pelo acidente. Já os Estados Unidos estão marcados pelo acidente da Exxon Valdez de 1989, quando milhões de litros de petróleo foram derramados na costa do Alasca. Centenas de milhares de animais morreram em decorrência do vazamento, causando um enorme desequilíbrio, e hoje ainda se encontram poças de petróleo na região.

No Brasil, é notório o acidente com Césio-137, ocorrido em Goiânia em 1987, quando dois catadores de material reciclável encontraram uma máquina de radioterapia abandonada nos fundos de um hospital. Ao levarem o equipamento para casa e o desmontarem, no intuito de revender as peças, expuseram-se ao cloreto de Césio-137, pó que no escuro possui um brilho azul, que logo quiseram mostrar para a família. Neste episódio, que é tido como o maior acidente radioativo brasileiro, centenas de pessoas morreram em função do contato com o pó, altamente tóxico, e outras centenas ainda hoje sofrem sequelas da alta radioatividade a que foram expostas.

Em comum, estes poucos exemplos trazem a relação da humanidade com a tecnologia por ela própria desenvolvida: pesticidas, petroleiros, equipamentos radioativos. Nestes eventos, cuja cobertura costuma ser marcada pelo viés da tragédia, é

sempre válido buscar as interconexões que levaram ao fato e as perspectivas futuras – o que nem sempre é feito.

Há, ainda, uma outra abordagem frequente: a da natureza agregando valor, como é o caso do chamado desenvolvimento sustentável e da sustentabilidade. Nesse sentido, o meio ambiente é acionado para alavancar vendas e não é tomado em sua totalidade, nem são abordadas as conexões possíveis do sistema.

Por outro lado, de forma mais recente, outras pautas têm sido abordadas: as mudanças climáticas, a destruição da biodiversidade, escassez de água, entre outras. Estas questões, que nem sempre possuem um único evento mobilizador, aparecem muitas vezes a partir do olhar do medo, da natureza em fúria.

Neste cenário, o jornalismo passou a ocupar-se, de diversas formas, com questões ambientais, as quais ainda não possuem o mesmo peso e cobertura de especializações como Esporte, Política e Economia, as quais movimentam diversos profissionais. Na busca por especialização, jornalistas envolvidos com o meio ambiente passam a se organizar para discutir a temática e compartilhar anseios: a primeira entidade do tipo surgiu na França, em 1968 (LOOSE, 2010). No Brasil, dois eventos – ambos realizados em 1989 – auxiliaram a dar impulso à prática do Jornalismo Ambiental: em São Paulo, o seminário "A Imprensa e o Planeta", organizado pela ABERT (Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão) e pela ANJ (Associação Nacional de Jornais), e em Brasília o "Seminário para Jornalistas sobre População e Meio Ambiente", promovido pela FENAJ (Federação Nacional dos Jornalistas). De acordo com Loose (2010), estes momentos que antecederam a ECO92 reuniram autoridades no tema e propulsionaram a criação de núcleos estaduais de Jornalismo Ambiental em quatro estados – Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo e Minas Gerais.

Dos núcleos fundados na década de 1980, hoje apenas o gaúcho segue em atividade. O NEJ/RS (Núcleo de Ecojornalistas do Rio Grande do Sul) é a mais antiga entidade de Jornalismo Ambiental do País e promove regularmente cursos e palestras sobre as mais diversas questões ambientais. O grupo, ainda, mantém a Ecoagência de Notícias Solidárias<sup>26</sup>, site no qual são publicadas notícias, reportagens e artigos. Até 2012, o NEJ/RS produzia o programa radiofônico semanal Sintonia da Terra, veiculado pela Rádio da Universidade (pertencente à UFRGS). Mensalmente, o núcleo promove a

---

<sup>26</sup> <<http://www.ecoagencia.com.br>>

Terça Ecológica, evento no qual são discutidas diversas questões ambientais, conduzidas por um ou mais convidados conhecedores o tema. Ao longo de sua trajetória, o NEJ/RS recebeu diferentes prêmios que reconhecem o trabalho realizado, dentre os quais o da ARI (Associação Riograndense de Imprensa) e a Medalha Conservacionista da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. A partir da experiência do NEJ/RS, outros grupos foram criados e a entidade esteve à frente da fundação da RBJA (Rede Brasileira de Jornalismo Ambiental), em 1998, e da RedCalc (Rede de Comunicação Ambiental da América Latina e do Caribe), em 2000.

Em âmbito mundial, a maior entidade é a Sociedade de Jornalistas de Meio Ambiente dos Estados Unidos, criada nos anos 1990 (LOOSE, 2010). Há também organizações como a espanhola APIA (Asociación de Periodistas de Información Ambiental de España), e a ARCA (Associação de Repórteres de Ciência e Ambiente) em Portugal. A multiplicação destes núcleos aponta para uma busca por conhecimento por parte dos jornalistas, que procuram se especializar.

A fundação destes espaços, os quais fomentam diálogos e militância pela causa ambiental, representa o crescente interesse pelo tema, mas não significa efetivamente melhorias na prática jornalística, dado que as coberturas seguem fragmentadas e isoladas nos grandes veículos, os quais não consideram a transversalidade advogada pelos ambientalistas. Do mesmo modo, são recorrentes as pautas centradas no drama humano e nas tragédias, as quais contam com muitos personagens que captam a atenção do público a partir do *fazer sentir* de Charaudeau (2009), guiadas então por uma perspectiva antropocêntrica que não atende aos princípios do Jornalismo Ambiental. Se por um lado ainda há que se equilibrar o *fazer sentir* e o *fazer saber*, pesquisadores do tema propõem outras intenções a este Jornalismo dos novos tempos, as quais concebemos como *politizar o ambiente, educar os interlocutores, desconstruir as dualidades* para, por fim, *empoderar os sujeitos*.

É em razão destas diferenças práticas cruciais que em diálogos realizados no âmbito do Grupo de Pesquisa em Jornalismo Ambiental e também em trabalhos recentes (GIRARDI et al., 2013a, 2013b) temos buscado diferenciar jornalismo de meio ambiente e Jornalismo Ambiental. Enquanto o primeiro resulta da prática profissional que simplesmente aborda temáticas ambientais, o segundo extrapola essa concepção baseada apenas no assunto tratado. Ou seja, o Jornalismo Ambiental não é aquele que fala de

animais exóticos e paraísos preservados, mas sim o que procura as conexões entre os eventos e as explora de forma ética, em prol do ambiente.

Em uma tentativa de abordá-lo concisamente, chegamos a seguinte definição:

Entende-se o jornalismo ambiental como o trabalho de apuração de fatos e produção de notícias que, sendo voltado ao tema ambiental, é convocado a direcionar um olhar diferenciado sobre a realidade a ser relatada. Busca a inclusão da perspectiva holística e sua conexão inequívoca com o todo, produzindo notícias mais contextualizadas e menos fragmentadas. Desta forma, o jornalismo ambiental parte de uma nova concepção teórica-prática centrada no agir e no pensar o jornalismo, a partir da ótica da sustentabilidade do planeta, buscando a ampliação do número de fontes da área a serem consultadas, o aprofundamento do conteúdo e a abordagem qualificada das notícias de meio ambiente. (GIRARDI et al., 2013b, p. 74).

A busca por delimitar o conceito, no entanto, ainda parece estar em processo. No intuito de compreendermos o que é o Jornalismo Ambiental para quem o pratica, no Grupo de Pesquisa em Jornalismo Ambiental iniciamos em 2015 um novo projeto, que pretende ouvir os profissionais que atuam nos diversos veículos da América Latina, Caribe, Portugal, Espanha e países africanos de Língua Portuguesa (Angola, Moçambique e Guiné-Bissau). As pesquisas nesta área, conforme estudo desenvolvido pelo Grupo entre 2010 e 2014, são escassas e centradas, principalmente, sobre os produtos e não sobre os sujeitos. O objetivo é conhecer um pouco mais sobre sua realidade no exercício profissional, sua concepção de Jornalismo Ambiental e os desafios que enfrentam. Assim, pensamos que é necessário propor um novo Jornalismo para os novos tempo, e este é intuito do Jornalismo Ambiental.

Para Loose (2011, p. 33), esta definição deve incluir valores que concebam a solidariedade: “O jornalismo especializado em meio ambiente vai além do conhecimento da temática, trazendo em si os sentidos de coletividade, qualidade de vida e sustentabilidade da vida no planeta.”. Massierer (2011, p. 12) vai no mesmo sentido ao sugerir que, no exercício de suas funções e para colaborar com a busca do bem público, o Jornalismo Ambiental deve incorporar os seguintes critérios: a visão sistêmica, maior número de fontes da área presentes e a profundidade do conteúdo. A partir desses valores advogados pelas autoras, defendemos também que se cultive uma nova fraternidade, a qual não diz respeito apenas as relações dentre a própria humanidade, mas que perceba a conexão entre todos os seres, instaurando entre eles uma irmandade.

Para compreendermos o Jornalismo Ambiental e suas potencialidades, tomamos como fundamento também Bueno (2007), o qual afirma este gênero de jornalismo como

comprometido com a temática e com a difusão de conhecimento relativos ao meio ambiente. O Jornalismo Ambiental, lembra o autor, está localizado dentro do campo do Jornalismo, o que prevê algumas responsabilidades<sup>27</sup>, sendo as principais: a informativa (a), a pedagógica (b) e a política (c).

A ação informativa (a) é responsabilidade fundamental do jornalismo em geral e diz respeito a fornecer informações atuais e verídicas sobre acontecimentos e fatos, ou seja, é o *fazer saber*. Ela se relaciona umbilicalmente com a ação educativa (b), a qual surge no sentido de complementar a educação tradicional. Autores como John (1996, 2001) e Belmonte (2004) também corroboram para definir este caráter educativo necessário ao Jornalismo Ambiental. Belmonte (2004) advoga que o Jornalismo e instituições e dispositivos pedagógicos tradicionais podem atuar de maneira complementar, contribuindo para o aumento da qualidade de vida da população. Para o autor, esta relação é importante, mas escola e imprensa contribuem com a mudança de maneira diferente: ao Jornalismo cabe apontar problemas, engajar-se em campanhas, cobrar soluções do poder público, dar espaço a outras formas de vida e ideias alternativas. John (199, p. 172) também defende as potencialidades educativas do Jornalismo Ambiental, mas aponta que diferenças entre este e a educação formal são necessárias:

O livro didático e os jornais são veículos com papéis distintos na educação ambiental. A imprensa diária pode, e deve, ser educativa ao tratar do meio ambiente. Os jornais devem usar seu poder de atualização para transmitir os avanços do conhecimento científico. Mas o livro didático tem a obrigação de trabalhar sobre bases mais sólidas e permanentes do que a imprensa diária. Eles são veículos complementares, mas nunca devem ser confundidos nas mãos dos educadores.

Defendemos que o Jornalismo Ambiental, ao transmitir não apenas o conhecimento científico, mas os saberes de outros atores, é parte importante da educação dos sujeitos. Ao *educar os interlocutores*, o Jornalismo colabora para a formação de uma consciência crítica e, a partir desta, a efetivação da cidadania.

Já a ação política (c), que não deve ser interpretada a partir de um sentido político-partidário, pressupõe o comprometimento não com a isenção (tão cara a algumas vertentes teóricas), mas com a causa ambiental, visto que a temática faz parte de um jogo complexo de interesses. Este caráter político está diretamente relacionada ao

---

<sup>27</sup> Alguns autores como Bueno (2007a) delinham o Jornalismo Ambiental a partir de suas *funções*. Neste trabalho optamos por não utilizarmos este termo, pois não observamos o Jornalismo a partir de funções determinadas em um grande sistema.



que chamamos de *politizar o ambiente*. O Jornalismo Ambiental, em nossa concepção, é comprometido com a justiça social e ambiental, revelando a complexidade das temáticas que aborda – por isso mesmo, percebemos nele um caráter transformador e revolucionário.

Corroborando com este olhar, a contribuição de Victor Bacchetta (2000, p.18 [grifo nosso]), pois o autor afirma que este tipo de Jornalismo deve levar em conta as implicações da atividade humana, da ciência e tecnologia, sobre o planeta e a humanidade e “[...] deve contribuir, portanto, para a difusão de temas complexos e à análise de suas implicações políticas, sociais, culturais e éticas.”.

A partir desta proposição, o Jornalismo Ambiental deve ter como imperativo a incorporação da visão complexa, ou seja, deve conceber que é necessário se compreender a totalidade, sem isolar os elementos<sup>28</sup>. Nesse sentido, vemos que a relação entre humanidade e natureza atual é movida por uma racionalidade predatória, que precisa ser abolida. Tal lógica está centrada num sistema para o qual a humanidade é detentora “natural” de privilégios que permitem explorar e possuir a natureza – o que é conveniente ao projeto Moderno. Conforme aponta Porto-Gonçalves (2011, p. 26): “A natureza é, em nossa sociedade, um objeto a ser desconstruído por um sujeito, o *homem*, muito embora saibamos que nem todos os homens são proprietários da natureza.”. É seguindo este olhar que propomos um Jornalismo Ambiental que pretenda *desconstruir as dualidades*, rompendo com as oposições entre sociedade/natureza, sujeito/objeto.

Essa desconstrução permite reconectar os polos, de modo que humanidade e natureza se reconheçam como iguais (ou, pelo menos, se respeitem nas suas diferenças), como, mais do que inter-relacionadas, se percebam intraconectadas – uma totalidade em funcionamento. A partir deste olhar, o Jornalismo Ambiental não reproduz a hierarquia moderna entre sociedade e natureza, a qual permite inclusive a diferenciação entre os sujeitos, como bem aponta Porto-Gonçalves (2011): a ideia de dominar a natureza só é coerente se aceitarmos a premissa de que o a humanidade é não-natureza, pois se com ela rompermos aceitando que há natureza em todos nós e, portanto, somos também passíveis de dominação, fica a questão – quem pode dominar o homem? Outro homem?

Ao não aceitar o jogo que constantemente busca apartar a humanidade de tudo que é natural, o Jornalismo Ambiental se desfaz de dualismos e articula novas

---

<sup>28</sup> Apesar de compreendermos as dificuldades estabelecidas pelas rotinas produtivas e a imposição da captação de leitores, defendemos a possibilidade de um fazer jornalístico em geral que perceba a complexidade contemporânea, a interdependência dos eventos ambientais e sua conexão com outros campos.

sensibilidades para novos tempos, que compreendem a complexidade da vida. Somando-se este que talvez seja o maior desafio de nossa época ao potencial informativo e educativo e à politização do ambiente, o Jornalismo Ambiental assume seu caráter transformador, permitindo o *empoderamento dos sujeitos*. A partir dessa prática, o indivíduo reconhece-se como partícipe do todo, sabedor das conexões ambientais e descobre as ferramentas para transformar o lugar em que vive em prol do ambiente (do qual faz parte).

O Jornalismo Ambiental é, portanto, revolucionário, pois não acredita na manutenção da forma como a sociedade está estruturada hoje, mas articula a sua metamorfose, incentivando o poder da mudança que está nos sujeitos.

É a partir do olhar do Jornalismo Ambiental, relacionando-o ao debate sobre patentes e invasão tecnológica, que reafirmamos o objetivo de analisar de que maneira a revista *Globo Rural*, através de seus discursos, produz sentidos e problematiza a questão das patentes de sementes, questão esta inseparável da discussão sobre ambiente – na ótica aqui empreendida. Isto porque percebemos no Jornalismo Ambiental o potencial transformador dos discursos apontado por Pêcheux (1988 [1975]), capaz de romper com as estruturas vigentes. Cremos que cabe também ao Jornalismo Ambiental incorporar diferentes saberes e democratizar os conhecimentos, promovendo a cidadania e fomentando a justiça.

## 4 PERCURSO DE PESQUISA: SOBRE O OBJETO E METODOLOGIA

*É no discurso que se explicita o modo de existência da linguagem, sendo que a linguagem enquanto discurso é interação, é modo de produção social, não é neutra, inocente, nem natural.*

Evandra Grigoletto (2003, p. 43)

Neste capítulo procuramos dar conta de elementos centrais ao desenvolvimento e operacionalização do trabalho. O primeiro deles guarda relação com o objeto da pesquisa, ou seja, os discursos presentes em *Globo Rural* que abordem patentes de sementes. Dado que o suporte no qual serão recortados os textos e sequências discursivas é uma revista mensal especializada em temas agropecuários, pensamos ser importante apresentar algumas especificidades do jornalismo de revista – este tomado enquanto prática e produto.

No segundo tópico, trazemos algumas considerações sobre a Análise do Discurso (AD), aqui compreendida de forma teórica e metodológica. A AD pode ser compreendida como a *análise não-subjetiva da subjetividade* (PÊCHEUX; FUCHS, 1993) e está apoiada em um tripé formado pelo *materialismo histórico*, pela *psicanálise* e pela *linguística*. Na AD de escola francesa, fundada por Michel Pêcheux e desenvolvida por inúmeros pesquisadores, estas três áreas do conhecimento são articuladas e revisitadas, dando origem a uma teoria para a qual importa a ordem do discurso, não sua organização. Desse modo, apontamos alguns conceitos que se prometem produtivos para o movimento analítico a ser apresentado no capítulo seguinte: Formação Discursiva e posição-sujeito, Interdiscurso e Memória Discursiva.

Neste percurso, assumimos o pressuposto de que a língua e os sentidos não são transparentes (embora se pretendam e apresentem este efeito), mas sim opacos e passíveis de equívocos e contradições – e nisto reside a sua riqueza.

### 4.1 GLOBO RURAL: JORNALISMO DE REVISTA NO BRASIL

O nascimento das revistas está relacionado ao contexto de uma época, assim como o percurso deste objeto jornalístico se conecta a processos históricos e sociais no decorrer do tempo. Seu surgimento se dá entre os séculos XVII e XVIII, não por

coincidência o mesmo período em que jornais impressos conquistam maior espaço e há um grande avanço do próprio jornalismo – em grande medida devido à disseminação da tecnologia da prensa de tipos móveis de Gutemberg, desenvolvida ainda no século XV. Entretanto, é a Revolução Industrial que impulsiona a formação de um novo tipo de público em potencial, ampliando os horizontes da imprensa à época: as imensas alterações no processo produtivo que se deram no século XIX na Europa e Estados Unidos provocaram grandes concentrações populacionais urbanas e a gradual melhora das condições de vida dos indivíduos. Assim, conforme Tavares e Schwaab (2013, p. 29), a industrialização dos processos jornalísticos, a partir de avanços técnicos e do barateamento da produção, aliada ao crescente público urbano consumidor resulta num produto específico, com maneira própria de dizer sobre as coisas do mundo – as revistas.

Buitoni (2013, p. 108) raciocina no mesmo sentido ao apontar que “As revistas estão diretamente relacionadas às cidades e à crescente urbanização das cidades europeias e das primeiras cidades das Américas.”. Esta argumentação, ainda, segue a lógica de Park (2008 [1923], p.34), quando este afirma que a literatura, que era tida como uma espécie de luxo pelos habitantes do campo tornou-se uma necessidade com o advento das cidades. O desenvolvimento das revistas acompanhou, ainda, o processo de colonização – pois os países tomados eram representados por pesquisadores e conquistadores através de suas características físico-geográficas, sua fauna e flora, e sua cultura, geralmente por meio de concepções marcadas pelo exotismo.

A primeira revista de que tem registro surgiu em 1663, na Alemanha, e se chamava *Edificantes Discussões Mensais* (TAVARES; SCHWAAB, 2013). Ela era editada por um teólogo, Johann Rust, e trazia em si um princípio ainda hoje empregado no jornalismo de revista – a segmentação, ou seja, ela apresentava diversos assuntos agrupados sob um mesmo prisma, no caso, a teologia. Neste período, as revistas ainda assemelhavam-se à literatura, dado que não possuíam recursos gráficos que as diferenciassem.

No Brasil, as revistas chegaram junto com a corte portuguesa. A primeira publicação efetivamente nacional surgiu em 1812, em Salvador (Bahia), e chamava-se *As variedades ou Ensaio de Literatura* – apenas duas edições foram realizadas, no entanto.

A popularização da fotografia e da impressão de figuras, em meados do século XX (TAVARES; SCHWAAB, 2013), dão outros contornos a este produto jornalístico: ao unir imagem e texto, as revistas encontram uma nova especificidade em seu dizer sobre o mundo. O cenário nacional acompanhou esta evolução e a produção de revistas,

impresas no País, nos últimos cem anos pode ser dividida em quatro fases, de acordo com Tavares e Schwaab (2013). A primeira delas durou até os anos de 1930 e caracterizava-se pelo predomínio de publicações literárias e ilustradas, como por exemplo *A ilustração brasileira*, *Kosmos* e *A revista da semana*, que circulavam nas principais capitais do país. Entre 1930 e 1945 impera uma segunda fase, na qual se destacam temáticas políticas e de interesse geral – período no qual surge *O Cruzeiro*. Já entre 1945 e 1960, uma terceira fase abriga o fenômeno das fotonovelas e das revistas de cultura, como a *Senhor*.

A partir da década de 1960, com a aceleração do processo de modernização e urbanização do País, sobretudo no fim da década de 1960, algumas pequenas publicações deixam de existir, e grandes conglomerados editoriais passam a se formar. A Editora Globo, a Bloch Editores e principalmente a Editora Abril lançam publicações de grande tiragem e consolidam uma nova “era” no mercado editorial nacional, contribuindo, inclusive, para a derrocada e o fechamento completo, em 1975, de *O Cruzeiro*. (TAVARES; SCHWAAB, 2013, p. 31).

Tem início nesse contexto a quarta e atual geração do jornalismo de revista brasileiro, marcada por publicações semanais de informação (*newsmagazines*), com amplo uso de reportagens e fotografias. São exemplos dessa fase a *Realidade*, lançada em 1966 e descontinuada dez anos depois, e a *Veja*, lançada em 1968 e em circulação ainda hoje – apesar de diversas mudanças editoriais. Apesar de seu cunho factual, pois trazem um panorama dos principais eventos da semana, este formato de revista aposta em um conteúdo variado, composto por entrevistas e reportagens investigativas, buscando apresentar um viés mais analítico dos fatos e da própria sociedade.<sup>29</sup>

Estas revistas semanais de informação, ainda hoje bastante exploradas, auxiliaram a ampliar e consolidar o público consumidor deste produto jornalístico, abrindo espaço para outras publicações – as ditas especializadas e segmentadas: a própria história da revista, que se deu em paralelo ao jornal impresso, aponta para um processo de divisões por assuntos e/ou públicos. A *especialização* parece ser mais antiga, dado que tem relação com aprofundamento temático e não necessariamente com recorte de público (BUITONI, 2013) – assim, editorias comuns podem se converter em especialização, tais como economia (jornalismo econômico), política (jornalismo político), cultura (jornalismo cultural), entre outros. De outro modo, ainda que possa

---

<sup>29</sup> Apesar de não constituírem estritamente uma fase do jornalismo de revista brasileiro, cabe mencionar a importância das publicações de caráter “alternativo” – principalmente durante o período da ditadura militar.

guardar relação com a especialização, a *segmentação* parece estar conectada a mecanismos de recorte do público consumidor, podendo abordar inúmeros temas.

Nesse sentido, talvez a primeira e maior segmentação seja entre feminino/masculino, embora por ser muito ampla nem sempre se sustente. O primeiro periódico dedicado especialmente às mulheres, o *Lady's Mercury*, surgiu em 1693 na Inglaterra. Buitoni (2013) argumenta que, apesar de dirigir-se a um público específico, ainda não pode ser considerado uma segmentação, pois se contrapunha apenas a revistas de interesse geral – e não revistas masculinas. Já outros periódicos posteriores que se dedicavam a temas como a casa (*Lady's Home Journal*, lançado em 1883) ou moda (*Delineator*, de 1875, ou a brasileira *Revista Feminina*, de 1914) passam a delinear mais fortemente o público leitor, apresentando princípios de segmentação.

Nesse sentido, as revistas femininas segmentam-se continuamente seguindo tendências e atendendo a diferentes estilos de vida: no Brasil, há desde publicações mais generalistas, como *Claudia* e *Nova*, a desdobramentos que dão conta do público adolescente (*Capricho*, *Atrevida*, *Toda Teen*, etc) e de interesses como moda (*Vogue* e *Elle*), casa (*Casa Claudia*, *Arquitetura e Construção*) e cuidados com (ou culto ao) corpo (*Boa Forma*).

A segmentação, ainda, é um processo que, ao dividir os públicos, acompanha a complexidade da vida – na qual diferentes grupos sociais ganham força, buscando representações de modos próprios de ser, pensar e agir no mundo. Assim, conforme Buitoni (2013, p. 116): “Pensar a segmentação do ponto de vista da comunicação é pensar fundamentalmente em um processo que vai se construindo ao longo do tempo, em consonância com as transformações da sociedade.”. Isso pode ser observado a partir do surgimento (e extinção) de títulos ao longo das últimas décadas: novas identidades ganharam força, passando a configurar um mercado consumidor específico, e, com isso, surgem publicações que visam atender seus interesses. É o caso, por exemplo, de revistas como *Raça Brasil*, que mobilizava de temáticas próprias do movimento negro, e *G Magazine*, que visava atender ao público homossexual masculino – ambos grupos historicamente marginalizados<sup>30</sup>. Recentemente, o meio ambiente também ganhou força,

---

<sup>30</sup> É interessante apontar como as revistas historicamente acompanham o aumento da visibilidade de determinados grupos sociais, lançando títulos que reforcem suas identidades. Essa observação, acredito, revela o caráter mercadológico deste que é um produto jornalístico, mas também um dispositivo inserido em um arranjo organizacional bastante específico. Outros grupos “minoritários” seguem marginalizados, representados apenas em veículos independentes.

recebendo edições especiais em títulos semanais<sup>31</sup> (como a *Carta Verde* e edições de *Veja*, *IstoÉ*, entre outras) e em revistas especializadas (como a *Página 22*)<sup>32</sup> – temática até então ignorada ou pouco abordada pelos grandes veículos<sup>33</sup>.

Especialização e segmentação apresentam-se em diferentes níveis, desde o mais amplo até aprofundarem-se: as revistas superespecializadas tendem a segmentar seu público – por exemplo, publicações que versem sobre alguma profissão específica. É interessante apontar que a superespecialização acaba por contradizer inclusive preceitos básicos do campo jornalístico, como a pluralidade, dado que exigem um repertório de conhecimento (e muitas vezes de termos técnicos) acessível apenas a uma pequena parcela da população. Embora Buitoni (2013) pontue que as edições superespecializadas constituam-se como educativas e formativas, pois trazem dados de pesquisas e reportagens especiais aprofundadas que visam o aperfeiçoamento (geralmente profissional ou técnico) do leitor, pensamos que “educação”, neste caso, não pode ser lida da mesma maneira que quando mencionada como pressuposto do Jornalismo Ambiental. Este jornalismo, que visa ser educativo (conforme BUENO, 2007), é por essência empoderador: independe de conhecimentos prévios, instrumentalizando os sujeitos a viverem e conhecerem o mundo e a si mesmos de maneira comprometida com as intraconexões do ambiente, rompendo com a centralidade humana.

Além da especialização e segmentação já exploradas, o jornalismo de revista guarda outras particularidades em relação ao jornalismo em geral. Ademais de características do objeto (como a preocupação acerca da identidade visual, capa e diagramação), destacamos que as revistas apresentam-se como detentoras de um conhecimento aprofundado, em contraposição ao caráter panorâmico do jornal diário – para isso, investem muitas vezes em temáticas “frias”, pois não são mobilizadas por algum acontecimento. Cabe ressaltar, também, o papel da revista no complexo processo de formações identitárias, dado que é capaz de “unir” os seus leitores, instigando ou mesmo forjando determinados grupos sociais.

---

<sup>31</sup> Para um estudo detalhado sobre as chamadas Edições Verdes, sugerimos a consulta à tese de Schwaab (2011), *Uma ecologia do jornalismo: o valor do verde no saber dizer das revistas da Abril*. Também indicamos a tese de Cláudia Herte de Mores, *Entre o Clima e a Economia: Enquadramentos Discursivos Sobre a Rio+20 nas Revistas Veja, Isto É, Época e Carta Capital*.

<sup>32</sup> A dissertação de Eloisa Beling Loose – *Jornalismo ambiental em revista: das estratégias aos sentidos* – é um bom exemplo de estudo sobre Jornalismo Ambiental em veículos especializados. No trabalho, a autora averiguou os discursos de publicações comprometidas com temáticas ambientais.

<sup>33</sup> Como já mencionado no capítulo anterior, não acreditamos em um Jornalismo Ambiental que tenha força apenas enquanto especializado ou segmentado, mas vemos seu potencial transformador no momento em que é empregado de maneira transversal – independente de editorias ou veículos.

Assim, trazemos definição proposta por Benetti (2013, p.55):

O jornalismo de revista é um discurso e um modo de conhecimento que: é segmentado por público e por interesse; é periódico; é durável e colecionável; tem características materiais e gráficas distintivas dos demais impressos; exige uma marcante identidade visual; permite diferentes estilos de texto; recorre fortemente à sinestesia; estabelece uma relação direta com o leitor; trata de um leque amplo de temáticas e privilegia os temas de longa duração; está subordinado a interesses econômicos, institucionais e editoriais; institui uma ordem hermenêutica do mundo; estabelece o que julga ser contemporâneo e adequado; indica modos de vivenciar o presente; define parâmetros de normalidade e de desvio; contribui para formar a opinião e o gosto; trabalha com uma ontologia das emoções.

A explicação elaborada pela autora é complexa, pois é repleta de elementos entrelaçados entre si, e dá conta deste objeto multifacetado – e por isso também nos amparamos no quadro teórico no qual ela está inserida.

Neste trabalho, a revista ocupa um lugar especial, pois se trata do produto no qual recortamos, após gesto de leitura, os discursos sobre patentes e sementes – de modo que compreendemos a *Globo Rural* como *suporte*. A *Globo Rural* é uma revista mensal produzida pela editora Globo. Inspirada no programa televisivo de mesmo nome, a revista foi lançada em 1985 com a ambição de apresentar informações e novidades sobre o setor agropecuário, além de trazer curiosidades e dicas sobre a vida no campo.

O programa televisivo homônimo, em sua edição dominical, foi lançado em janeiro de 1980 (cinco anos antes da criação da revista impressa, portanto), e é conhecido por reportagens de profundidade e notícias que interessam, principalmente, o morador de áreas rurais. Inicialmente com 30 minutos de duração (hoje o programa possui uma hora, tempo), o *Globo Rural* semanal surgiu em uma época de expansão das fronteiras agrícolas e aumento da rede elétrica pelo país. De acordo com Silva (2011), tratava-se, de certa forma, de uma estratégia de segmentação na programação da emissora, que buscava atrair este público potencial (e também uma nova gama de anunciantes). Em 1975, a RBSTV – afiliada da Rede Globo – havia lançado o *Campo e Lavoura*, programa jornalístico que visava o público conectado ao agronegócio. O lançamento e sucesso da atração, que é veiculada nos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, foi um dos incentivos para a criação do *Globo Rural*. Em artigo para a revista de outubro de 2000, o jornalista Humberto Pereira, presente na fundação do programa, recorda:

O homem do campo entrava no mundo dos telespectadores, mas não havia na programação das redes um produto onde ele e sua atividade fossem os personagens principais. Não havia, nos intervalos comerciais, anunciantes de insumos, ferramentas, medicamentos ou prestadores de serviço destinados ao campo. Baseado nesses dados, o departamento de comercialização da Globo



achou que caberia na programação um produto voltado para o campo. A encomenda foi feita ao departamento de jornalismo, que criou o Globo Rural. (PEREIRA, 2000).

Ao contrário da revista, o programa dominical não possui uma estrutura fixa e muitas vezes é conduzido por meio de uma mesma temática ao longo dos quatro blocos, como por exemplo preservação, água, determinada raça, entre outros assuntos. O programa atingiu imenso sucesso<sup>34</sup> e, além da revista fundada em 1985, suscitou a criação do *Globo Rural Diário* em 2000.

O Grud [*Globo Rural Diário*] começou com doze minutos de produção jornalística. De outubro de 2000 a 2008 foi veiculado de 6h15 às 6h30. Em abril de 2008, ganhou mais cinco minutos. Começou a ser exibido de 6h10 às 6h30. Quarenta por cento a mais de jornalismo. E, no dia 6 de dezembro de 2010, passou para vinte e cinco minutos. Agora começa às 6h e vai até 6h30, contando os intervalos comerciais. Mais que dobrou a produção em dez anos. Acompanhou o fortalecimento do setor agropecuário na última década. (SILVA, 2011, p. 20).

Como ia ao ar de segunda a sexta-feira, o *Globo Rural Diário*, contava com cerca de 240 edições anuais. O programa teve a jornalista Rosana Jatobá como primeira apresentadora e, por ser independente, contava com um formato diferente do proposto pelo precursor dominical: era mais focado em *hard news*, ou seja, traz notícias factuais e importantes para o desenvolvimento cotidiano da atividade agropecuária, como por exemplo, cotações, previsões do mercado agrícola, lançamentos de sementes e insumos, entre outros<sup>35</sup>.

Em 2014, a emissora Globo anunciou o fim do programa diário<sup>36</sup>. De acordo com a emissora, a nova rotina dos brasileiros nos centros urbanos – que acordam cada vez mais cedo para se deslocarem aos trabalhos – não estava sendo atendida pelo programa que abordava temáticas concernentes ao produtor rural. Dessa forma, o telejornal *Hora 1* substituiu o *Globo Rural Diário* na grade da programação, com início às 5 horas.

<sup>34</sup> Além dos índices de audiência positivos, o programa Globo Rural recebeu inúmeros prêmios jornalísticos ao longo de sua existência. A galeria de premiações recebidas pode ser acessada através do site Memória Globo, no link: <<http://memoriaglobo.globo.com/programas/jornalismo/telejornais/globorural/premios.htm>>.

<sup>35</sup> Para uma análise a respeito do programa semanal, sugiro a leitura da dissertação de Eliane Deak Silva (2011) – *As narrativas do Globo Rural diário*. No trabalho a autora investiga as especificidades do programa diário, em contraponto ao seu antecessor semanal.

<sup>36</sup> O anúncio foi feito em outubro, e, em janeiro de 2015, a Globo já substituiu o matutino. Outras informações: <<http://f5.folha.uol.com.br/televisao/2014/10/1529317-apos-14-anos-globo-rural-deixa-de-ser-diario-e-e-substituido-por-telejornal.shtml>>.

Já a revista impressa (assim como a sua versão digital) parece seguir prosperando, ainda baseada no programa dominical. Atualmente a sua tiragem gira em torno de 100 mil exemplares por mês, sendo que cerca de 70% dos exemplares são destinados aos assinantes<sup>37</sup>. Desde a sua criação, a revista mudou diversas vezes a sua diagramação, alterando também sua forma de disponibilizar o conteúdo.

Atualmente, a *Globo Rural* possui todos os meses em três grandes seções (observar Figura 3): Campo Aberto; Produtos e Mercados; e Vida na Fazenda. Além destes, há o espaço editorial e de interatividade com os leitores, a antiga seção de cartas, onde atualmente são publicados resultados de enquetes realizadas *online*, as reportagens mais lidas no site e trechos de comentários feitos por internautas pelo site ou redes sociais. Nos primeiros anos de publicação da revista, é interessante observarmos a presença de um espaço de troca de contatos para correspondência entre interessados pelas temáticas rurais, o que corrobora para a percepção de que as revistas, ao segmentarem o público, contribuem para a concretização de identidades e manutenção de grupos sociais. Hoje este espaço não está mais presente na revista impressa, mas em parte foi substituído, e até mesmo suplantado, pela possibilidade de interação *online*, fomentada através das redes sociais oficiais da revista.

---

<sup>37</sup> As informações sobre tiragem e circulação, bem como a respeito da linha editorial da revista, foram obtidas através do site para anunciantes das revistas Globo: <<http://anuncie.globo.com/mediakit/editoraglobo/revista-globo-rural.html>>. Acesso em: 20 jun. 2014.

Figura 3 - Seções permanentes revista Globo Rural

sempre em			
Globo Rural			
<b>Vida na Fazenda</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Como plantar</li> <li>• Como criar</li> <li>• Como fazer</li> <li>• Receita</li> <li>• Balaio</li> <li>• Tabuleiro</li> <li>• Varanda</li> <li>• GRU Responde</li> </ul>	<b>Produtos e Mercados</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Empresas e Negócios</li> <li>• Vitrine</li> <li>• Mapa da safra</li> <li>• Tempo</li> <li>• Agenda</li> <li>• Análise</li> </ul>	<b>Campo Aberto</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Pesquisa</li> <li>• Zoom</li> <li>• Radar</li> <li>• Livros</li> <li>• Tendências</li> </ul>	<b>Carta do Editor/ Online</b>

Fonte: elaborada pelas autoras.

Em Campo Aberto, são publicadas notas e notícias sobre tecnologia e inovação, além de curiosidades e *faits divers* referentes ao mundo do campo. Já Produtos e Mercados tem foco no agronegócio, apresentando informações sobre o cenário econômico nacional e internacional, análises e tendências para as *commodities*, além da agenda mensal de eventos como leilões, feiras e simpósios.

Vida na Fazenda encerra a revista, trazendo informações sobre culinária e cultura, e pode ser subdividida em outras seções que se alternam a cada edição: Como Plantar, na qual a revista ensina a iniciar o cultivo de algum produto agrícola, dando dicas dos principais cuidados e o custo; Como Criar, onde são ensinados os primeiros passos para a criação de algum animal, como custos, alimentação e a previsão para retorno financeiro; Como Fazer, espaço que dá ideias de equipamentos e tecnologias que facilitem a vida no campo e ensinam a construir o artefato; Receita, na qual é indicada a forma de fazer algum alimento, normalmente prato típico de alguma região do país; Varanda, que tem um caráter mais lúdico, apresentando “causos” e contos de temática rural; e Balaio, tradicional seção que reúne fotos enviadas pelos leitores. Há, ainda, a seção permanente Globo Rural Responde, um lugar onde são expostas as perguntas dos leitores sobre os mais diversos temas (técnicas, criação, plantio, tecnologia, etc)

respondidas e comentadas por algum especialista na área – esta seção sempre atendeu muitas cartas e hoje recebe dúvidas através de e-mail e redes sociais.

Além destas seções permanentes cabe ressaltarmos a tradição da revista na produção de reportagens contextualizadas e aprofundadas – acompanhando a lógica do programa televisivo que lhe deu origem e a própria característica do periódico impresso. A revista, ainda, conta com colunistas fixos e convidados que versam sobre variadas temáticas concernentes ao mundo rural, e também uma entrevista, na qual são ouvidos gestores de políticas públicas, agricultores, pesquisadores, entre outras personalidades.

Além da revista e dos programas televisivos, a marca *Globo Rural* mantém ainda perfis em redes sociais<sup>38</sup> e um site<sup>39</sup>, que conta com cerca de 301 mil visitantes por mês: destes 45% são mulheres e 55% são homens. Não há informações disponíveis sobre os assinantes da revista (seu gênero ou sua ocupação, por exemplo), a qual é o suporte deste trabalho. Entretanto, gostaríamos de apontar uma possível mudança na postura da revista impressa, que pode ser observada a partir da troca de seu slogan: se anteriormente o periódico se auto-intitulava a revista do homem do campo, hoje sua chamada é “A palavra do campo”. Esta alteração, num primeiro olhar pequena, parece-nos dizer muito sobre o tempo e o sujeito para o qual se fala, o que remete à discussão sobre o leitor imaginado pelo veículo e as transformações de uma época. Conforme Tavares e Schwaab (2013, p. 33), “assim, na dualidade revista e sociedade, um imbricamento cultural e histórico se apresenta evidente, sendo resultado do diálogo entre um meio de comunicação e o tempo sobre o qual e para o qual ele se volta.”.

Não é evidente, para quem fala, a *Globo Rural*. Pode-se afirmar que se trata de uma revista especializada (em temas agrícolas), mas o chamado “mundo rural” contempla diferentes identidades e modos de ser, pensar e agir: há o campesinato, o empreendedor do agronegócio, o agricultor familiar, os pluriativos, os movimentos sociais, dentre outras possíveis categorias, conforme abordado anteriormente no item 2.3 - *Da Revolução Verde às ruralidades contemporâneas*. Esta multiplicidade de sujeitos leitores se acentua nos diálogos via redes sociais: o espaço para comentários no perfil da revista no Facebook, por exemplo, é palco de diversos debates acirrados. Mas antes do advento da internet, as cartas enviadas por leitores já questionavam o lugar de fala do periódico: em repetidas ocasiões observamos recados que apontavam a predominância de assuntos

<sup>38</sup> A página oficial da revista e do site *Globo Rural* no Facebook conta com postagens diárias e está disponível no seguinte endereço: < <https://www.facebook.com/RevistaGloboRural>>.

<sup>39</sup> O site da revista *Globo Rural* está disponível no seguinte endereço: <<http://revistagloborural.globo.com>>.

e posturas alinhadas com o agronegócio em detrimento do pequeno agricultor ou dos ecologistas (e vice-versa), principalmente em período de mudanças na diagramação e editorias.

Assim, considerando a revista um marco para sua época e um veículo de referência para o campo (dadas suas características como circulação e prestígio), acompanhamos – de certa forma – as inquietações dos leitores: para quem *Globo Rural* fala? E mais: é possível fazer Jornalismo Ambiental neste espaço?

#### 4.2 ANÁLISE DO DISCURSO: TEORIA E MÉTODO

Dado o exposto, cabe refletir sobre como o Jornalismo é partícipe da construção social da realidade e aciona determinados saberes e discursos no caso específico da propriedade intelectual de sementes, por meio de patentes, através de textos publicados na revista *Globo Rural*. Para isto, tomamos como procedimento teórico e metodológico a Análise do Discurso de tradição francesa (a partir de agora AD), concebida por Michel Pêcheux nos anos 1960-1970 e ampliada por diversos teóricos desde então.

A AD, que assumimos como uma disciplina de ruptura, é articulada a partir de saberes advindos de três campos do conhecimento: o materialismo histórico (a partir do qual introduz um debate acerca de ideologias e formações sociais); a linguística (de onde absorve elementos como a teoria da enunciação); e a teoria do discurso. Estas três esferas se articulam e são atravessadas por uma teoria de cunho psicanalítico, a qual versa sobre subjetividade e permite pensar a noção de sujeito.

Talvez a maior ruptura promovida pela AD seja com a linguística tradicional, pois desconstrói seu quadro teórico e rescinde inclusive com seus pressupostos acerca da noção de língua. A Linguística moderna, fundada no início do século XX por Ferdinand de Saussure, dá início a uma tradição teórica que percebe a língua como sistema: nesta concepção, não há espaço para a falha e para o desvio – características estas pertencentes ao domínio da fala. A linguagem, então, deve ser explorada a partir desta dicotomia língua-fala, conforme Saussure (1977, p. 27):

O estudo da linguagem comporta, portanto, duas partes: uma, essencial, tem por objeto a língua, que é social em sua essência e independente do indivíduo; esse estudo é unicamente psíquico; outra, secundária, tem por objeto a parte individual da linguagem, vale dizer a fala, inclusive a fonação e é psicofísica.

Esta cisão<sup>40</sup> perpassa a concepção de língua por muitas teorias, nas quais língua é concebida como sistema de signos, os quais são definidos, então, a partir de relações de oposição: um signo é o que outro não é. Esta concepção, que crê na homogeneidade e transparência linguística, acaba por anular o sujeito e não aceitar o equívoco e suas próprias limitações, como ressalta Freda Indursky (2005, p. 15): “Ou seja: a língua, tal como concebida por Saussure, é um objeto asséptico, de onde todo e qualquer elemento que não seja interno, próprio ao sistema linguístico, nela não encontra lugar e deve ser excluído”.

Há, entretanto, alguns autores, os quais bebem da teoria linguística sistêmica de Saussure, que propõem algumas inovações, vinculando o sistema da língua ao social – mesmo que de forma limitada. É o caso, por exemplo, da sociolinguística concebida por Labov, o qual contesta a homogeneidade da língua e a ideia idealizada do falante ideal; também Benveniste (1995), a partir dos estudos enunciativos, reintroduz o sujeito ao abordar as marcas de sua presença na língua, com o par eu-tu<sup>41</sup>; e a própria linguística textual (KOCH, 2003), que, ao extrapolar a unidade da frase e pensar o texto como unidade em contexto, passa a dialogar com outras áreas do conhecimento e insere noções de sujeito, cultura e sociedade. Tais variações, entretanto, não podem ser compreendidas como uma ruptura completa com a concepção de língua de Saussure, pois ainda creem em um sistema fechado e, mesmo que introduzam a noção de sujeito, este é tomado como um sujeito individual e não complexo: para tais teorias, o objeto de análise é a própria língua (para a linguística saussuriana), a partir da frase (para estudos enunciativos) ou do texto (no caso da linguística textual).

Nos anos 1960, Michel Pêcheux provoca tensão no campo de estudo da linguística ao propor um novo objeto de estudo – o *discurso* – e, assim, questionar o corte epistemológico saussuriano (INDURSKY, 2005). Língua, então, deixa definitivamente de ser vista como sistema fechado e transparente, mas é percebida, em sua opacidade e exterioridade, como o lugar material onde se realizam os efeitos de sentido (PÊCHEUX; FUCHS, 1993). Esta proposição tem inspiração na psicanálise de Lacan, o que percebe a língua como um sistema de significantes, posto a partir de um pensamento em rede. Por

---

<sup>40</sup> Friso aqui que o sistema proposto por Saussure (1977) estabelece uma cisão, uma separação entre língua e fala (*langue e parole*). Não se trata, portanto, de uma relação de oposição entre ambas. Inclusive, o autor completa (SAUSSURE, 1977, p. 27 [grifo nosso]) “Sem dúvida, esses dois objetos estão estreitamente ligados e se implicam mutuamente; (...)”.

<sup>41</sup> Em *A Natureza dos Pronomes*, capítulo do *Problemas de linguística geral*, Benveniste (1995 [1946]) propõe que o sujeito se constitui linguisticamente a partir da enunciação do *eu*, ao passo que instaura o seu interlocutor, o *tu*. O eu e o são entidades conectadas: um só existe em relação com o outro.

não crer na possibilidade totalizante do sistema, pois sempre há coisas que escapam, o autor chega a forjar o termo *lalangue* (“alíngua”, em português): “Alíngua seria esse lugar do impossível na língua – impossível de dizer, impossível de não dizer de uma certa maneira – o não-todo no todo, o não-representável no representado.” (LEANDRO FERREIRA, 2004, p. 44).

Ao beber da Psicanálise lacaniana, a AD propõe sua noção de sujeito. Esta é uma categoria importante, pois é basilar para a compreensão da AD, dado que não existe discurso sem sujeito, ao passo que não existe sujeito sem ideologia<sup>42</sup>. O sujeito da AD é incompleto e heterogêneo ao mesmo tempo que anseia pela completude e pela linearidade. Essa noção abre espaço para um sujeito fragmentado e contraditório e não centra no sujeito a fonte de sentido: “Assim, numa relação dinâmica entre identidade e alteridade, o sujeito é ele mais a complementação do outro.” (GRIGOLETTO, 2003, p. 52).

Assim, enquanto os linguistas preocupam-se com a língua em sua organização, pois a tomam como um sistema, os analistas do discurso partem desta organização formal para compreender a produção de sentidos, ou seja – a partir *da organização da língua*, é possível compreender a sua ordem e a ordem da história, as quais se articulam na *ordem do discurso*. Conforme explica Grigoletto (2003, p. 71):

O linguista sonha com um ideal de língua, uma língua completa, sem falhas, sem problemas. Ao contrário disso, defendemos uma concepção de língua capaz de deslizes, de falhas, ou seja, atravessada pela incompletude, já que esta língua que os linguistas sonham se constitui realmente só num sonho, pois ela não existe.

Esta passagem da organização para a ordem, entretanto não se dá de forma simples, nem automática. Ao observar o discurso enquanto processo – e não como um produto – desloca-se a atenção para a constituição do sujeito e os sentidos possíveis: conforme Orlandi (1996), a organização está relacionada às pistas presentes na língua, ao passo que a ordem concerne ao real histórico e simbólico, os quais se articulam no processo de significação.

---

<sup>42</sup> O termo “ideologia” pode ter sentidos variados e inclusive conflitantes entre si. Como aqui operamos com as noções da AD, adotamos a definição proposta por Leandro Ferreira (2001, p. 17-18 [grifos da autora]) no *Glossário de Termos do Discurso*: “Elemento determinante do *sentido* que está presente no interior do *discurso* e que, ao mesmo tempo se reflete na exterioridade, a ideologia não é algo exterior ao discurso, mas sim constitutiva da prática discursiva. Entendida como efeito da relação entre sujeito e linguagem, a ideologia não é consciente, mas está presente em toda a manifestação do sujeito, permitindo sua identificação com a *formação discursiva* que o domina. Tanto a crença do sujeito que possui o domínio de seu discurso, quanto a ilusão de que o sentido já existe como tal, são efeitos ideológicos.”

O sujeito do discurso é afetado pelo que Pêcheux (1988) denomina esquecimento, o qual possui duas ordens. O Esquecimento n. 1 encontra-se no âmbito do inconsciente e postula que o sujeito pensa ser fonte de sentido do seu dizer, ou seja, crê no seu próprio ineditismo, embora tudo já tenha sido enunciado por outrem, mesmo que noutra ocasião. Já o Esquecimento n. 2 ocorre pré ou conscientemente e refere-se à ilusão do sujeito de ser dono do que enuncia, isto é, o sujeito pensa possuir estratégias discursivas que não permitirão ao interlocutor acessar o que deixou de ser dito – diz-se A no lugar de B, acreditando que o outro não compreenderá B, o que se configura numa ilusão, dado que o discurso não pertence a ninguém. Estes esquecimentos são necessários ao funcionamento discursivo, pois corroboram para a ilusão da unicidade do sujeito (que não se pensa como fragmentado e não-linear) e para o efeito de transparência da língua e dos sentidos (quando na verdade esta é opaca e passível de outras compreensões – embora não infinitas, nem qualquer uma).

Conforme mencionado, o sujeito da AD é interpelado pela ideologia, conceito mobilizado por Pêcheux a partir de Althusser (1996), incorporando o materialismo histórico da Sociologia. O autor revisita a teoria marxista ao defender que toda a formação social, ao mesmo tempo em que produz, reproduz as forças produtivas e as relações de produção existentes. Tal reprodução é garantida a partir não apenas do Aparelho Repressivo de Estado (ARE), mas principalmente se dá através dos Aparelhos Ideológicos de Estados (AIEs), os quais se constituem de uma variedade de instituições, tais como a Igreja, a Família, a Escola e a Informação (dentro da qual se situa o jornalismo). Enquanto o ARE é de domínio público e funciona principalmente pela violência, os AIEs têm natureza privada e funcionam pela ideologia, embora em algum nível possam acionar a repressão, sobretudo a de caráter simbólico (ALTHUSSER, 1996).

Para Althusser (1996, p. 131), esta ideologia – que é a ideologia das classes dominantes – está sempre presente, realiza-se na prática (não nas ideias) e *interpela os indivíduos como sujeitos*: “[...] não existe ideologia, exceto pelo sujeito e para sujeitos. O que significa: não existe ideologia a não ser para sujeitos concretos, e essa destinação da ideologia só é possível pelo sujeito, ou seja, *pela categoria de sujeito* e seu funcionamento.”.

Pêcheux (1988) revê a concepção de ideologia proposta por Althusser, avançando ao sugerir que os AIEs não apenas contribuem para a reprodução das relações de produção, mas também participam de sua *transformação* (entretanto, o autor



sublinha que estes processos se dão de forma assimétrica). Pêcheux adota ainda a tese de que a ideologia interpela o indivíduo como sujeito, considerando, contudo, que o indivíduo é sempre já sujeito, pois a ideologia é eterna.

Dessa maneira, ao mobilizar conceitos provenientes da Linguística e do materialismo histórico, atravessando-os pela Psicanálise, a AD funda-se como uma disciplina de fronteira – sendo revisitada por inúmeros autores que buscam pelo discurso compreender os fenômenos sócio-históricos.

#### 4.3 TEXTO

*O objeto da AD é o discurso.* O discurso, por sua vez, é analisado a partir do texto.

Texto e discurso, embora relacionados, não podem ser confundidos: enquanto o primeiro se configura como unidade de análise, o segundo é de fato o elemento a ser estudado. Dessa maneira, é a partir do texto que se chega ao discurso: é o olhar discursivo que converte o texto em discurso.

Em um mesmo texto podem se atravessar diversos discursos, manifestos através de Formações Discursivas distintas e suas múltiplas posições-sujeito – o texto apresenta a dispersão do sujeito, sua fragmentação e incompletude. Nessa perspectiva, o discurso é um processo, não um produto. Em termos metodológicos, conforme Grigoletto (2003, p. 43): “Não se parte da história para o texto, se parte do texto, enquanto materialidade histórica, já que se trata de compreender como a matéria textual produz sentidos (historicidade do texto).”.

Dessa maneira, o texto é compreendido como a materialidade da língua, através da qual se percebem os discursos, os efeitos de sentido possíveis. O texto pode ser verbal, imagético, entre outros. Neste trabalho, nós nos detemos em recortes do texto verbal da revista *Globo Rural*, através de sequências discursivas.

#### 4.4 FORMAÇÕES DISCURSIVAS E POSIÇÕES-SUJEITO

Tendo em vista que a ideologia é sempre presente, Pêcheux define que o sentido de uma palavra ou expressão não existe em si mesmo, mas é determinado por um jogo complexo no qual tal palavra ou expressão foi produzido. Aí se encaixa o conceito de Formação Discursiva (FD):

Chamaremos, então, *formação discursiva* aquilo que numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina *o que pode e deve ser dito* [...]. Isto equivale a afirmar que as palavras, expressões, proposições, etc., recebem seu sentido da formação discursiva na qual são produzidas. (PÉCHEUX, 1988, p. 160-161).

É através da relação do sujeito com a FD que se chega ao funcionamento do sujeito do discurso. De modo operacional, a AD compreende a FD inserida em uma Formação Ideológica (doravante FI). Conforme Grigoletto (2003), a FI pode ser compreendida como um complexo de representações e costumes que não são nem individuais, nem universais, mas guarda relação com as posições sociais de classe. Em uma mesma FI podem estar comportadas diferentes FDs, por vezes conflitantes entre si. Para elucidar<sup>43</sup>: em uma FI “capitalista”, podem ser encontradas diversas FDs, como a “centralidade do progresso humano e expansão de riquezas” (para a qual – de forma geral – os seres humanos seriam os agentes mais relevantes no planeta, movidos pelo aumento de posses) ou a “salvação da natureza através do otimismo tecnológico” (para a qual a preservação da natureza – sem aqui problematizar o que se entende por natureza – seria o eixo central, em uma perspectiva de manutenção ou para alcançar a sustentabilidade da vida no planeta). Assim, as FDs são a materialização das diversas FIs existentes, e através delas se captura o funcionamento das ideologias no discurso. As palavras ou expressões, portanto, não podem ser vistas (na AD) por seu sentido em si (que não existe, já que a língua não é transparente), pois elas mudam de sentido de acordo com quem as emprega e a com a posição tomada pelo sujeito – posições estas relacionadas diretamente com a FD e a FI na qual o sujeito se inscreve.

Não podemos ver uma FD como homogênea, pois ela comporta algumas (mas não infinitas) posições-sujeito, as quais têm relação com a tomada de posição, nem sempre consciente, em uma FD – sem, entretanto, negar os pressupostos que dão origem e balizam aquela Formação. A FD é, então, o lugar da discursivização dos saberes ideológicos, os quais podem ser apresentados de uma ou outra forma a partir das posições-sujeito. Assim, “o sujeito identifica-se com um determinado sentido e se contrapõe a outros em função de sua interpelação ideológica, que está na origem de seu estatuto de sujeito, de sua identificação com determinada FD e com uma posição-sujeito.” (INDURSKY, 2008, p. 31).

---

<sup>43</sup> Trazemos aqui uma situação hipotética para exemplificar a operacionalização dos conceitos-chave da AD, os quais mobilizo na etapa analítica (Capítulo 5).

Dando continuidade ao exemplo anterior: a FD suposta “salvação da natureza através do otimismo tecnológico”, inscrita em uma FI “capitalista”, poderia comportar diferentes posições-sujeito. Estas poderiam ser, hipoteticamente, “desenvolvimento de tecnologia para mitigar os efeitos humanos”, “desenvolvimento de tecnologias limpas” ou mesmo “eliminação da tecnologia” – caso no qual haveria um processo de desidentificação da FD.

Este processo é explicado por Pêcheux (1988), que elenca três modalidades de tomada de posição. A primeira é a *superposição* entre o sujeito do discurso e o sujeito universal da FD – ou seja, há identificação plena entre o sujeito do discurso e a forma sujeito da FD. Esta modalidade caracteriza o discurso do chamado “bom sujeito”, embora não produza um sujeito dotado de unicidade, mas um efeito-sujeito (pois a unicidade do sujeito é da ordem do imaginário). A segunda é a *contra-identificação* entre o sujeito do discurso e o sujeito universal da FD – consiste em uma separação em relação aos saberes da forma-sujeito, conduzindo o sujeito do discurso a contra-identificar-se com a com a forma-sujeito da FD que o afeta, tensionando-a. Esta modalidade caracteriza o discurso do “mau sujeito”, ou seja, “aquele que se permite duvidar, questionar, os saberes e não simplesmente reduplicá-los, como ocorre na primeira modalidade.” (INDURSKY, 2008, p.13). Há, ainda, uma terceira via, na qual há *desidentificação* entre o sujeito do discurso e o sujeito universal da FD: esta desidentificação, entretanto, não representa nem liberdade, nem desassujeitamento, pois ao não estar mais identificado com determinada FD, o sujeito já está inscrito noutra FD.

A partir da modalidade da desidentificação, Indursky observa que há certo espaço de liberdade: em determinado momento, sob determinadas condições de produção, o sujeito pode romper com a FD na qual estava inscrito. Quando o faz, entretanto, é porque – de forma inconsciente – já está identificado com outra FD. Assim, temos que “o movimento de desidentificação é da mesma natureza que o movimento de identificação e se dá sob o efeito do laço constitutivo entre inconsciente e ideologia [...]” (2008, p.15).

As posições-sujeito são uma categoria importante ao se pensar o discurso e as FDs, pois permitem perceber a heterogeneidade constitutiva do discurso, dado que o sujeito é concebido como fragmentado. Dessa forma, muitas vezes é possível identificar, a partir do texto, mais de uma FD em um mesmo espaço discursivo e diferentes posições-sujeito. O Jornalismo, que concebemos como campo discursivo, parece ser um local

singular para verificar esta multiplicidade, dado que seus produtos se propõem uma leitura do mundo.

Os discursos, para a AD, têm sua materialidade linguística no texto, entretanto não é nele que a pesquisa se encerra. O objetivo é atingir as Condições de Produção (CP) de tais discursos, as quais implicam relações de força e de sentido, pois estão inseridas em alguma formação ideológica: Que vozes constroem o discurso? De onde elas vêm? Qual o seu posicionamento?

#### 4.5 CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO

As CP remetem a lugares determinados em dada sociedade e as relações de poder e força partícipes destas relações estão presentes no discurso (GRIGOLETTO, 2003). De certa forma, as CP têm conexão com o mundo, pois representam o cenário social e histórico no qual um discurso é produzido: por apontarem a conjuntura, trazem à tona também as suas contradições.

As CP, entretanto, não podem se confundir com as Condições de Existência (CE), as quais a precedem. As CE dizem respeito às condições e características do sujeito, mas este sujeito não é uma categoria analítica e sim um sujeito “de carne e osso”. Dessa forma, as CE indicam os atributos e o lugar no mundo do interlocutor, por exemplo, o gênero, a localização, a classe social, a estrutura familiar, entre outros. Embora possam auxiliar na análise, o conhecimento das CE não é essencial, mesmo porque sozinhas não determinam as FIs que interpelam os sujeitos, nem as FDs nelas inscritas: o texto, enquanto materialidade discursiva, é suficiente para ponderar sobre os efeitos de sentido.

No trabalho, identificamos os discursos presentes na revista *Globo Rural* no período de dez anos a respeito de patentes de sementes na agricultura, verificando se estão presentes enunciados sobre diferentes formas de saberes. Para isso, partimos dos textos encontrados, porque constituem a materialidade do discurso, identificando possíveis FDs e suas posições de sujeito. Entretanto, o estudo não termina aí, mas na identificação e reflexão sobre as CPs nas quais os discursos encontrados se inserem.

#### 4.6 INTERDISCURSO

Todas FDs estão inseridas em um todo complexo, o interdiscurso (PÊCHEUX, 1988), o qual pressiona as fronteiras da FD, podendo levar a deslizamentos de sentido e transformações da FD em questão. O interdiscurso pode ser compreendido como um espaço que comporta todos os sentidos já produzidos em diferentes tempos e mesmo aqueles sentidos que podem vir a ser produzidos, em todas as FDs. O interdiscurso é, portanto, saturado de sentidos.

Conforme Lassen (2011, p. 102): “[...] o interdiscurso é uma categoria da ordem do irrepresentável e do ininterpretável discursivamente, pois não temos acesso ao seu todo, e nem podemos fazer representações do mesmo. O que podemos é acessar os discursos provenientes do já-dito.”. Dessa forma, apesar de ressaltar que o discurso tem bordas porosas, é possível pensar que o interdiscurso é ao mesmo tempo exterior a uma FD – pois comporta todos os saberes possíveis e impossíveis – e interior a ela – pois a mesma incorpora os seus saberes.

O interdiscurso está relacionado ao intradiscurso, com o qual forma um par forjando, por fim, o discurso. Enquanto o interdiscurso encontra-se no eixo vertical, onde se elaboram saberes das FDs, o intradiscurso está na dimensão horizontal, proporcionando linearidade a estes mesmos saberes. Conforme Grigoletto (2003), o interdiscurso é o lugar no qual o sentido é construído, envolvendo o já-dito, o interdito, possibilitando os deslocamentos das margens das FDs.

#### 4.7 MEMÓRIA DISCURSIVA

A essa concepção de interdiscurso, soma-se a noção de memória, que para a AD não é concebida como memória individual, social ou cognitiva – mas sim memória discursiva. Esta é lacunar e seletiva, inconscientemente intervindo e reestabelecendo os implícitos necessários à leitura (PÊCHEUX, 1999). Dessa maneira, há sempre um já-lá (o pré-construído), o qual não é acionado de forma conscienciosa, mas irrompe da FD. Concebemos, então, que, enquanto o interdiscurso é uno e não pode ser empregado no plural (pois serve a todas FDs), a memória discursiva guarda relação íntima com a formação ideológica e discursiva.

A noção de memória discursiva foi forjada por Foucault, que a ela atribui os saberes que não são efetivamente mobilizados, discutidos ou mencionados. Courtine (1999) propõe uma releitura desta ideia, articulando com o conceito de formação discursiva: dessa forma, situa o discurso na história. Maingueneau (1993) segue esta mesma linha ao considerar que toda FD está vinculada a alguma memória discursiva, num processo que reconfigura a própria FD através de repetições e transformações.

A memória discursiva implica um retorno ao já-passado, à lembrança e à repetição, ao mesmo tempo em que é lacunar, é tomada de esquecimentos. As lacunas produzidas pela própria memória são preenchidas pelo interdiscurso – a memória do dizer. Assim

Qualquer discurso traz em si outros, algo que é acessível pela memória discursiva. Os sentidos construídos historicamente são convocados nas novas formulações e têm um efeito sobre o discurso que está sendo construído no agora. É o sujeito quem recorta dizeres do interdiscurso para constituir o que, à primeira vista, parece um discurso de sua autoria. E o faz a partir de determinada FD, uma vez que os processos discursivos não têm sua origem neste sujeito, mas na FD com a qual ele inconscientemente e imaginariamente se identifica. (SCHWAAB, 2011, p. 73).

O sujeito pensa ser suas as palavras que emprega, mas na verdade são dizeres de uma voz anônima e nem sempre acessível. A noção de memória discursiva, articulada com o interdiscurso, é importante, pois corrobora para ideia de que a dispersão e a repetição são constitutivas do discurso. O interdiscurso permite a ressignificação sobre o que já foi dito. Pensamos que a memória discursiva – em sua relação com o interdiscurso – é uma categoria fundamental para atingir os objetivos específicos deste trabalho, em especial os que visam averiguar qual a memória discursiva que irrompe das FDs – dado

que tais processos são propulsionados pela memória e pelo interdiscurso, que adentram pelas bordas porosas das FDs, transformando-as.

## 5 SENTIDOS E CONEXÕES

*Idêntico como no caso da “Revolução Verde”, a questão não é se a biotecnologia chegará aos pobres, senão como e com que consequências.*

Henk Hobbelink (1990, p. 108)

A biotecnologia, em suas diferentes apresentações, parece pautar nossa época.

Imersa em controvérsias e disputas, a questão da transgenia foi muito abordada em diferentes espaços, entre eles o Jornalismo. O Jornalismo especializado em agropecuária, gênero do qual a *Globo Rural* faz parte, cobriu de forma sistemática o processo que culminou na liberação dos OGM. Quais as abordagens empreendidas? A questão do patenteamento das sementes esteve presente? Movidas pelas dúvidas acima, coletamos textos da revista que abordassem patentes entre os anos de 2003 a 2013, para verificar a regularidades e transformações discursivas.

### 5.1 PROCEDIMENTOS DE PESQUISA

Esta pesquisa, de caráter qualitativo, tem como objeto os discursos da revista *Globo Rural* sobre patentes e sementes, observados através de sua materialidade discursiva, ou seja, os textos coletados. Para tanto, recortamos textos da revista *Globo Rural* que verssem sobre a temática da propriedade intelectual em relação às semente por um período de onze anos (entre 2003 e 2013), totalizando 132 edições.<sup>44</sup> Apenas consideramos a revista mensal, não incluindo possíveis edições especiais, como é o caso do Anuário do Agronegócio, o qual destaca perfis e empresas em diversas categorias.

---

<sup>44</sup> O acesso às edições, de 2003 a 2008, se deu através da Biblioteca do curso de Agronomia da Universidade do Rio Grande do Sul (<<http://www.ufrgs.br/bibagro>>), que possui todos os exemplares em seu acervo. A maior parte dos exemplares de 2009 a 2012 foram acessados através da Biblioteca da EMATER/RS (<[http://www.emater.tche.br/sistemas/pergamum/biblioteca/index.php?resolution2=1024\\_1](http://www.emater.tche.br/sistemas/pergamum/biblioteca/index.php?resolution2=1024_1)>). Os exemplares faltantes foram obtidos através da Biblioteca da ULBRA, a qual possui a coleção completa até outubro de 2012.

Os exemplares do primeiro semestre de 2013 foram consultados na Biblioteca da UNISC. (<http://www.unisc.br/portal/pt/biblioteca.html>). As demais edições foram acessadas em sua versão digital, na página dirigida aos assinantes da revista, a qual permite o download da mesma em PDF (<http://editoraglobo.adobe.globo.com/adobe/revista-digital/globorural/>). Todo o material encontrado relativo à temática de pesquisa está fotocopiado.



Localizamos os exemplares através do CCN (Catálogo Coletivo Nacional de Publicações Seriadas), coordenado pelo IBICT<sup>45</sup>. Através dessa ferramenta de busca é possível localizar um periódico por título em toda a rede de bibliotecas que possuam acervo automatizado. Não encontramos, no Rio Grande do Sul, nenhuma instituição que possuísse toda a coleção da revista *Globo Rural*, de maneira que distribuí meus esforços entre as bibliotecas da Agronomia/UFRGS, da ULBRA, da EMATER/RS e da UNISC. Alguns exemplares do ano de 2013 foram adquiridos durante o período da pesquisa.

Para formar o conjunto de textos que analisamos, reunimos todos os textos que abordassem (mesmo que não de forma central) os seguintes temas: propriedade intelectual, patentes, novas variedades de sementes, monopólio de sementes, biotecnologia e transgenia.

O *corpus* do trabalho, as sequências discursivas (SDs), foi composto e organizado ao longo do trajeto de pesquisa, totalizando 162 SDs, recortadas de 77 textos. A lista de textos encontrados, separados por ano de publicação, pode ser acessada no *Apêndice A - Relação de textos recortados da Revista Globo Rural (2003-2013)* deste trabalho. Uma cópia dos textos completos está disponível no Anexo B (CD-ROM).

As SDs que compõem o *corpus* estão listadas no *Apêndice B – Relação de Sequências Discursivas (SD) da Revista Globo Rural (2003-2013)*. A Figura 4, a seguir, é um dos textos que compõe a amostra deste trabalho. Nele consta o recorte de uma sequência discursiva (SD) específica.

---

<sup>45</sup> Disponível em: <<http://ccn.ibict.br/busca.jsf>>. Acesso em: 28 abr. 2014.

Figura 4 - T7 – Chumbo grosso à vista (NOTA) | 2003/Junho

**CONCORRÊNCIA**

## Chumbo grosso à vista

**SEGUNDO** estimativas, a safra brasileira de soja deve alcançar 49,6 milhões de toneladas, um aumento de 18,3% sobre o total colhido no ano passado. Preocupados com a crescente competitividade da nossa soja, os agricultores norte-americanos vêm atirando para todos os lados, em busca de maior proteção.

O presidente da Comissão de Finanças do Senado dos Estados Unidos, Charles Grassley, fazendeiro no estado de Iowa, maior produtor de grão no país, pediu à administração Bush que mobilize agências do

governo para fornecer informações que ajudem os agricultores a compreender melhor a evolução da produção brasileira como forma de ganhar competitividade.

A preocupação faz sentido: o Brasil tem melhores condições de produção, clima mais ameno, água para irrigação e terras para crescer e, mesmo sem subsídios, como ocorre por lá, deve assumir o primeiro lugar no pódio dos exportadores. Em volume de produção, ainda não.

A soja transgênica plantada ilegalmente no Brasil e assumida pelo

governo vai dar munição para a briga. A Monsanto, dona da patente, e o governo dos EUA vão querer cobrar a conta. Não querem admitir que os principais concorrentes do país utilizem tecnologia americana, disputem com eles e não paguem por isso.



Soja brasileira preocupa concorrentes

Fonte: Revista *Globo Rural* (jun. 2003).

Os textos estão organizados da seguinte maneira: a letra T (*texto*), seguida por um número (que segue a ordem cronológica de publicação), os identifica. Para auxiliar, segue o título do texto, já com a indicação do gênero jornalístico no qual foi encaixado, além do ano e mês da edição da revista. Temos, assim, a consequente disposição:

**T1 – Título (GÊNERO) | ANO/Mês**

ficaria por exemplo:

**T1 – Talento para todos (NOTA) | 2003/Janeiro**

Para fins de organização propomos o arranjo do material encontrado em seis categorias de gênero jornalístico, a saber: Nota; Notícia; Artigo; Editorial; Entrevista; Reportagem.

Cabe ressaltarmos que há muitos autores e controvérsias em torno da noção de gênero jornalístico, há inclusive aqueles que tomam o próprio Jornalismo como um gênero. Como neste trabalho esta categoria não é central, mas apenas operacional, não faremos uma discussão a respeito do conceito. Dessa forma concordamos com a noção

de gêneros jornalísticos sugerida por Melo (2010) que propõe como categorias centrais o *jornalismo informativo* e o *jornalismo opinativo*: a primeira é fruto de uma articulação entre jornalista e acontecimentos e abarca *nota, notícia, reportagem e entrevista*; enquanto a segunda tem caráter mais reflexivo e envolve *editorial, artigo, resenha, coluna, crônica, caricatura e carta*.

Embora não pretendamos aprofundar esta discussão, parece importante pontuarmos que o editorial talvez seja o gênero que de forma mais intensa revela a revista ou jornal enquanto fonte de sentido situada. É nesse gênero discursivo que se enuncia determinada posição perante os acontecimentos e os processos correntes, ou seja, de certa forma é onde se explicita a Formação Discursiva e/ou Ideológica daquele veículo.

Dessa maneira, apresentamos o Quadro 2 – Textos encontrados por categorias, no qual é possível acompanhar a quantidade de textos sobre o assunto publicada por ano e por gênero.

Quadro 2 – Textos encontrados por categorias

	<b>Gênero</b>						<b>Total</b>
	<b>Nota</b>	<b>Notícia</b>	<b>Artigo</b>	<b>Editorial</b>	<b>Entrevista</b>	<b>Reportagem</b>	
<b>2003</b>	9	---	1	1	---	3	14
<b>2004</b>	4	---	---	1	7	1	13
<b>2005</b>	---	2	---	---	---	2	4
<b>2006</b>	---	1	---	---	---	1	2
<b>2007</b>	3	1	---	---	---	2	6
<b>2008</b>	2	2	---	---	---	1	5
<b>2009</b>	1	3	---	---	---	---	4
<b>2010</b>	3	---	---	---	---	3	6
<b>2011</b>	6	2	---	---	---	1	9
<b>2012</b>	4	2	---	---	2	1	9
<b>2013</b>	3	---	2	---	---	---	5
						<b>Total:</b>	<b>77 textos</b>

Fonte: elaborado pelas autoras.

Pelo menos dois caminhos são possíveis (e legítimos) ao operacionalizar a AD na busca por sentidos. O primeiro propõe partir de FDs dadas, constituídas através de um quadro teórico previamente estabelecido – e a partir daí buscar estas formações no texto. A segunda abordagem, pela qual optamos aqui, sugere que as FDs sejam construídas ao longo do percurso de pesquisa, articulando os saberes encontrados ao quadro teórico empreendido.

Observamos que não nos parece importante, pelo menos em um primeiro momento, trazer a autoria dos textos coletados – mesmo que grande parte do conteúdo seja assinado. Isso porque não interessa aqui tecer análises acerca do sujeito empírico, ou seja, o indivíduo que produziu o conteúdo. O que cabe aqui é refletir sobre o sujeito do discurso – este incompleto e afetado duplamente, de maneira que nunca será completamente livre, nem completamente determinado (INDURSKY, 2008, p. 10).

## 5.2 CONECTANDO SABERES, DESVENDANDO SENTIDOS

Em estudo piloto, realizado no ano de 2014 para a qualificação, recortamos os textos da revista *Globo Rural* durante o ano de 2003. Na ocasião, o gesto de leitura levou a duas possíveis FDs, que optamos por denominar FD Tecnocrática e FD Ecológica, cada uma com diferentes posições-sujeito. Agora, a partir de um novo olhar e novas discussões, buscamos verificar se os discursos encontrados em um período mais extenso (até dezembro de 2013) acompanham tais FDs ou sugerem novas formações e posições-sujeito. Desse modo, objetivamos examinar as regularidades e transformações presentes nos enunciados, averiguando qual (e se há) memória discursiva que irrompe das formulações recortadas sobre propriedade intelectual de sementes.

Apesar do receio em cair em determinismo, acho interessante relembrar alguns acontecimentos históricos da agricultura brasileira no ano de 2003, pois daí se dão as CEs<sup>46</sup> que levarão às CPs<sup>47</sup> dos discursos aqui trazidos sobre patentes.

Após uma modernização intensa – mas conservadora e desigual – da agricultura dos anos 1970 aos anos 1990, o capital agrícola privado havia se internacionalizado e emergia o agronegócio, configuração capitalista vigente ainda hoje. O papel do Estado, que antes

---

<sup>46</sup> Condições de Existência, ou seja, as condições empíricas que constituem o sujeito enunciativo.

<sup>47</sup> As Condições de Produção são mais amplas do que as CEs, pois exigem a observação das Formações Ideológicas de uma época.

impulsionava através de crédito, pesquisa e extensão, diminui consideravelmente nesse modelo, o qual é criticado por sua insustentabilidade estrutural. Ainda assim, a busca por produtividade e crescimento econômico continua, seja através da conquista de novas fronteiras agrícolas ou insumos e sementes de alto rendimento. Desse modo, em 2003, culminou a controvérsia da soja transgênica, que até então tinha seu cultivo e sua comercialização proibidos no Brasil. O centro inicial dessa disputa jurídica, social e discursiva era o Rio Grande do Sul, estado pelo qual adentrou a soja transgênica ilegal, contrabandeada da Argentina.

Nessa discussão (a qual propomos observar através dos discursos sobre as patentes de sementes no Brasil), pensamos ser inevitável falar de transgênicos, dado que, em meio a inúmeras controvérsias, simbolizam um modelo de exploração comercial. Apesar de terem surgido ainda na década de 1970, foi a partir dos anos de 1990 que os organismos geneticamente modificados geraram debates de maior fôlego, envolvendo instituições, sociedade civil e empresas<sup>48</sup>. No Rio Grande do Sul, a proposta de uma zona livre de transgênicos gerou polêmica e foi paulatinamente desconstruída através de argumentos ligados à ideia de progresso e ciência, como o aumento da produtividade e a segurança. Em 2003 a posse de Luiz Inácio Lula da Silva marca o deslocamento do debate, que atinge proporções nacionais: se até então a questão era ignorada ou silenciada pelo Estado, a perspectiva de quase a totalidade da safra de soja gaúcha e 20% da nacional ser transgênica exige providências do governo. Sob pressão do agronegócio e suas entidades, a MP (Medida Provisória) 113/2003, posteriormente convertida em Lei, libera a comercialização dos grãos transgênicos naquela safra. Em 2005, a aprovação da Lei de Biossegurança Nacional legitima o plantio de alimentos transgênicos e traz em si a tentativa de encerrar a polêmica.

Cristiane Silveira (2004), em trabalho no qual busca interpretar os significados sociais nas disputas em torno da biotecnologia, pontua que a atual ordem é balizada por noções mercadológicas – na qual o mundo é um supermercado e o cidadão assim se configura por meio do consumo. Neste cenário em que grandes empresas concentram e controlam o mercado mundial em detrimento da soberania e autonomia alimentar, a autora (SILVEIRA, 2004, p. 112) assinala que “[...] os transgênicos não poderiam deixar de

---

<sup>48</sup> Diversos trabalhos foram realizados acerca dos transgênicos no Brasil e no mundo, a partir de diferentes perspectivas teóricas. Para saber mais sobre o assunto, sugerimos Silveira (2004), Lima (2007), Daroit (2007).

constituir-se em alvos desta crítica, visto que além de terem chegado como mercadoria, sem nenhum respeito à informação científica, tendem a aprimorar ainda mais um modelo de exploração, uma vez que protegidos por patentes.”.

No conjunto das condições citadas, situa-se a *Globo Rural*. Quais são os discursos presentes, provenientes deste jornalismo especializado e interessado, portanto, em temas como a propriedade intelectual na agricultura?

Em uma rápida análise, já é possível apontarmos a predominância de notas sobre o assunto. A maioria delas parece ser fruto de *releases*<sup>49</sup> enviados pelas empresas interessadas em divulgar novos produtos e tecnologias. Nas notas, em função de sua curta extensão, os assuntos abordados não são aprofundados, nem problematizados. Para ilustrar:

T31 SD 81 – As sementes estarão disponíveis na próxima safra.

T38 SD 97 – A nova planta está em fase de registro.

T41 SD 104 – As novas sementes são o resultado de dez anos de investimentos em tecnologia e pesquisa e refletem a aposta da Syngenta no mercado de soja.

Nestas notas, dentre outras, há apenas divulgação de novos produtos. O jornalismo, nessa perspectiva, atende ao requisito informativo, mas deixa uma lacuna ao não explorar as informações trazidas, contextualizando-as e contribuindo com a educação do público. Em “nova planta está em fase de registro” (T38 SD97), por exemplo, o que é a fase de registro? Quando tempo dura e o que envolve? E, ainda, por que o registro é necessário?

O objetivo deste estudo não é trazer dados quantitativos, mas o Quadro 2 – no qual apresentamos o número de textos sobre patentes na *Globo Rural* por ano e por gênero jornalístico – permite que tenhamos um panorama das publicações nos últimos onze anos. Como podemos verificar, há uma queda significativa nos textos sobre o assunto entre os anos de 2005 e 2010. Acreditamos que os anos anteriores contabilizam mais textos porque foram o auge da controvérsia acerca dos transgênicos no Brasil – tecnologia usualmente patenteada por grandes corporações. Dessa forma, o assunto era mais abordado e discutido, por se tratar de uma possibilidade próxima para o país, como se confirmou em 2005 com a aprovação da Lei de Biossegurança Nacional.

---

<sup>49</sup> Um *release* é um comunicado feito à imprensa por alguma pessoa, entidade ou empresa.

Com o encerramento da controvérsia e suas disputas em termos jurídicos, o assunto também arrefeceu no jornalismo, saindo da agenda midiática. Embora não seja o tema deste trabalho, percebemos que os anos posteriores (a partir de 2005) deixaram a transgenia e a soja de lado e foram tomados por uma nova pauta (ou um novo produto): a cana-de-açúcar. A cana passou diversas fases em nosso país, com destaque para (no passado recente), os grandes incentivos do governo para sua produção a partir da criação do Pró-Álcool, em 1975. Tanto apoio estatal fez com que a cana fosse um dos produtos privilegiados na concessão de crédito rural para a adoção de pacotes tecnológicos que prometiam o aumento da produtividade, durante o período da modernização agrícola brasileira. Com o preço do petróleo diminuindo no cenário internacional, o Pró-Álcool perdeu força, pois o uso do álcool combustível deixava de ser vantajoso.

Acreditamos que isso mudou a partir de meados da década de 2000, devido à divulgação nacional do primeiro carro com tecnologia *flex fuel*, o que coincide com a volta da cana às manchetes da *Globo Rural*. O primeiro veículo com motor bi-combustível lançado no Brasil (ou seja, funciona com gasolina e também com álcool) foi o Gol Total Flex 1.6, anunciado em abril de 2003. Com esse evento, o setor sucroalcooleiro passa a, de forma tímida, se reestruturar. Conforme Tonin e Tonin (2014, p. 69): “A partir de 2003 as vendas dos carros flex fuel aumentaram sua participação nas vendas totais de veículos comerciais leves, atingindo os níveis de aproximadamente 90% das vendas a partir de 2007.”

Com a nova tecnologia em alta, a cana volta à agenda do jornalismo, principalmente da imprensa especializada, como é o caso da *Globo Rural*. Este fato observado nos remete à hipótese do agendamento (também chamada de *agenda-setting*), para a qual o Jornalismo, através de seus temas recorrentes, nos diz sobre o que pensar. Isso quer dizer que o fazer jornalístico é capaz de, em algum grau, pautar também seus interlocutores (o público) através dos temas que aborda.

É importante, também, mencionarmos que o próprio jornalismo é agendado, recebendo influências de múltiplos fatores e sujeitos – os quais não se encontram em uma posição simétrica. Essa perspectiva dialoga com a percepção de que o Jornalismo é um campo discursivo, no qual diferentes enunciados estão em permanente confronto. Também é possível concebermos que, para a *agenda setting*, a influência da mídia é admitida na medida



em que ajuda a estruturar a realidade social, a qual – por sua vez – estrutura o próprio jornalismo.

A hipótese do agendamento vai além ao defender que o jornalismo nos diz mais do que os assuntos a se pensar, mas também de qual maneira que o precisamos fazer. Conforme McCombs e Shaw (2000, p. 131 [grifo dos autores]): “As notícias dizem-nos também *como devemos pensar sobre o que pensamos*.”. Concordamos em parte com tal afirmativa, pois acreditamos que os interlocutores são capazes de decidirem por si os sentidos possíveis em dado enunciado e questão. Entretanto, assumimos que o Jornalismo, por vezes, não abre espaço para a pluralidade de olhares possíveis sobre determinado assunto, de modo que constantemente reproduz os mesmos saberes e inviabiliza outras tomadas de posição.

Conforme a hipótese do agendamento, apontamos a importância de se *estar* na imprensa, pois isso por si já interfere na agenda pública. Observamos algumas vezes uma nota de pé de página ao fim de notícias e reportagens: “O jornalista/editor viajou a convite da [...]”. Podemos perceber que são recorrentes os convites enviados por parte de empresas (como a Monsanto e a Basf) para que a redação acompanhe lançamentos de novos produtos (as sementes patenteadas) e também feiras agropecuárias. Nessas ocasiões é comum que a instituição pague o deslocamento e alojamento do profissional que fará a cobertura do evento. Acreditamos que este é um tema delicado e controverso, já esmiuçado por alguns autores que refletem sobre ética jornalística, mas ainda sem consenso entre pesquisadores e profissionais<sup>50</sup>. Seria injusto acreditarmos que o jornalista, nessas ocasiões, deixe de ser jornalista: ou seja, abra mão de ouvir diferentes fontes, com diferentes posicionamentos, buscando diferentes olhares sobre uma determinada situação.

Por outro lado, pensamos que todos os convites são, a rigor, convites de uma parte interessada. Desse modo, é legítimo hesitar diante desse tipo de reportagem, pois mesmo o espaço (tão caro à imprensa) por ela ocupado põe em dúvida a credibilidade do veículo – um

---

<sup>50</sup> Para refletir sobre o tema, sugerimos os livros *Ética na Comunicação* (PLAISANCE, Patrick Lee. *Ética na Comunicação: princípios para uma prática responsável*. Porto Alegre: Penso, 2011) e *Jornalismo e Verdade: para uma ética da informação* (CORNU, Daniel *Jornalismo e verdade*. Lisboa: Instituto Piaget, 1999).

Na esfera do Jornalismo Ambiental, Wilson Bueno é conhecido por suas críticas ao jornalismo corrompido e não-comprometido com sociedade e natureza. Ao atentar para questão das fontes interessadas, lembra o autor que “*não existe almoço grátis*”. Diz Bueno (2007b, p.115) : “Mas, às vezes, mesmo empresas reconhecidas pelo mercado perdem um pouco os limites e se dirigem aos jornalistas e veículos sem a transparência devida, no afã de favorecer, direta e indiretamente, aqueles que, generosamente, lhes pagam as contas.”.

valor essencial ao Jornalismo, como defende Berger (1996). Dadas as condições produtivas da maioria dos veículos impressos hoje, nas quais o orçamento é curto, compreendemos que convites para viagens sejam aceitos, desde que os eventos sejam parte da agenda prevista e que isso não coloque em risco a autonomia do jornalista, cujo maior compromisso é com o interesse público. Do mesmo modo, não podemos ignorar que tal situação é recorrente na imprensa brasileira e internacional (com algumas exceções), onde os próprios veículos vêm discutindo o aceite ou não de viagens e outras formas de fomento por parte de empresas e instituições. Fica evidente que esta prática provoca conflito e angústia nas redações e isso já nos parece central: diante da produção de matérias “a convite de ...”, deve ser permanente o tensionamento e a reflexão por parte do jornalista envolvido.

É importante pensarmos também no papel desempenhado pelas entrevistas na *Globo Rural*, dado que a publicação conta com uma seção fixa na qual explora este gênero. A figura do entrevistado respalda diversos dizeres e olhares e, de certa forma, isenta o jornalismo e o jornalista, embora estes também sejam situados e subjetivos. De acordo com Marocco (2013, p. 122), “a entrevista é a viga mestra do saber jornalístico: com a palavra do outro, o jornalista dilui seu olhar sobre o cotidiano, reveste o que ele pensa e quer de uma ‘objetividade jornalística’ [...]”.

Esta busca pela chamada objetividade é, na verdade, uma estratégia discursiva, porque encobre os saberes do próprio jornalismo e do veículo no qual é praticado através das falas de outro, o qual dá um efeito de verdade e imparcialidade. Nesse ponto, retomamos Meditsch (1992), que nos lembra que o conhecimento social sempre envolve algum ponto de vista sobre a história, sobre a sociedade e sobre a própria humanidade. Em sua crítica, o autor está se referindo ao Jornalismo e, portanto, afastando a noção de que a objetividade é passível de ser atingida. As palavras dos entrevistados, entretanto, proporcionam um efeito de imparcialidade, caro ao jornalismo.

Ainda assim, se apontássemos a entrevista como um instrumento objetivo, estaríamos esquecendo que a própria escolha do entrevistado já reflete certo posicionamento, ainda não explícito ou consciente. A seleção por um assunto costuma estar inserida em determinada agenda, pois se costuma abordar temas atuais e considerados relevantes para a sociedade. Entretanto, a opção por um entrevistado confere a ele poder e autoridade, pois é o sujeito, dentre tantos outros, permitido a dizer naquele quadro. A

entrevista, então, é um reflexo da hierarquia de sujeitos e saberes que se confrontam na atualidade. As fontes ouvidas em reportagens guardam relação com o que apontamos sobre entrevistas, pois do mesmo modo ocupam um lugar soberano: são conferidos à fonte a possibilidade de dizer e a autoridade para fazê-lo.

Quem então fala e é ouvido na *Globo Rural* sobre a temática das patentes de sementes? Quais os saberes valorizados ao se tratar a agricultura e a tecnologia? Podemos apontar que entre as principais fontes acionadas pela revista no período entre 2003 e 2013, como já verificado na pesquisa piloto, estão: (a) as fontes oficiais, ou seja: políticos, representantes institucionais e empresariais; e (b) cientistas e pesquisadores, os quais ocupam o papel do intelectual, pois são autoridades para falar sobre a ciência, seus desafios e suas consequências.

Nesse sentido, relembremos o que Bueno (2007) nomeia “síndromes do Jornalismo Ambiental”, que aqui percebemos na *Globo Rural*. De certa forma, as síndromes elencadas pelo autor são problemas que acometem todo o fazer jornalístico – guiado pela necessidade de manter a credibilidade – mas destacam-se no Jornalismo Ambiental, que autoriza a dizer apenas aqueles que apresentam alguma autoridade legitimada socialmente, como é o caso da Ciência. Entre elas está a “síndrome do muro alto”, a qual aparta o debate tecnológico científico de outros argumentos, sejam eles políticos, sociais, culturais, entre outros: “Ela respalda o discurso das elites e busca excluir os cidadãos comuns e mesmo determinados segmentos da sociedade civil do processo de tomada de decisões, defendendo a competência técnica como critério exclusivo de autoridade.” (BUENO, 2007, p. 37).

Outro aspecto a ser destacado, cuja perspectiva está em consonância com a síndrome citada, é a *lattelização* das fontes. De acordo com o autor, o Jornalismo Ambiental tende a dar voz a produtores de conhecimento superespecializados (as fontes que possuem currículo na plataforma Lattes), excluindo do processo outros saberes e práticas, muitas vezes refletindo a própria marginalização social desses sujeitos. O Jornalismo Ambiental, assim, não deve tratar apenas de tecnologias de última geração, pois

ele tem a ver com o dia-a-dia das pessoas e, na verdade, só faz sentido quando as inclui no debate, quando possibilita e promove a sua participação no processo de tomada de decisões. O Jornalismo Ambiental não pode, como tem acontecido com relativa frequência, ser veículo dos vendedores de produtos e serviços, quase sempre antagônicos à ideia de proteção e de respeito à qualidade de vida. (BUENO, 2007, p. 37).

Entretanto, as fontes mais frequentes na *Globo Rural* no período analisado (e arriscamos dizer que o quadro seria semelhante mesmo em outras épocas) são cientistas, técnicos, representantes do governo e as próprias empresas. Com essa crítica, não queremos apontar que estes sujeitos e instituições não possam ou não devam ser ouvidos, mas sim que não sejam os únicos a falar. Seus dizeres, de maneira geral, não são conflitantes entre si, pois reproduzem a mesma lógica e interesses semelhantes; enquanto o acesso à mídia tem sido dificultado às vozes dissonantes.

Apesar da centralidade dada às fontes oficiais e/ou científicas, averiguamos que, principalmente em reportagens, são ouvidos também os agricultores e suas entidades de classe. Embora, cabe apontarmos, na maioria das ocasiões estes não sejam apresentados em local de destaque, nem sejam personagens da seção de entrevista.

Verificamos que a apresentação de falas de agricultores trazidas nos textos traz uma falsa ideia de polissemia, dado que grande parte dos agricultores ouvidos tem posicionamentos semelhantes ao grupo anterior (fontes oficiais e cientistas), apoiando as novidades tecnocientíficas e seus argumentos:

T4 SD8 – Mas como a transgênica carrega o **gene de uma bactéria resistente ao glifosato, torna-se imune**. Assim, ao aplicar-se o produto na plantação, **todas as ervas daninhas são dizimadas**, restando a soja. O custo com herbicidas pode cair até 50%, atestam produtores. **A tecnologia do gene resistente ao glifosato pertence à empresa americana Monsanto.**

T42 SD 106 – Em fevereiro deste ano, duas variedades de milho geneticamente modificadas foram liberadas para cultivo no Brasil: a libertylink, da Bayer e a Mon810, da Monsanto. **A expectativa dos produtores é que cultivares aprovadas proporcionem redução do uso de inseticidas.**

Nas SDs mencionadas, quando os produtores rurais são ouvidos (direta ou indiretamente) eles apoiam o já dito por instituições e empresas – ou seja, legitimam os argumentos recorrentes de busca por produtividade e redução de custos.

Por outro lado, embora menos frequentes, encontramos também fontes que partem de uma lógica diferente e trazem reflexões até então incomuns nas páginas da revista. É o caso de entidades ambientalistas, agricultores que não adotaram as modernas biotecnologias e mesmo cientistas que criticam a racionalidade vigente, como demonstram as SDs a seguir:

T65 SD 137 – “Hoje em dia, **o produtor rural não tem a liberdade de escolha** que deveria ter”.

T14 SD33 – **Ambientalistas** argumentam que as espécies transgênicas podem criar pragas ultra-resistentes, aniquilar espécies selvagens e **deixar os agricultores à mercê de multinacionais que faturam alto à custa de royalties da venda de sementes**. Os **pesquisadores dizem que o medo não deve servir de desculpa para deter a ciência**.

T28 SD 77 – Pengue acredita que, no longo prazo, o custo de produção dos transgênicos possa até mesmo superar o da soja convencional. “Tudo depende da **evolução dos royalties pagos à desenvolvedora da tecnologia, do preço do glifosato e o surgimento de novas superervas**”.

T42 SD 105 – Avesso à transgenia, Alcides é do tempo que se limpava o mato das lavouras no cabo da enxada. “Trabalhei por mais de dez anos só com bóia-fria e antes de colher o milho eu colocava a turma para tirar o mato e queimar”, lembra. “**Minhas terras são limpas, eu não preciso de transgênico**. Acho que do jeito que nós estamos é melhor. Há até um bônus de 20 dólares por tonelada (cerca de 36 reais) para o milho convencional. **Isso é um sinal de que o alimento é mais saudável**”, afirma.

Os recortes acima trazem vozes dissonantes da maioria dos textos: como fontes temos os próprios agricultores (que vivem a prática agrícola), além de militantes da causa ecológica (conectada com a conservação da natureza e a sustentabilidade das comunidades) e cientistas comprometidos com a cidadania (preocupados, portanto, com a complexidade das relações envolvidas e com os efeitos – não apenas positivos – do desenvolvimento da biotecnologia). Dentre 77 textos recortados, estes são os únicos trechos encontrados nos quais manifesta-se preocupação com os rumos da biotecnologia no campo e os obstáculos instituídos aos produtores em função dos direitos de propriedade intelectual (a questão dos *royalties*).

Observamos então um silenciamento sobre os riscos trazidos pela lógica da propriedade intelectual, a qual é potencialmente problemática. Esta é o modelo de agricultura (e lógica que está presente em inúmeras outras áreas da sociedade) que predomina hoje no Brasil, pondo obstáculo a outras maneiras de produção e modalizando o processo de inovação.

Certos padrões tecnológicos — como as sementes transgênicas e o pacote tecnológico atrelado — estão entrelaçados com procedimentos de inovação rentáveis e já conhecidos e, assim, podem direcionar tendências de desenvolvimento técnico a certos interesses em detrimentos de outro. (PREMEBIDA, 2005, p. 116).

Desse modo, a própria revista – ao marginalizar outras perspectivas sobre o assunto – legitima a ciência e a produção baseadas na lógica moderno-capitalista, direção esta comprovadamente lucrativa a algumas empresas.

Seguindo o mesmo ensejo, há também algumas sequências nas quais são criticados os monopólios e monocultivos, que são percebidos como consequências diretas do modelo capitalista de produção agrícola. Esta lógica, predominante atualmente no Brasil, é parte de uma relação dupla com os direitos de propriedade intelectual: ao mesmo tempo em que os direitos monopolistas são consentidos pela moderna agricultura, os mesmos direitos excludentes viabilizam esta agricultura como conhecemos.

A propriedade intelectual é um contrassenso, pois, conforme Leal e Sousa (2010), vai na direção contrária do caráter público e coletivo da cultura, criando barreiras legais e comerciais ao acesso ao conhecimento. Os direitos de exploração instituem uma nova ordem, que é coercitiva e normativa, a qual exclui uma parcela da população e vai contra o interesse público e a cidadania. Há então uma incompatibilidade entre tais direitos monopolistas e a autonomia dos povos.

Os críticos da lógica da agricultura comercial argumentam que os benefícios sociais e ambientais que podem ser ocasionados pelo desenvolvimento das biotecnologias (embora nem sempre sejam verdadeiros) não são suficientes para suplantar os danos gerados pelo modelo no qual tais técnicas e produtos são criados, modelo este baseado em direitos de propriedade intelectual e capital privado. É isto que eles apontam nas SDs a seguir:

T65 SD 140 - “Repito: **nós temos a obrigação de combater a monocultura, o monocultivo.** Nós temos que funcionar como provedores de tecnologia e de informações corretas”.

T49 SD 114 – Mas nem tudo está perdido. Silva acredita que em 2010 **os produtores vão poder avançar, estruturando-se para romper as barreiras impostas pelo que ele denomina “monopólios”.** “Queremos quebrar o monopólio dos fertilizantes, dos transgênicos, de alguns defensivos. Precisamos quebrar o monopólio da logística, porque para muitos não interessa investir nesse setor já que o retorno é de longo prazo”.

T65 SD 138 – “Eles (os produtores) pensam assim: encontrei todas as soluções para os meus problemas! Mas o que eles não sabem é que essa solução se transformará em um grande problema daqui a alguns anos. **É uma falsa solução. Pacote tecnológico não faz milagre”.**

Nesse cenário, as patentes de sementes são também uma forma de legitimar qual o conhecimento é válido ou mesmo melhor. Isto porque as vemos atreladas a um discurso moderno – que aciona saberes economicistas e científicos – que hoje é predominante, pondo-se acima de outras maneiras de viver e pensar. Esses outros modos que mencionamos não podem ser compreendidos num quadro de dualidades, as quais possibilitam discursos diametralmente opostos, como o caso do *a favor X contra*. Na verdade, defendemos que existem múltiplas formas de vivenciar qualquer situação, muitas das quais atravessadas por saberes de outras FIs que aquelas nas quais o sujeito se situa. Essa percepção é consoante ao que propõe a AD, para a qual o sujeito é fragmentado e heterogêneo – embora se pretenda e se apresente com efeito de unidade e homogeneidade.

A *Globo Rural*, entretanto, aposta na oposição entre fontes e perspectivas na abordagem de alguns assuntos, os quais relacionam-se com a questão da propriedade intelectual e a mencionam em algum momento do texto.

T14 SD31 – **É possível ser contra ou a favor dos transgênicos usando argumentos respeitáveis.** O que não se pode é manter a situação caótica em que o Brasil mergulhou depois da proibição, em 1998, do cultivo da soja Roundup Ready (RR), da multinacional Monsanto.

Em um primeiro momento (SD31), são dadas opções ao interlocutor: a favor ou contra – únicas possibilidades consideradas. Entretanto, o que é apresentado como posição a ser respeitada (mesmo que os argumentos para esta tomada de posição partam de formações ideológicas diferentes ou divergentes), passa a ser desconstruído, como vemos na SD32, retirada do mesmo texto:

T14 SD32 – Mas **ninguém duvida que a manipulação genética de espécies vegetais vai aumentar a produtividade agrícola, promover o uso mais eficiente do solo, reduzir custos e definir novos mercados**, tanto para grandes quanto para pequenos agricultores.

Nesta sequência acima são elencados argumentos de diversas ordens (mercado, ecológica,...) para legitimar uma das posições: é difícil ser contrário quando a biotecnologia traz apenas pontos positivos (o que não é verdade) – aumento da produtividade, uso eficiente do solo, redução de custos e novos mercados. A reportagem diz ainda que os lucros oferecidos se estendem a todo tipo de produtor rural, dos grandes aos pequenos, o que parece ser um argumento falso.

Esta ilusão remete ao período da chamada modernização agrícola no país, o qual se deu de maneira desigual e injusta – como aponta Delgado (2012). Se naquele período (fomentado pelo Estado) já havia hierarquia clara entre quem seriam os beneficiados pelo processo (os quais eram definidos por produto, tipo de produtor e processo), é um tanto ingênuo acreditar que a moderna biotecnologia (promovida por empresas monopolistas) fará superar antigas desigualdades sociais. Na verdade, por basear-se em direitos de propriedade intelectual que fomentam a inacessibilidade do conhecimento, este novo processo é injusto por princípio, pois coloca obstáculos às práticas e produtos que apresenta como democráticos.

A maioria das fontes ouvidas e entrevistados corrobora para este discurso que legitima a propriedade intelectual e toda a forma de biotecnologia. São produtores, cientistas e fontes oficiais que em suas falas convergem, mesmo que situados em diferentes formações sociais. Assim, em grande parte o jornalismo praticado é polifônico, porque de fato há várias vozes; mas não é polissêmico, pois não é rico de sentidos: ainda que ouça diferentes sujeitos, há repetição dos mesmos saberes.

A *Globo Rural* apresenta-se como um veículo especializado, pois trabalha com temáticas rurais em geral. Conforme já mencionamos, o campo é um espaço amplo e heterogêneo, porque comporta a produção rural em diferentes escalas, a pluriatividade, espaços de lazer, entre outras apropriações possíveis. Entretanto, a partir dos dados da análise, a revista parece ser segmentada por público quando fala apenas ao grande produtor, vinculado a uma agricultura de mercado. Também são as vozes que interessam a estes sujeitos as principais acionadas em entrevistas e reportagens: nos textos coletados, poucas são as relações traçadas entre o mundo rural e a ecologia – cujas conexões deveriam ser desveladas por um jornalismo comprometido com a vida e o planeta.

No exercício analítico proposto na qualificação, realizado com textos publicados em 2003, ano que consideramos privilegiado para avaliar os temas que propus devido à intensa controvérsia da transgenia, pudemos identificar duas FDs, as quais denominamos: *FD Tecnocrática* e a *FD Ecológica*.

Apontamos como características da FD Tecnocrática os aspectos ligados à forma de saber ocidentalizado, como a ideia de desenvolvimento ligada a progresso e crescimento econômico, já apontada por Porto-Gonçalves (2012). A FD, ao ser tomada como local da



discursivização dos saberes ideológicos, não é homogênea, como já assinalado anteriormente. Entretanto, as posições nela sustentadas compartilham de alguns princípios básicos. Como ponto de partida comum a todos, parece surgir a *modernidade* como produto (e também produtora) do desenvolvimento da tecnociência.

A concepção de modernidade, em linhas gerais, compreende a centralidade da razão nos sujeitos, na cientificidade e na técnica, a partir da promoção de ideais universais (como a liberdade, igualdade e justiça) e da valorização do direito, da ordem e do progresso – este último tema recorrente nos debates a respeito de técnica e ciência.

Para Bruseke (2002), enquanto no século XVIII a noção de progresso guardava relação como a evolução humana e de suas virtudes (em termos inclusive espirituais), o século XIX materializa esta compreensão. Nesse sentido, a técnica também se transforma, perdendo seu caráter unicamente finalístico<sup>51</sup>. A técnica moderna, ao extrapolar a racionalidade referente a fins, possibilita que *busquemos fins porque temos um meio*<sup>52</sup>.

Dessa forma, vemos que essa FD opera através de saberes moderno-capitalistas, exaltando o mercado, as relações políticas e a ciência, discursivamente estabelecida como neutra e fonte de verdades. São exemplos dessa FD:

T42 SD 107 – Ele sabe que em contrapartida à redução de custos, haverá o pagamento de royalties (taxa paga pelo franqueado pelo uso da semente) para as empresas que desenvolveram os híbridos. “Mas o preço compensa”, diz.

T28 SD 72 – Entre as vantagens da liberação, Rodrigues informa que permite a redução do custo de produção, o que dá mais competitividade ao produto brasileiro no exterior; no futuro poderá permitir alimentos mais baratos para a população; viabilizará o aumento da produtividade nas lavouras; e finalmente a produção de alimentos com genes de melhor qualidade nutricional, com mais vitaminas.

Por outro lado, ainda que não tão expressiva em termos quantitativos, vemos presente na revista o que nomeio FD Ecológica. Esta formação está mais alinhada ao que se espera do Jornalismo Ambiental, por incorporar saberes não-oficiais (no caso, não científicos, mas que devem ser tomados com igual legitimidade) e perceber o mundo em sua

---

<sup>51</sup> A técnica pré-moderna, conforme Bruseke, é caracterizada por referir-se apenas a fins. Ou seja: um instrumento de trabalho técnico era compreensível conforme alcançava os fins desejados (um serrote ao serrar madeira, por exemplo), perdendo sua funcionalidade e inteligibilidade ao ser retirado desta condição. Já a técnica moderna ultrapassa esta racionalidade referente a fins, embora mantenha tal dimensão.

<sup>52</sup> A técnica moderna configura-se, em si, como um meio. Nessa concepção, passamos a questionar as descobertas (seja um computador, ou o sequenciamento do DNA humano, por exemplo): “o que podemos fazer com isto?”.

complexidade, não fragmentando o conhecimento e a informação (GIRARDI et al., 2013b).

São exemplos dessa FD:

T2 SD4 – O resultado é que os avanços cada vez se concentram mais em **empresas como a Monsanto e outras**, criando **dependência crescente e dispendiosa dos agricultores em relação a cultivares, sementes, pesticidas**. A proliferação dos GMOs, o **patenteamento de organismos vivos, só agravarão as dificuldades**.

T2 SD6 – No fundo, trata-se de jamais esquecer que **a ciência e a tecnologia não são, moral ou socialmente, neutras**.

A FD Ecológica permite questionar o modelo de desenvolvimento ligado atrelado a uma visão limitada da ciência e da tecnologia, pois opera por outros valores. Para este pensamento, as sementes não são valoradas por serem competitivas e por sua alta produtividade, mas por toda a sua dimensão simbólica para a comunidade que a cultiva. Esta FD está afinada com saberes que não creem na supremacia do capital e da tecnociência, oferecendo um contraponto à modernidade.

As FDs estão inseridas em uma posição dada numa conjuntura dada, ou seja, as FIs (PÊCHEUX, 1995). Observemos o Quadro 3:

Quadro 3 - Formações Ideológicas e os saberes nelas inscritos

	FI Moderno-Capitalista	FI Crítica
	FD Tecnocrática	FD Ecológica
Saberes inscritos	Mercado/Capitalismo	Alternativas ao mercado
	Agronegócio	Respeito ao Ambiente
	Ciência/Produtividade	Ciência situada/Outros saberes

Fonte: elaborado pelas autoras.

Percebemos que a FD Tecnocrática acima mencionada está inscrita em uma FI Moderno-Capitalista, a qual suporta também outras FDs. Esta FI parece ser dominante nos dias atuais, pois comporta saberes relativos à modernidade e ao capitalismo– os quais são compartilhados e reproduzidos por muitos sujeitos e instituições. Dentre os saberes inscritos, e verificados a partir de SDs presentes nos textos, estão o apoio ao mercado (o qual é tido como soberano na condução das práticas); a defesa do agronegócio (visto como um caminho para o crescimento); e a crença na ciência (a qual é tomada como neutra e não passível de ser questionada, já que seus resultados são sempre seguros e benéficos) em prol da produtividade (que, por sua vez, conduz ao sucesso no capitalismo).

Já a FI Crítica apresenta-se como uma oposição à FI Moderno-Capitalista, mas igualmente comporta diversas FDs – muitas delas conflitantes entre si em alguns aspectos. É uma FI que se contrapõe às noções propostas pela outra FI identificada, criticando a sua lógica e questionando as verdades propostas pela modernidade e pelo capitalismo. Aqui percebemos a FD Ecológica e seus desdobramentos, na qual alguns saberes estão inscritos: há a defesa de alternativas ao mercado (ou então mercados alternativos); valoriza-se a preservação do ambiente do qual fazemos parte; e no lugar da crença na ciência como campo autônomo, há a percepção de que ela também envolve subjetividade. Além disso, outros saberes que não os tecnocientíficos são legítimos e valorizados, como por exemplo os dos agricultores tradicionais, dos ribeirinhos ou dos indígenas – que, por vezes, partem de ordens e ideias diversas para a interpretação do mundo.

De certa maneira, estas FDs identificadas se assemelham ao que Silveira (2004), em análise acerca do campo de disputas acerca dos transgênicos, denomina “agentes do otimismo tecnológico” e “críticos da cautela”. A autora pontua que estas posições dos agentes não são necessariamente encontradas de forma pura ou estática, mas há uma espécie de *continuum* entre as ideias extremas. A AD também nos oferece ferramentas para pensar sobre o que Silveira observa: as FDs sustentam posições-sujeito, as quais compartilham dos seus saberes básicos, mas são atravessados por ideias outras. Dessa maneira, não podemos pensar numa FD como homogênea e composta por sujeitos que comunicam dizeres idênticos (que seria a Forma Sujeito, o sujeito ideal daquela FD), mas sim na multiplicidade de posições comportadas (já que os sujeitos são fragmentados e afetados por vários conhecimentos).

Talvez uma das maiores críticas sofridas pela AD esteja na noção de FD, a qual costumava ser interpretada de forma homogênea, o que leva a indivíduos idealizados – justamente o contrário da noção de sujeito da AD, o qual é percebido como multifacetado. A fim de possibilitar a movimentação do sujeito no interior da FD (identificando-se, desidentificando-se e até mesmo contra-identificando-se), Pêcheux (1988) introduz a noção de tomada de posição – expressão tomada de empréstimo da obra foucaultiana.

A partir desse olhar permite-se o sujeito em conflito e fragmentado, dado que nunca é plenamente identificado com a forma-sujeito daquela FD na qual se encontra. Conceber, então, posições-sujeito é essencial à AD, implicando romper com a noção de um sujeito

idealizado, o que permite acessar e compreender os discursos através da sua intrínseca heterogeneidade.

A FD Tecnocrática, permeada por saberes que defendem o progresso e a modernidade (ambos impulsionados pela técnica), induz a tomadas de posição inseridas neste quadro de conhecimento, o qual se insere numa FI mais ampla. Neste trabalho, observo que a FD mencionada aciona três posições-sujeito, não necessariamente contraditórias entre si. São elas: *(a) cientificista; (b) economicista; e (c) política.*

Uma das possibilidades da FD Tecnocrática é a posição-sujeito cientificista. Presente em uma FD que tem como constitutiva a crença na técnica e no mercado, dada que inserida em uma FI Moderno-Capitalista, esta posição-sujeito mobiliza saberes científicos e vê na tecnologia a resolução de problemas locais (produtividade) e globais (fome no mundo).

Esta posição traz em si a ideia de que a ciência é neutra, noção já desconstruída e debatida por diversos autores e perspectivas, que apontam que, dentre as concepções da relação da ciência com a sociedade prevalece hoje – pelo menos na sociedade ocidental – uma ideia de ciência “pura”, isolada de interesses outros e desconectada de atividades cotidianas. Callon, Law e Rip (1986), assim como Latour (2000), reivindicam que ciência e sociedade sejam percebidas em continuidade. Nessa abordagem, ciência e política não são tomadas como áreas distintas, pois os autores alegam que tal oposição é prejudicial à compreensão e leva a uma dicotomia inexistente. Assim, ciência e política são indissociáveis, o que se evidencia ao se seguir os atores e se observar a construção do conhecimento. Ou seja: nem a sociedade sozinha é capaz de determinar a ciência, nem a ciência por si pode alterar o ambiente social – ideias estas de caráter reducionista. Dessa maneira, temos que a ciência é uma construção, portanto, um produto cultural – diferentemente do que tenta fazer crer a ideia da ciência acabada. Este postulado rejeita a noção de ciência como um campo autônomo (ideia da qual partem outras perspectivas, com especial ênfase à Sociologia Crítica de Bourdieu), percebendo a conexão indissociável entre ciência e poder.

A posição-sujeito averiguada não propõe este olhar, inclusive porque inserida em um quadro de modernidade, mas busca legitimar a ciência e as decisões científicas. A partir de formulações exemplares correspondentes a posição-sujeito cientificista, trazemos o

quadro abaixo, no qual apreendemos os efeitos de sentidos possíveis decorrentes deste discurso.

Quadro 4 - Efeitos de sentido nos dizeres da posição-sujeito cientificista

<b>FD Tecnocrática – posição-sujeito cientificista</b>		
<b>Formulações encontradas</b>	<b>Efeitos de sentido possíveis</b>	<b>Efeitos de sentido interditados</b>
a manipulação genética de espécies vegetais vai aumentar a produtividade agrícola (T14 SD32)	Sem manipulação genética, não vai aumentar a produtividade agrícola	A produtividade pode não aumentar através da manipulação genética/pode aumentar por outros meios
“não se deve posicionar contra a ciência, não dá para misturar ideologia e entendo que o mercado é soberano” (T19 SD51)	Deve-se posicionar a favor da ciência, a qual é neutra; o mercado conduz o mundo através de suas demandas	A ciência também é permeada por ideologias
“Se os royalties não retornam para a pesquisa, não há como manter investimentos em melhoramentos” (T33 SD85)	Se os royalties pagos retornam à pesquisa, os melhoramentos continuam acontecendo	O pagamento de royalties nem sempre propicia mais inovação

Fonte: elaborado pelas autoras.

Enquanto a coluna central traz os efeitos de sentido possíveis gerados pelo enunciado listado à esquerda, na coluna da direita estão as formulações que não podem ou não devem ser ditas a partir desta posição-sujeito, porque contradizem os saberes empreendidos pela FD e gerariam contra-identificação, deslocando o sujeito a uma outra FD. Quando a revista, por meio de um entrevistado, traz que “não se deve posicionar contra a ciência, não dá para misturar ideologia [...]” (T19 SD51), sugere que o dever da sociedade é posicionar-se a favor da ciência, pois esta é neutra e livre de subjetividade. Nessa posição-sujeito, fica interditado enunciar que a(s) ciência(s) também é(são) permeada(s) por ideologias – pois tal compreensão não é possível nesta FD e posição. Conforme Premebida (2005, p. 121): “O problema não é o conhecimento científico em si, mas o uso político que se faz dele ao procurar apagar seu rastro social (em relação aos interesses sociais que mobilizam a ciência), de uma definição de ciência, justamente para despolitizar alguns aspectos do debate.”

É interessante mencionarmos que o discurso, constitutivamente heterogêneo (MITTMANN, 2010), é atravessado por saberes outros. Neste caso específico, é possível apontarmos que a posição-sujeito cientificista por vezes trava alianças com saberes provenientes de uma posição-sujeito economicista.

Esta tomada de posição é impulsionada por saberes conectados a lógica capitalista-mercantil que assola a época. Para esta perspectiva de cunho moderno, importa o progresso em suas diferentes concepções.

Como aproximação com a posição-sujeito cientificista, surge a noção de progresso técnico, compreendido como fonte de crescimento econômico. No *corpus* aqui delimitado, esta posição-sujeito é a mais recorrente, apresentando-se como defesa de elementos como produtividade e crescimento, como demonstram as SDs abaixo:

SD 48 – O Brasil é o único país em condições de expandir a área com **alta produtividade**. Estamos saindo de uma agricultura mais tradicional para um **modelo bastante empresarial**.

SD 54 – Os produtores querem os transgênicos **porque são mais econômicos**.

SD 75 – Embora a patente brasileira tenha expirado nos anos 80, **apenas a Monsanto e a brasileira Nortox fabricam a matéria-prima do glifosato no país**. As importações são quase nulas porque há alguns anos elas foram sobretaxadas a pedido da multinacional norte-americana

T35 SD 90 – Grandes indústrias da área de tecnologia agrícola, como a Basf e Bayer, já procuraram a Alellyx em busca de parcerias. **Potencial a empresa já provou que tem: possui mais de dez patentes**, em diferentes fases de aprovação.

Os discursos empreendidos a partir dessa posição clamam e exaltam valores como a produtividade e a expansão – associados à modernidade e ao progresso (do capital). Apesar de compartilhar dos saberes da FD Tecnocrática na qual se insere (primazia da técnica e do capital), esta posição se sustenta em dizeres que centralizam o avanço econômico em detrimento de outros setores e perspectivas. É o caso, por exemplo, da relação do mercado com o ambiente, controversamente abordada:

T19 SD 50 – **Se tirássemos a questão ambiental**, poderíamos produzir 150 milhões de toneladas em cerca de 30 milhões de hectares, preservando o pantanal, a floresta amazônica e as reservas indígenas.

T34 SD86 Mas ainda há **barreiras** de ordem burocrática, assim como **ambiental**.

Nessas abordagens, a questão ambiental representa um entrave aos interesses econômicos centrais, sendo tomadas como uma barreira ao progresso e ao crescimento. Noutras, como o T50 SD 115 abaixo, os saberes econômicos forjam alianças com a preservação da natureza, dando um sentido positivo totalizante às biotecnologias.

T50 SD 115 – Documentos recentemente publicados atestam que os transgênicos são, de fato, **tão bons para o bolso do produtor quanto para o meio ambiente.**

Notamos que aqui os discursos da biotecnologia moderna, a qual é capitalista, visa o lucro e baseia suas ações no argumento de que é preciso salvar o mundo de morrer de fome (tal qual eram os dizeres da Revolução Verde), é atravessado pela FD Ecológica. Esta aliança de saberes acontece com o intuito de “esverdear” as novas tecnologias e as próprias empresas delas detentoras, ampliando o leque de sujeitos atingidos por este discurso. Hoje já se sabe que não é verdade o argumento de que os transgênicos sejam bons para o meio ambiente, pois o uso de agrotóxicos, principalmente o glifosato, aumentou consideravelmente nas lavouras de soja RR – conforme Ferment (2011) e outros autores. O crescimento dos números que indicam a utilização de agrotóxicos levou o Brasil ao topo do “ranking” em anos e hoje seguimos sendo o país que mais consome agrotóxicos no mundo, conforme o Ministério do Meio Ambiente<sup>53</sup>. Outra consequência deste modelo de agricultura é a contaminação de cultivares tradicionais com genes transgênicos, advindos de lavouras próximas. Esta contaminação, por vezes, obriga os agricultores a interromper sua produção em determinados locais<sup>54</sup>, o que ameaça o ambiente democrático, dado que são tolhidas as opções dos produtores e consumidores por outras sementes e alimentos que não transgênicos patenteados.

Para além dos argumentos ecológicos, há estudos que apontam também a menor produtividade da soja transgênica (FERMENT, 2011), derrubando assim o maior e mais intocável argumento mobilizado pelos agentes favoráveis às novas biotecnologias. Dessa maneira, não é adequada a informação presente na SD115, que aponta os transgênicos como vantajosos econômica e ambientalmente. Trata-se, na verdade, de um discurso próprio da “maquiagem verde”, o qual é repetido constantemente pela imprensa, até que se torna

---

<sup>53</sup> Informação obtida no site do Ministério: <<http://www.mma.gov.br/seguranca-quimica/agrotoxicos>>. Acesso em: 25 fev. 2015.

<sup>54</sup> Talvez o mais emblemático caso de contaminação tenha acontecido no Canadá, com o produtor Percy Schmeiser. Os campos do agricultor foram contaminados por canola transgênica patenteada – o que levou a um imbróglgio judicial: “A Corte Suprema canadense estimou que a canola GM identificada nas lavouras de Schmeiser era de propriedade da Monsanto e, conseqüentemente, o agricultor deveria ter pago royalties para a empresa. [...] No processo encaminhado pela Monsanto, Shmeiser foi condenado e perdeu toda a sua terra para indenizar a empresa.” (APOTEKER, 2011, p. 90).



inquestionável, pois conta com fontes oficiais e científicas que lhe conferem um efeito de verdade.

Já as patentes são tomadas como um mecanismo importante para o crescimento da economia (a qual se configura como categoria central), como demonstra este trecho da T35 SD 90: “Potencial a empresa já provou que tem: possui mais de dez patentes”. Este olhar traduz os mecanismos de propriedade intelectual como positivos por si próprios. O texto não problematiza a perversidade do mecanismo, como se fosse possível acreditar nas patentes como fomento à inovação e possibilidade de resolução de problemas do mundo ou por considerar os benefícios econômicos dela decorrentes.

Como bem destaca Santos (2007), a propriedade intelectual surge como uma maneira de proteger as invenções e garantir o avanço tecnocientífico, que ocorre em prol de todas as sociedades. Entretanto, o mesmo autor traz uma questão que parece pertinente: como (e quando) estes mecanismos passaram de proteção a obstáculo à inovação? Santos (2007) esboça uma resposta quando aponta uma metamorfose da *invenção-como-bem-da-humanidade* em *invenção-como-arma-da-competição*, ou seja, os objetos e ideias passam a ter um valor enquanto propriedade monopolizada pelas grandes corporações. Estas, mais do que não compartilhar o conhecimento produzido, dificultam, através de instrumentos jurídicos, a inovação e a geração de novos conhecimentos.

Quando *Globo Rural* enuncia que certa empresa tem potencial, dado o número de patentes que registrou emerge o sentido de que patentes são positivas, pois comprovam a força de uma instituição. Este potencial parece se referir à competitividade comercial, não à inovação como um bem para a humanidade, dado que o mesmo texto traz o enunciado: “(T35 SD 87) A estimativa é de que o mercado mundial de biotecnologia gire em torno de 50 bilhões de dólares.”. Nesta perspectiva, não se pode (ou não se deve) problematizar as patentes enquanto um mecanismo de concentração de mercado, que geram bilhões de dólares anualmente, pois este sentido é interdito.

Dado que a tecnociência não admite nem reconhece, por definição, a existência de limites exteriores que entrem o seu desenvolvimento, e dado que o capital também não admite nem reconhece a imposição de limites à sua própria expansão que não aqueles que lhe são próprios, em que medida a propriedade intelectual ainda faz ou não convergirem os interesses de ambos? (SANTOS, 2007, p. 56).

Apesar da complexificação das relações, os mecanismos de propriedade intelectual, e dentre eles as patentes, parecem atender às expectativas de tecnociência e capital. Assim, se mercado e ciência caminham paralelamente, também muitas vezes o fazem na FD Tecnocrática aqui encontrada, pois as posições-sujeito cientificista e economicista forjam alianças discursivas. O mesmo acontece na já mencionada T19 SD51 (“não se deve posicionar contra a ciência, não dá para misturar ideologia e entendo que o mercado é soberano”): é possível depreender que o mercado tem uma relação estreita com a ciência. Mesmo que aí exista uma certa hierarquia, pois o mercado dita ordens à ciência, esta última não parece sentir-se agredida, porque tem seus interesses também legitimados. Corrobora para a percepção desse confronto, o qual não é conflituoso, a T19 SD52 – *Quem incentiva esse negócio não é o governo, é o mercado*. Essa FD traz uma espécie de disputa entre os dois campos (*governo X mercado*), pois não os percebe como implicados.

Na mesma FD, é possível observar também uma terceira posição-sujeito: a política. Esta posição, que identificada com a FD não nega seus saberes centrais, dá destaque a questões de cunho político, principalmente a posição da agricultura brasileira perante o cenário global.

T14 SD34 – O impasse gerou efeitos colaterais perigosos. Um deles é a **vulnerabilidade da indústria nacional de sementes**.

T4 SD10– Enquanto o Brasil não se define, corre o risco de **ficar para trás na corrida biotecnológica**.

T13 SD30 – A situação mal resolvida da soja fragiliza o principal pilar do agronegócio brasileiro. O problema maior pode estar no impasse em **desenvolver tecnologias próprias**, adequadas às **necessidades e ambições do país** e, assim, **ficar para trás na corrida biotecnológica**.

T16 SD 46 – Não existem razões científicas para que se cerceie a pesquisa no país, a produção e a comercialização de transgênicos. A não ser que se queira **condenar o país a marchar para trás** enquanto outros avançam.

T21 SD 56 – Nós estamos **atrasados** em termos de comercialização de produtos ligados ao agronegócio.

Essa posição reitera uma preocupação permanente na história brasileira. Conforme Santos (1998), nesta constante comparação do Brasil com países ditos desenvolvidos, a qual evidencia a distância (em termos econômicos, políticos, culturais e outros) entre as terras tupiniquins e os países do norte global, a modernidade se torna um imperativo. O autor

argumenta que o Brasil é movido por tudo aquilo que falta para se tornar de fato moderno-ocidental (o que levaria ao capitalismo e este, por sua vez, ao desenvolvimento), sem perceber (ou apreciar) as suas próprias especificidades. Estes são também os efeitos de sentido das SDs citadas: o país está em desvantagem em relação aos outros, é preciso alcançá-los para termos algum sucesso.

Destaco também o uso de termos que sugerem o sentido de uma competição deliberada, como por exemplo “corrida biotecnológica”, “atrasados”, “ficar para trás”. A preocupação parece estar relacionada a posição do país na modernidade, a qual pressupõe níveis a serem atingidos (a alta modernidade ou modernidade reflexiva). Assim, neste quadro de conhecimento é inviável atuar de outra maneira que não a da busca por crescimento.

No exercício analítico proposto anteriormente, apontamos que na FD Ecológica, talvez por suas poucas ocorrências, ainda não era possível afirmar e delimitar as posições-sujeito suportadas. Agora, seguindo as pistas lançadas, pudemos identificar algumas regularidades discursivas que permitem propor duas posições-sujeito, que chamaremos: a *social* e a *natural*.

A primeira posição-sujeito é a mais acionada e possui um enfoque nas comunidades, na viabilização e respeito por suas formas de vida, apontando os limites de mercado e de seus mecanismos e reconhecendo a necessidade de frear o crescimento calcado na tecnologia. Relaciona-se fortemente com o que Caporal e Costabeber (2000, p. 21), em texto sobre a sustentabilidade, chamam de *ecossocial*: “[...] a corrente ecossocial se caracteriza por suas reivindicações de mudanças estruturais profundas na sociedade e de um novo pacto de solidariedade, permitindo a construção de um novo projeto histórico e a busca de novos rumos nas estratégias de desenvolvimento.”.

Dessa forma, vemos que a posição permite-se questionar os caminhos propostos pela lógica tecnocrática, apontando soluções outras que as já instituídas. Na agricultura, falar em uma posição-sujeito social, inscrita numa FD Ecológica que por si é crítica ao capitalismo, implica em apontar a transição agroecológica como uma das soluções viáveis aos desafios contemporâneos.

Do mesmo modo, esta posição-sujeito preocupa-se em questionar as verdades científicas e tecnológicas, apontando suas relações com o mercado. Para exemplificá-la, trazemos as SDs a seguir:

T26 SD 67 – Se amanhã ou depois quiserem diminuir nossa produção que será igual a deles porque é transgênica, basta que aumentem o preço do “royalte” e diminuam a semente no mercado. Então passam a ter o controle da produção brasileira.

T26 SD 69 – O Paraná pesquisa. Eu tenho o **princípio da precaução**. Sou a favor da pesquisa. **Sou contra a agricultura extensiva com transgenia, que é um atrelamento total às grandes corporações internacionais.**

T28 SD 73 – Para o técnico, **a preocupação é que as empresas parem de produzir sementes convencionais porque para elas fica muito cômodo receber royalties.** “Plantar OGMs pode ser uma alternativa hoje, mas uma obrigação amanhã”, afirma.

Nas SDs acima fica clara a preocupação a respeito da adoção de novas tecnologias (no caso, os transgênicos), pois os sujeitos as percebem como atreladas a outros interesses e como motivadoras de diferentes efeitos, como a dependência econômica e a perda do controle sobre a sua própria produção. Nesse sentido, esta posição aproxima-se novamente dos “críticos da cautela”, categoria proposta por Silveira (2004). Há, então, uma subversão da lógica tecnocientífica e novos valores são mobilizados por esta posição-sujeito, pois esta manifesta preocupação com os rumos da agricultura empresarial e sua possível dependência de corporações internacionais, como verificado nas SDs acima.

Apontamos também a menção ao Princípio da Precaução, na SD69 (“O Paraná pesquisa. Eu tenho o princípio da precaução. Sou a favor da pesquisa. **Sou contra a agricultura extensiva com transgenia, que é um atrelamento total às grandes corporações internacionais.**”). Este princípio nos diz que em qualquer ocasião em que não for possível, através do conhecimento técnico e científico, apontar certezas ou mitigar dúvidas, devemos escolher pela precaução – dado que os efeitos de determinada prática ou artefato podem ser irreversíveis. Ou seja: o princípio da precaução não está atrelado ao que os cientistas sabem, mas sim àquilo que eles não sabem. Defendemos que para um exercício jornalístico responsável este princípio também deve ser observado, assim como precisa ser abarcado pelo jornalismo Ambiental, o qual é comprometido com a sustentabilidade de todas as formas de vida no planeta.

Pudemos apontar, também, uma segunda posição-sujeito na FD Ecológica, a que chamamos de *natural*. Esta posição (para a qual sociedade e natureza estão apartadas) tem foco no próprio ambiente, não mais nas dinâmicas sociais. Nesse sentido, também são apontados os limites do crescimento e do uso da tecnologia, mas como geradores de prejuízo à própria natureza, como é possível verificar a partir da SD abaixo:

T36 SD 91 – A comunidade científica, de forma geral, costuma ressaltar os benefícios do meio ambiente em razão do menor uso de agrotóxicos e a economia com óleo diesel na aplicação dos defensivos. Mas há aqueles que externam uma **grande preocupação com o possível desaparecimento de algumas plantas nativas em razão do cruzamento com produtos transgênicos.**

T4 SD14 – Transgênicos podem se espalhar e **destruir a biodiversidade.**

Esta posição-sujeito aciona saberes preservacionistas, pensamento no qual a natureza tem valor intrínseco – portanto, não é observado seu valor utilitário ou mesmo econômico. O preservacionismo é fundante de movimentos e políticas que visam a preservação de áreas, espécies e biomas, buscando sua perenidade e continuidade. Esse olhar sobre a natureza não inclui os seres humanos, e idealiza a natureza sem a presença e interferência destes: aprecia-se o que é natural por sua beleza cênica, intocável.

Os discursos encontrados estão alocados entre as duas FDs já mencionadas, a Tecnocrática e a Ecológica, FDs estas que apresentam-se com efeito de completude e homogeneidade discursiva. Este efeito acontece mesmo que englobem diferentes posições-sujeito pois estas não discordam dos saberes originais e basilares da FD. Entretanto, temos que a heterogeneidade é constitutiva do discurso (MITTMANN, 2010), ou seja, os discursos sobre propriedade intelectual analisados são atravessados por discursos outros, os quais se confrontam e travam relações de poder entre si, gerando alianças ou mesmo conflitos.

Alianças, enfrentamentos, confrontos, sobredeterminações. O contato entre formações discursivas e, portanto, a intervenção do interdiscurso furam suas fronteiras e impõem novos sentidos e novas posições-sujeito (os dois se constituem juntos) a uma formação discursiva particular à qual o sujeito se identifica. (MITTMANN, 2010, p. 90).

Dessa forma, é necessário também consideramos as bordas porosas das FDs e atravessamentos do interdiscurso: ou seja, cabe trazermos o “já-lá”. Entre os textos vinculados à FD Tecnocrática, como já mencionamos, muitos destacam fatores como a produtividade e o desempenho do setor agropecuário, tal como a SD a seguir:

T12 SD26– O fator que melhor explica a **expansão** nos últimos anos, da soja, do milho, do algodão, da cana-de-açúcar, das carnes ou da laranja, é uma **revolução tecnológica e gerencial sem precedentes no campo**.

T16 SD 43 – Como produzir mais alimentos se não há mais fronteiras agrícolas? Através do **implemento de tecnologias**.

Nas sequências acima, vemos marcas como “expansão” e o apontamento da tecnologia como fator preponderante para o progresso e a produtividade. Esta lógica faz irromper uma memória discursiva ligada ao período da modernização da agricultura, no qual o progresso era medido quantitativamente (pela expansão) e altamente estimulado a partir da tecnologia (somada ao crédito e à extensão rural). Além disso, a SD26 traz o termo “revolução”, que remete à Revolução Verde, processo este balizado por discursos tecnocráticos e economicistas. Todos estes elementos fazem parte de uma mesma FD, que denominamos Tecnocrática, e são acionados (de forma não consciente) pela memória discursiva compartilhada. Estes saberes partilhados reestabelecem os implícitos do discurso, absorvendo novos acontecimentos (PÊCHEUX, 1999).

Do próprio termo Revolução Verde já irrompe uma memória discursiva: foi cunhado como uma alternativa ao que ficava conhecido como Revolução Vermelha, ou seja, o avanço do comunismo, modelo que assombrava grande parte do Ocidente no período. Através do estímulo à adoção de pacotes tecnológicos, a Revolução Verde pregava a prática da agricultura e da pecuária de forma intensiva (e não extensiva), alegando que tal técnica seria capaz de eliminar a fome no mundo. Conforme Escher (2011, p. 112):

Por razões políticas, a difusão dessas tecnologias foi vista como um instrumento para lutar contra o crescimento das doutrinas de esquerda no campo. Propunha-se que a instabilidade rural poderia ser controlada pelo uso da produção de alimentos como uma “nova arma”. O lema era “fazer a Revolução Verde para impedir que os comunistas façam a Revolução Vermelha”.

Os valores da Revolução Verde se alastraram por todos os continentes a partir da década de 1940 (CAPORAL; COSTABEBER, 2000), dando início ao processo social de modernização da agricultura, que culminou com a concretização do capitalismo no campo. A adoção de tecnologias (como maquinário, fertilizantes e agrotóxicos), somada à extensão rural e aos incentivos financeiros através de programas de crédito governamentais dá uma nova cara à agricultura brasileira.

Portanto, em grande medida, a Revolução Verde, através da difusão internacional das técnicas da pesquisa agrícola, marca uma maior homogeneização do processo de produção agrícola em torno de um conjunto compartilhado de práticas agronômicas e de insumos industriais genéricos. (GOODMAN; SORJ; WIKILSON, 1990, p. 39).

Esta modernização baseada em um modelo difusionista inspirou-se numa lógica que opunha a modernidade (e o progresso) aos atrasados e ignorantes. Argumentos que fomentavam tal oposição entre os sujeitos foram acionados também pelo jornalismo da época, como demonstra Girardi (1988) em sua dissertação de mestrado. A autora avalia diferentes periódicos, movida pela questão: “As publicações brasileiras de conteúdo agropecuário contribuem para a difusão da ideologia da modernização agrícola?”. De sua análise, Girardi (1988) depreende que a maioria dos veículos analisados adotava o discurso difusionista proposto pelas instituições de extensão rural, promovendo a aceitação dos pacotes tecnológicos da Revolução Verde, a qual era tida como sinônimo de progresso. Este modelo de agricultura ignorava as diferenças entre os produtores e as regiões do país, não respeitando seus modos de ser, pensar, sentir e agir.

Cremos que a ideia destes novos pacotes tecnológicos, que incluem sementes usualmente patenteadas por grandes corporações, remete ao processo da Revolução Verde. Ao prometer apenas benefícios (embora não cumpram), dentre os quais o aumento da produtividade, maior economia na produção e a preservação da natureza, os mesmos discursos da outra época são acionados. Há ainda um outro argumento, o qual balizou a intensificação agrícola de maneira quase que inquestionável, que é empregado nos textos encontrados: a questão da fome no mundo perante o aumento populacional.

T16 SD 41 – Foi a **Revolução Verde** que não gerou sofrimento aos povos, pois se preocupou com a **produção de alimentos**.

T16 SD 39 – Acredita que a adoção da técnica tinha um propósito: **um mundo dotado de mais alimento não sofreria com a fome**

T59 SD 126 – Segundo ele, a América Latina, especialmente Brasil e Argentina, tem grande potencial para suprir a **demand mundial por alimentos** e, nesse contexto, a biotecnologia vegetal é uma das ferramentas que trarão avanços tecnológicos para que o agricultor produza mais.

As SDs acima demonstram a preocupação com a fome no mundo diante de uma população em crescimento, discursos também empreendidos durante o período da

modernização agrícola. Nesse sentido, mais uma vez irrompe a memória da Revolução Verde. Concordamos com Porto-Gonçalves (2012) quando ele diz que a Revolução Verde tentou despolitizar a questão da fome, mascarando-se como processos essencialmente técnico. Esse olhar, que também desconecta sociedade e natureza, afasta política e ciência, como se fossem campos autônomos e isolados. Hoje, entretanto, a ciência se transformou e desenvolveu novas técnicas: não apenas os agrotóxicos e fertilizantes são incentivados, mas organismos transgênicos – de modo que autores como Vandana Shiva e Govindan Parayil<sup>55</sup> vem propondo uma nova nomenclatura à nossa época, a *Revolução do Gene*.

Esta revolução não se sustenta em mecanismos de governo e concessão de crédito e assistência por meio do Estado, como acontecia no período da Revolução Verde que estimulou a modernização da agricultura, mas está centrada em grandes corporações e capital privado embora tenha o aval do Governo, que através de suas agências patrocina projetos de pesquisa nas universidades e outras instituições de pesquisa, como a Embrapa, por exemplo. Não mais avanços químicos impulsionam o meio rural, mas sim as criações genéticas: pelo menos em tese, os agrotóxicos dão lugar à transgenia. Cabe manifestarmos que a transgenia é o carro chefe deste movimento, mas os agrotóxicos (que os produtores de transgênicos dizem ser dispensáveis frente à nova tecnologia) continuam em alta: o Brasil hoje é o maior consumidor de veneno agrícola. Assim a *Revolução do Gene* está inserida em um cenário de neoliberalismo de mercado e globalização, para o qual as inovações e a biotecnologia são tomadas como procedimentos lucrativos – o que dá origem a um mercado monopolista.

Nesse novo período que enfrentamos, a propriedade intelectual é um mecanismo chave, pois passa a regular o mercado e as relações sociais e políticas a partir de interesses monopolistas manifestos. Ou conforme defende Porto-Gonçalves (2012, p. 238): “Estamos diante de uma modificação radical da biotecnologia que tende a se tornar uma produção em laboratório, com barreira de acesso – propriedade intelectual -, posto que priva a maior parte dos agricultores do acesso à propriedade.”.

---

<sup>55</sup> Citado por :

TALAMINI, Edson; FERREIRA, Gabriel Murad Velloso. A importância dos grandes fornecedores para a sobrevivência dos pequenos produtores: uma análise da inovação em biotecnologia. In: XXIV SIMPÓSIO DE GESTÃO DA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA, 24., 2006, Gramado. **Anais do XXIV Simpósio de Gestão da Inovação Tecnológica**. Gramado: Anpad, 2006. p. 1 - 14. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/CCT160.pdf>>. Acesso em: 6 mar. 2015.



Nesse sentido, os sujeitos são impelidos a adotar novas técnicas e produtos (frutos da Revolução do Gene) e têm o acesso muitas vezes facilitado pelas empresas detentoras da tecnologia, que desempenham o papel que outrora ocupou o Estado. Entretanto, após a implementação do pacote, a sua manutenção é dificultada, mas abdicá-lo se mostra inviável. E o Jornalismo segue promovendo e anunciando as possibilidades tentadoras das novas tecnologias, advogando para que ninguém fique “para trás”.

Noutra pesquisa, em um novo contexto, Girardi (2001) comprova que os discursos da Revolução Verde ressoam nos dizeres sobre a biotecnologia, atualizados por meio de acordos pseudo-ambientais. Isto porque valores que dizem respeito ao meio ambiente e sua conservação são acionados para maquiagem o discurso produtivista: a comunicação e o jornalismo são empregados de forma eficiente para promover a moderna biotecnologia. Também Girardi et al. (2007), em trabalho mais recente, retomam sua questão de pesquisa que versa sobre a difusão da ideologia da modernização agrícola. Em trabalho que avalia os discursos da Biotecnologia, a autora aponta como estratégia as alianças forjadas com os saberes ecológicos, de forma a persuadir os produtores a adoção de novas técnicas.

Ao mesmo tempo, surge a necessidade de discutirmos quem são os autorizados a dizer nesse cenário em que predomina a racionalidade tecnocientífica, articulada ao capitalismo. Conforme Girardi et al. (2007), ao falar de biotecnologia, o jornalismo rememora a velha dicotomia entre o rural e o urbano, para a qual o primeiro é tido como atrasado e o segundo como moderno e, portanto, melhor. Assim, o rural é relacionado a um tipo de saber que não deve ser considerado, pois está à margem dos valores produtivistas que interessam, enquanto o urbano é conectado com o conhecimento científico e tudo que ele proporciona ao mercado. Assim: “Na verdade, tanto a extensão, como a pesquisa oficial e a mídia desautorizam o agricultor a falar sobre o tema porque a sua opinião não teria base científica.” (GIRARDI et al., 2007, p. 117).

Vemos que, mesmo com as transformações do tempo, permanece a exclusão dos saberes não hegemônicos e a crença fascinada na ciência e no mercado. Também na *Globo Rural* são convidados a falar essencialmente fontes oficiais, técnicos e cientistas, enquanto os agricultores – quando aparecem – não são vozes dissonantes, mas endossam o já-dito, dando uma ilusão de polissemia.

O Jornalismo Ambiental deve confrontar este modelo que está posto, pois – deve gerar uma nova racionalidade. Quando defendemos a necessidade de confronto, não sugerimos uma exibição de dualidades em qualquer tema (comumente expressa a partir do *a favor X contra*), mas que diferentes olhares e percepções sejam postas em jogo, sem hierarquiza-las. Dessa forma poderemos conhecer outros modos de ver, sentir e pensar o mundo e a vida – o que é o primeiro passo para respeitar o outro e refletir sobre nossas próprias práticas.

A Revolução Verde desencadeou um intenso processo de transformação da agricultura através do mundo, o qual gerou consequências que hoje enfrentamos, como a devastação da natureza e o aprofundamento das desigualdades sociais. Do mesmo modo, a moderna biotecnologia hoje advoga uma mudança no campo, com vistas à modernidade – argumento já usado noutra época. Vemos que os discursos empreendidos pelo jornalismo especializado acionam a memória da Revolução Verde, ratificando dualidades (campo X cidade, atrasados X modernos) em prol da adoção de novas técnicas e produtos. Entretanto, raras vezes são mencionados os efeitos perversos desse processo, os quais ecoam no cenário atual. Cabe ao jornalismo também refletir sobre o cenário que se delinea a partir da biotecnologia, viabilizada por mecanismos de propriedade intelectual.

Conforme mencionado, Silveira (2004) defende que, a partir da biotecnologia, diferentes conceitos de natureza são empreendidos e pretendem-se universais. Dessa forma, duas categorias analíticas são propostas, as quais assemelham-se às FDs aqui identificadas: de um lado surgem os críticos da cautela, grupo de agentes que percebem os possíveis impactos do desenvolvimento tecnocientífico, para os quais a natureza é sagrada e independente da humanidade; no outro extremo há os agentes do otimismo tecnológico, os quais colocam a ciência como produtora de verdades, e buscam através da tecnologia decifrar a natureza, tornando-a “melhor”. É esta imagem de natureza moldável e ajustável aos critérios e fins humanos que tem permitido o desenvolvimento dos organismos geneticamente modificados atualmente.

Na mesma perspectiva assinala Benthien (2008, p. 119):

A mercantilização de alguns elementos naturais, (como as sementes no caso da transgenia; os elementos químicos e átomos no caso da nanotecnologia e a alteração no sentido de “vida” em ambos os casos) é responsável por uma mudança radical em nossa compreensão sobre a vida e a natureza.

A autora acredita que a maneira como as biotecnologias são aplicadas e exploradas fomenta a oposição entre humanidade e natureza, corroborando para a ideia cartesiana de que a primeira tem domínio sobre a segunda.

Estas abordagens sugerem a preponderância da ciência para a constituição de um sistema econômico mundial, mas permitem pelo menos duas questões: (1) Quem tem o poder de controlar a biotecnologia? e (2) Qual a noção de natureza que está implicada neste processo?.

Discutidos os sentidos possíveis a partir das FDs observadas, com as posições-sujeito já delimitadas, vamos retornar ao segundo capítulo deste trabalho. Naquele momento lançamos algumas notas sobre a relação entre sociedade e natureza, que retomamos ao propor que o Jornalismo Ambiental desconstrua dualidades. cremos o ser importante apontar também quais os (efeitos de) sentidos a respeito de sociedade e natureza que são empreendidos em *Globo Rural*, a partir dos textos encontrados.

É necessário apontarmos que este não é o objetivo central deste trabalho, pois muitos outros textos deveriam ter sido recortados se assim o fosse. Apesar desta limitação, acreditamos que os textos selecionados no veículo sobre patentes já encerram algumas pistas sobre a questão.

T1 SD2 – No entanto, outras **melhorias foram conquistadas** como a **maior produtividade**, de 5% a 10%, em relação às variedades primavera e maravilha, também lançadas pela empresa.

T22 SD 58 - O milho BRS 1030 promete resistência às principais doenças foliares, ao acamamento, à quebra do colmo e oferece estabilidade de produção.

T28 D 72 – Entre as vantagens da liberação, Rodrigues informa que permite a redução do custo de produção, o que dá mais competitividade ao produto brasileiro no exterior; no futuro poderá permitir **alimentos mais baratos** para a população; viabilizará o **aumento da produtividade** nas lavouras; e finalmente a produção de alimentos com **genes de melhor qualidade nutricional**, com mais vitaminas.

SD 118 – Para lançar no mercado um novo cultivar, os pesquisadores precisam alcançar de 5% a 10% **mais rendimento** no campo comparado ao desempenho anterior.

Essas SDs demonstram uma intensa preocupação com a produtividade, característica exigida e valorizada nas sociedades capitalistas modernas. A produtividade, neste caso, é impulsionada pela biotecnologia, que promete incrementos não só no

rendimentos, mas também no sabor, na adaptação e no ciclo das plantas. Esse olhar revela uma percepção de que a natureza é incompleta e falha: é como se a natureza tivesse defeitos e precisasse ser melhorada pela tecnologia.

A natureza, ainda, é vista como um empecilho para as políticas públicas e para o próprio progresso da sociedade, de modo que a biotecnologia é a única solução para os problemas atuais e os que estão por vir, como a mudança climática global:

SD 108 – Porém, Eduardo Assad não vê outra alternativa a longo prazo a não ser a **criação de plantas transgênicas que façam frente ao estresse climático.**

As SDs acima são representativas da FD Tecnocrática, a qual está inserida no quadro da modernidade (FI Moderno-Capitalista). Nesta lógica, a manutenção da polaridade (natureza X sociedade) é essencial, pois daí derivam seus principais saberes, que permitem formular uma hierarquia na qual a sociedade e suas necessidades estão acima da natureza, a qual tem seu valor avaliado a partir dos recursos que pode prover.

Essa é uma visão ocidental que pode ser observada até mesmo nas lavouras e jardins, cujas plantas são podadas, recortadas e controladas (como se fosse uma linha de produção industrial): tudo isso acontece para dar-lhes a forma que a visão reducionista vigente considera adequada. Hoje vivemos sob um paradigma dominante para o qual tudo deve ser controlado, das sementes aos formatos das plantas. Tudo isso nos leva a considerarmos “erva daninha” algumas plantas, para plantar as poucas espécies que faz parte do nosso cardápio (soja, trigo, batata, milho, arroz). Neste cenário, a monocultura e a biotecnologia dizem representar segurança alimentar, como fazem crer ao propagar o aumento da produção, mas o sentido do termo é deslocado por uma lógica moderno-capitalista. Esta conformação social, na verdade, representa uma ameaça à autonomia alimentar dos países e dos cidadãos. A dominação de produtos e processos (resumida na propriedade intelectual) confronta outras racionalidades, as quais não seguem tal agricultura de mercado (PORTO-GONÇALVES, 2012).

Estes riscos indicados são apontados na SD76 (vinculada a uma posição-sujeito social):

T28 SD 76 – Os oponentes aos transgênicos dizem que a **dependência de produtos** como os OGMs e o glifosato **afetariam a “soberania agrícola”** do país.

O recorte acima menciona a dependência dos sujeitos a produtos protegidos pela propriedade intelectual, os transgênicos e o glifosato. Mesmo parte da FD Ecológica, percebemos que a separação entre sociedade e natureza é mantida, pois o ambiente – na mesma lógica do preservacionismo característico à posição-sujeito *natural* – é compreendido como a vida não domesticada, ou seja, os rios, animais e florestas. Os seres humanos não são identificados como integrados ao ambiente, membros de uma mesma ordem. Esta separação (ou mesmo oposição) pode ser observada na SD28 a seguir, a qual menciona o ambiente como composto apenas de natureza:

T12 SD28 – O **custo ambiental**, no entanto, foi **alto**. Os agricultores têm procurado manter faixas de mata e preservar mananciais, em contraponto ao rolo-compressor do passado, quando o nível de conscientização ecológica era baixo e **a floresta parecia inesgotável, mas ainda é pouco**.

Percebemos também uma espécie de financeirização das pautas quando o ambiente é abordado: ele representa um custo à produção ou uma possibilidade de “maquiagem verde” para as biotecnologias, as quais são apresentadas como positivas e agentes de melhoria da natureza.

Aí reside a importância do Jornalismo Ambiental, que não está presente nestas SDs: a partir de informação completa e abrangendo diversos olhares, promove a educação dos sujeitos, empoderando-os para a tomada de posição frente às decisões globais. Para tanto, é necessário que este jornalismo atue na desconstrução de dualidades, as quais permitem e estimulam uma hierarquia entre natureza e sociedade que – por sua vez – é parte forçosa da hierarquia entre os próprios sujeitos. O Jornalismo Ambiental, por ser Jornalismo, deve estar presente em todos os veículos e todas as editorias, desvelando as conexões dos acontecimentos. Este processo conduz a uma mudança de paradigma, pois não reproduz saberes fragmentados e é comprometido com o ambiente.

Esta relação assimétrica entre natureza e sociedade (e dentre a própria humanidade) manifesta-se nos monocultivos, colocando em risco a autonomia dos indivíduos e diversas espécies de plantas, as quais vêm sendo eliminadas safra a safra. Este confronto entre sujeitos e instituições é observável na esfera jurídica, quando dos acordos de regulação da propriedade intelectual e convenções: por um lado, empresas têm seus interesses (mercadológicos) protegidos por acordos como o TRIPs; por outro, camponeses, indígenas e

todos aqueles que preservam a biodiversidade do país têm salvaguardas sobre seus saberes e produtos (ditos tradicionais) previstas na Convenção da Diversidade Biológica (CDB). Assim, vemos a CDB como um contraponto aos acordos comerciais, embora tal confronto não seja necessariamente tranquilo.

A CDB é um acordo internacional, assinado durante a ECO-92 no Rio de Janeiro. Mais de 160 países assinaram o acordo<sup>56</sup>, que entrou em vigor no fim de 1993. Era um período de intensa movimentação ecológica, onde preocupações com a preservação da natureza e das sociedades ganhavam força em âmbito também institucional. Conforme o MMA<sup>57</sup>, a Convenção possui três eixos principais, articulando-os: a) a conservação da biodiversidade; b) o uso sustentável da diversidade biológica (item que revela o contexto no qual o acordo foi construído, pois acirravam-se as disputas em torno do termo “desenvolvimento sustentável”); c) a repartição justa e equitativa dos lucros advindos de recursos genéticos (ou seja, surge a noção de que os povos e comunidades tradicionais são partes do movimento de preservação).

Em relação ao terceiro eixo, consta na CDB (BRASIL, 2000):

Art. 10. Aos povos indígenas e às comunidades tradicionais que criam, desenvolvem, detêm ou conservam conhecimento tradicional associado são garantidos os direitos de:

I - ter reconhecida sua contribuição para o desenvolvimento e conservação de patrimônio genético, em qualquer forma de publicação, utilização, exploração e divulgação;

II - ter indicada a origem do acesso ao conhecimento tradicional associado em todas as publicações, utilizações, explorações e divulgações;

III - perceber benefícios pela exploração econômica por terceiros, direta ou indiretamente, de conhecimento tradicional associado, nos termos desta Lei;

IV - participar do processo de tomada de decisão sobre assuntos relacionados ao acesso a conhecimento tradicional associado e repartição de benefícios decorrente desse acesso, na forma do regulamento; e

V - usar ou vender livremente produtos que contenham patrimônio genético ou conhecimento tradicional associado.

A CDB é um marco nos tratados de discussões sobre a temática da biossegurança e preservação da biodiversidade, dando origem inclusive a acordos posteriores sobre o tema, como o Protocolo de Cartagena. Como aponta Pavarino (2011, p. 349), a CDB:

<sup>56</sup> Lembramos que os EUA – berço de grandes empresas de biotecnologia – não assinaram a CDB, assim como não fazem parte do Protocolo de Kyoto, acordado em 1997.

<sup>57</sup> Disponível em <<http://www.mma.gov.br/biodiversidade/convencao-da-diversidade-biologica>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

É o primeiro instrumento de abrangência internacional a tratar sobre a diversidade dos recursos biológicos associando o conceito das soberanias nacionais sobre tais recursos, contrariando vários interesses de países do hemisfério norte detentores de tecnologia, que sempre se posicionaram pelo conceito de biodiversidade como patrimônio comum da humanidade e, portanto, pertencente a todos, não sendo necessário qualquer regime que regulamente as formas de acesso aos recursos biológicos dos países, em especial dos megadiversos.

A biodiversidade e a propriedade intelectual (na agricultura) estão umbilicalmente relacionadas, visto que as sementes e plantas patenteadas (as transgênicas) foram obtidas através de recursos genéticos. Embora não seja recorrente, é importante apontarmos que este tema é abordado pela revista *Globo Rural*, em reportagem que alerta sobre os efeitos sociais e naturais não-ditos pelas empresas que detêm essa biotecnologia:

T32 SD 84 – O país tem razões de sobra para adotar a cautela no seu plano agrícola, já que integra a lista dos 17 países com a biodiversidade mais rica do mundo. “É um patrimônio que não pode ser colocado em risco”, argumenta ao exemplificar o perigo dos cruzamentos dos OGMs com lavouras tradicionais e plantas silvestres.

A própria revista reconhece os desafios ambientais postos pela ordem atual, na qual os transgênicos e a propriedade intelectual ameaçam a diversidade. Nesse cenário, novos agentes passam (ou deveriam passar) a ter suas vozes e demandas ouvidas nas diferentes esferas; ou conforme Porto-Gonçalves (2012, p. 410): “Ainda que com as limitações apontadas, a CDB abre espaço para reconhecer o protagonismo de indígenas, afrodescendentes e camponeses que, todavia, não dispõem nos diferentes contextos nacionais senão de parcos triunfos políticos.”.

Entretanto, mesmo com a criação da CDB, parece que os acordos de cunho mercadológico seguem na frente da conservação da diversidade biológica e dos múltiplos conhecimentos. É o que demonstra o Quadro 5, no qual há uma comparação entre as previsões legais presentes na CDB e no TRIPs. Alguns dos direitos e obrigações apontados são conflitantes entre os dois acordos, pois eles servem a interesses opostos e, talvez, incompatíveis.

Quadro 5 – Conflitos entre o acordo TRIPS e a CDB

CDB	TRIPS* – OMC	Conflito
O acesso aos recursos biológicos deve estar condicionado ao consentimento mútuo prévio informado dos países de origem. Também requer participação e aprovação das comunidades locais.	Não existe nenhuma disposição que obrigue ao consentimento prévio informado para o acesso aos recursos biológicos que possam ser protegidos pelos DPIs.	A CDB outorga aos Estados capacidade jurídica para enfrentar a biopirataria ao requerer o conhecimento informado. Os TRIPs, ao ignorar esta prerrogativa, incentivam a etnobiopirataria
O Estados têm direitos públicos soberanos sobre seus recursos biológicos.	Os recursos biológicos têm que estar sujeitos a direitos privados de propriedade intelectual. A concessão de licenças obrigatórias de interesse nacional de ser restringida.	A soberania nacional supõe que os países têm direito de proibir Direitos de Propriedade Intelectual sobre seres vivos. Os TRIPs desestimula este direito ao requerer a concessão de DPIs sobre microorganismos GM, procedimentos não biológicos e patentes e/ou proteção <i>sui generis</i> sobre obtenções vegetais.
A utilização ou exportação de recursos biológicos, assim como de seus conhecimentos tradicionais, inovações e práticas relevantes no emprego da diversidade, deve dar-se com base na divisão equitativa dos benefícios.	É preciso conceder patentes em todos os campos da tecnologia. Em função disso o uso e a exploração dos recursos biológicos devem ser protegidos por Direitos de Propriedade Intelectual. Não se prevê nenhum mecanismo para que os benefícios sejam compartilhados entre o titular da patente de um país e o doador do material biológico de outro país.	A CDB estabelece uma base legal para que os países em desenvolvimento possam reivindicar participação nos benefícios.
Os Estados são obrigados a promover a conservação e o uso sustentável da biodiversidade como preocupação comum aos direitos de toda a humanidade.	A proteção de saúde pública e a segurança alimentar, assim como os interesses públicos em geral, ficam sujeitos aos interesses privados dos titulares dos DPIs, segundo o dispositivo nos TRIPs.	A CDB privilegia o interesse público e o bem comum em relação à propriedade privada. Os TRIPs privilegiam a propriedade privada.

Fonte: Porto-Gonçalves (2012, p. 441).



A questão da propriedade intelectual não é de todo inconciliável com os direitos das populações tradicionais e a conservação da biodiversidade. Entretanto, do modo como vem sendo posta e regulada (via acordos no âmbito do comércio), há uma lacuna entre os interesses monopolistas próprios ao capital privado e o interesse público, que se articula pela democracia e o respeito à diversidade.

A *Globo Rural* é competente ao apontar essa relação possível. Em reportagem sobre a biodiversidade brasileira e a biopirataria, a revista aproxima-se das práticas indicadas pelo Jornalismo Ambiental ao revelar conexões entre acontecimentos e valorizar o conhecimento que não o científico. Neste texto, os jornalistas delineiam o cenário amazônico e a expropriação dos saberes daquele local, que é abordado incessantemente por empresas do setor farmacêutico e agrícola.

T24 SD 61 – Defendeu na ONU o atrelamento dos direitos de propriedade intelectual a uma agenda de desenvolvimento e propôs um pacote de mudanças para **aperfeiçoar a legislação sobre patentes** na assembleia anual da Ompi – Organização Mundial de Propriedade Intelectual, realizada no mês passado, Em Genebra, na Suíça. Os katukina, porém, não ganharam nada.

T24 SD 63 – Há dois meses, pajés de vários países da América do Sul reuniram-se em Brasília para discutir a implantação de um **sistema próprio de reconhecimento e distribuição dos dividendos sobre o conhecimento tradicional**, sob coordenação do Inbrapi – Instituto Indígena Brasileiro para Propriedade Intelectual, recém-criado.

O texto preocupa-se em defender a soberania do país e apresentar o olhar daqueles que habitam o local, não apenas fontes externas científicas que não vivem cotidianamente a realidade em questão. Nas SDs acima, há destaque para as falas dos indígenas, que – não respeitados pelas indicações da CDB – buscam uma mudança na legislação de patentes, para que também tenham seus direitos reconhecidos. Nesta perspectiva, a propriedade intelectual não representa um obstáculo ao conhecimento e à inovação – como acontece com os mecanismos propostos a partir do TRIPs – mas sim um suporte aos povos que lutam pela conservação da biodiversidade.

Mesmo sabendo que os instrumentos de redistribuição de benefícios apontados pela CDB são falhos e não atendem completamente os povos tradicionais, hoje vivemos um risco

a partir do questionamento da convenção, por meio do PL nº 7.735/2014<sup>58</sup>. O projeto visa alterar a operacionalização da CDB, que hoje acontece através da MP 2.186/2001 – Acesso e Repartição Justa e Equitativa de Benefícios. Mesmo modificando a estrutura em vigor, que envolve populações tradicionais, os seus interesses não foram consultados. De acordo com as entidades favoráveis ao projeto, o objetivo é alavancar a pesquisa brasileira com recursos genéticos, de modo a desenvolver o país e aumentar a inovação.

Em novembro de 2014, mais de 50 entidades e cientistas assinaram a carta “De onde brotam os espinhos”, na qual repudiam o PL. No documento, é apontada a exclusão dos sujeitos atingidos na redação do projeto e a ameaça que este representa à autonomia dos povos. Os signatários, ainda, denunciam os abusos da comunidade científica, que, na busca por conhecimento que gere lucros, se omite de defender os direitos das comunidades.

Assim, entrelaçam-se interesses múltiplos na defesa de uma lógica que é excludente e injusta, baseada em preceitos do mercado e do capitalismo. O Jornalismo não pode compactuar de tal intuito, pois deve preservar sua autonomia e seguir comprometido com a efetivação da cidadania de todos os sujeitos. Do mesmo modo, incorporar os saberes ambientais só oferece ganhos ao planeta e ao próprio fazer jornalístico, pois permite ferramentas para uma prática que tem por base o respeito ao seu interlocutor: somando informações qualificadas, permite desconstruir falsas oposições e seguir rumo a novos modelos – mais democráticos e equitativos. O Jornalismo Ambiental é, então, revolucionário, pois busca desvelar outros modos de viver e sentir o mundo, o qual carece de mais diversidade e justiça.

---

<sup>58</sup> Hoje o PL nº 7.735/2014 aguarda apreciação pelo Senado Federal. Para acompanhar o processo: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=619150>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

## 6 ENCERRANDO A CAMINHADA E VISLUMBRANDO NOVAS POSSIBILIDADES

Ao iniciarmos este trabalho apresentávamos as inquietações que nos moveram rumo à pesquisa: a quem pertence a tecnologia? E a natureza? Ou melhor: o que é natureza? Ela realmente pode ser propriedade de alguns? No decorrer do estudo, outras dúvidas surgiram e provocaram movimentos importantes para a construção da pesquisa, pois permitiram que novos questionamentos dessem rumo à investigação. Às aflições iniciais somaram-se as perspectivas discursiva e jornalística – de que maneira o jornalismo especializado fala sobre a propriedade intelectual de cultivares em nossa época? – que deram origem ao direcionamento manifesto no problema de pesquisa: Quais os sentidos produzidos pela revista *Globo Rural* ao falar sobre patentes?.

Este quadro delineou também o objetivo geral: compreender como a revista *Globo Rural* produz sentidos e problematiza a questão das patentes de sementes. Para atingir esse objetivo e compreender a situação, tivemos acesso a diversas perspectivas teóricas, as quais contribuíram para a construção de três eixos específicos de pesquisa: a) determinar as Formações Discursivas sobre patentes agrícolas e comércio de sementes presentes na *Globo Rural* entre os anos de 2003 a 2013; (b) averiguar a memória discursiva que irrompe das formulações recortadas sobre propriedade intelectual de sementes; (c) identificar as concepções de natureza reveladas pelos discursos da *Globo Rural* sobre patentes de sementes.

O período escolhido, que contemplou onze anos entre 2003 e 2013, justifica-se duplamente: 2003 é um ano marcante devido à liberação da comercialização da primeira safra de transgênicos no Brasil, enquanto 2013 foi meu primeiro ano cursando o mestrado, mais de dez anos após a intensa controvérsia que culminou com a liberação do plantio de OGMs. Este recorte temporal implicou uma reflexão sobre os transgênicos, que resultou em uma crítica à moderna biotecnologia, a qual se impõe como solução inquestionável para problemas econômicos (pois promete maior produtividade) e ambientais (pois alega ser benéfica à natureza e a todos os produtores) – embora não cumpra os seus compromissos. A ciência atual, que se apresenta discursivamente como neutra e independente, corrobora para a perpetuação destes saberes que classificamos como tecnocráticos, pois não permitem desconstruir a sua lógica e apontar seus interesses. Desse modo, embora não se possa

generalizar, é interessante examinar como a ciência e sua suposta neutralidade ainda são acionadas como um discurso de autoridade, e portanto credíveis e inquestionáveis.

Tal perspectiva autoriza os mecanismos de propriedade intelectual vigentes, que em sua maioria se baseiam em acordos comerciais e criam obstáculos à produção do conhecimento. Os direitos em curso ramificam-se entre direitos de autor, propriedade industrial e direitos *sui generis*, que juntos acabam por se tornar empecilhos ao cidadão comum, o qual torna-se vulnerável às grandes empresas promotoras da monocultura. Mesmo não sendo autorizada a dupla proteção de forma legal, as modalidades permitem que se protejam (ou se interditem) os processos e os produtos, gerando uma agricultura potencialmente dependente.

A partir dessas leituras, fomos ao jornalismo especializado em temas agropecuários – a revista *Globo Rural* – buscar os discursos empreendidos sobre o assunto. Após a análise de 132 edições da revista, das quais foram recortados 77 textos que abordassem (de forma central ou não) a temática deste estudo, observamos que o patenteamento de sementes não é tratado como uma pauta por si, mas aparece principalmente em notas que divulgam novos produtos. Para além disso, há menções em algumas reportagens, editoriais e artigos – principalmente quando o assunto é a biotecnologia e os transgênicos. Dito isso, podemos apontar nos textos a predominância do que denominamos *FD Tecnocrática*, que se desdobra em três posições-sujeito: a *economicista*, a *cientificista* e a *política*. Oposta a ela e em menor número, está a *FD Ecológica*, a qual comporta as posições-sujeito *social* e *natural*.

Como pista para explicar tamanha disparidade entre a *FD Ecológica* e a *FD Tecnocrática*, acreditamos que esta última é constitutiva de uma FI Moderno-Capitalista, cujos valores são os mais acionados em nossa época, a qual permite o próprio desenvolvimento dos mecanismos de propriedade intelectual como os conhecemos. Esta FI comporta saberes atrelados ao mercado e à tecnociência, incentivando a produtividade a qualquer custo e o progresso econômico – sem questionar o que é de fato o progresso. É também um saber inscrito nesta FI o modelo do agronegócio, pois nele confluem a ciência (devido à dependência e confiança na moderna biotecnologia), o ideal economicista (porque estas lavouras se dizem mais produtivas e mais econômicas ao produtor – o que nem sempre é verdade) e a política (pois tal produção colabora para o progresso do país e gera poder, mesmo que simbólico, aos proprietários do negócio).

Ao mesmo tempo, os discursos encontrados em ambas as FDs, em maior ou menos escala, situam em lados opostos a natureza e a sociedade. Soma-se a isso uma latente hierarquia, na qual a natureza está a serviço de alguns através da exploração de seus recursos, sendo passível de dominação. Nessa perspectiva predominante, ainda, a natureza é tomada como algo a ser melhorado, pois seu valor é determinado a partir do valor de troca. Segue a natureza subjugada, tal como no mito dos kayapó-gorotire, que ao tomar o fogo do jaguar, selam o afastamento entre ambos, pois é a humanidade que possui o domínio da técnica e estende este poder a toda a natureza. Ou seja, não se trata de uma relação harmônica, muito menos simétrica – e isso é observado nos discursos sobre patentes, pois em nenhum momento o Jornalismo sugere uma intraconeção entre todos os seres.

Do mesmo modo, nesta mesma FD ressoa um já-dito: os saberes da Revolução Verde. Esta memória discursiva irrompe quando são promovidos pacotes tecnológicos, conectados aos mesmos valores defendidos no período da chamada modernização agrícola. Propomos, em consonância com alguns autores, que se retome a reflexão sobre o atual período associando-o com o já passado: este processo é a *Revolução Biotecnológica*, mencionada no título deste trabalho. Este movimento, que acontece em velocidade assombrosa, conquista o mercado e se alastra por todo o planeta, mas não responde a questionamentos acerca dos cenários sociais, culturais e econômicos nos quais se aplica – principalmente quando os argumentos são provenientes das nações do Sul.

Sem cair em determinismo, questionamos as alternativas a este modelo hegemônico de produção agrícola, tão prejudicial ao ambiente e ao próprio desenvolvimento, pois cria obstáculos e interdita outros conhecimentos. Vemos que no mundo rural talvez uma possibilidade esteja no polissêmico termo “agricultura alternativa”, constituído por iniciativas como a agroecologia, o cultivo de orgânicos, a permacultura e mesmo as hortas comunitárias, as quais trazem em si um outra lógica que não a comercial. Estas escolhas são mais que opções do modo de produção, mas engendram um outro modelo de mundo, pois são uma forma de resistência à moderna agricultura e tudo que esta representa.

A ampliação de formatos alternativos na agricultura, os quais questionem e contrariem o modelo hegemônico, é urgente. Do contrário, seguimos caminhando para uma produção coordenada pelo mercado e sem nenhum compromisso com a natureza e com os

indivíduos, os quais vão sendo substituídos pouco a pouco por novas tecnologias. Ou seja, é uma lógica que promove a *agricultura sem agricultores*.

Isto ocorre diante de nós e o Jornalismo, que por dever de ofício deveria mostrar essas mudanças, omisso, cala. Movimentos ecologistas já apontam a necessidade de alternativas à monocultura e à biotecnologia, mas suas vozes não atingem os cidadãos. Hoje, por exemplo, enfrentamos uma crise no abastecimento da água, que era pronunciada há muito pelos ambientalistas, os quais criticavam o desmatamento, que cerceia as nascentes. Do mesmo modo, a fronteira agrícola se expande cada vez mais em vista as culturas que têm valor de mercado e não alimentam os cidadãos mas sim o bolso dos latifundiários, como é o caso do monocultivo de soja. A cana é um problema de esfera semelhante, pois visa o abastecimento de automóveis em detrimento de investimentos no transporte público de qualidade e alternativas menos agressivas, como os transportes fluvial e férreo. Tudo isso – além de outros problemas e conflitos – vem sendo apontado por entidades e mesmo cientistas comprometidos com a cidadania. Entretanto, o Jornalismo não ouve e não vê.

Este Jornalismo, que compreendemos como uma forma singular de conhecimento, parece dar espaço a uma só forma de saber: a da ciência em prol do mercado. Neste trabalho, também procuramos demonstrar o Jornalismo como um campo discursivo, no qual diferentes dizeres estão em permanente confronto: entretanto as análises dão conta que este Jornalismo é afetado por um só discurso, o tecnocrático, porque outros saberes não são ouvidos.

Estando o Jornalismo a serviço da modernidade, defendemos a emergência do Jornalismo Ambiental como um contraponto a esta configuração. Urge um movimento revolucionário, que conteste os rumos do mundo e a hegemônica lógica mercantil. Neste caminho, novas vozes devem ser incorporadas, rompendo com a centralidade da tecnociência e demonstrando a potência de outros saberes que, articulados, podem enfrentar o saber científico e financeiro. O Jornalismo Ambiental já nasce comprometido com novos olhares, pois respeita as diferentes práticas comprometidas com natureza e sociedade, não permitindo antropocentrismo ou hierarquização.

Ao avançar para além do Jornalismo tradicional, o Jornalismo Ambiental desconstrói certezas modernas e aponta para um novo caminho, no qual prevaleça a

igualdade e o respeito entre todos os seres, ou seja, humanidade e natureza são partes intraconectadas do Todo. O Jornalismo Ambiental não é utópico e sua prática é atestada pelos jornalistas que nos diversos continentes colocam o seu saber a serviço da mudança de mentalidade e da defesa da vida. São jornalistas que se veem implicados nos acontecimentos e, movidos por uma ética do cuidado, engajam-se na causa ambiental

Esta transformação a cada dia reúne mais indivíduos, que por razões diversas se percebem necessários: cabe ao Jornalismo Ambiental contribuir para essa tomada de consciência, sensibilizando os interlocutores para as muitas conexões entre os acontecimentos e as ações.

A Revolução Biotecnológica – ou do Gene – é normativa e não permite outras possibilidades, as marginalizando. Cabe então ao Jornalismo Ambiental, através do seu fazer, contribuir com a promoção da mudança e empoderar os sujeitos (e por eles ser legitimado!), e aí está o seu caráter revolucionário, porque não é apenas uma prática profissional, mas uma postura diante da vida e do outro. Este engajamento necessário engendra novas formas de ver, pensar, sentir e fazer: é uma posição que compreende que os povos devem ser autônomos e que há diferentes modos de encarar a vida com respeito.

A revista, ao abordar a questão das patentes, de forma geral não contribuiu para a formação dos interlocutores e a pluralidade de olhares e sentidos. Os saberes conectados ao mercado e à ciência, expressos através da FD que denominamos *Tecnocrática*, são constantemente reproduzidos, remetendo aos mesmos discursos da Revolução Verde. Para essa perspectiva, a qual é dominante em *Globo Rural*, a natureza não é um sujeito, mas um objeto a ser dominado e melhorado em prol do aclamado progresso (o qual é empregado como sinônimo para crescimento econômico). Assim, ficou comprometido o Jornalismo cidadão, que – através da informação, educação e reflexão – contribui para a democracia.

Dessa forma, o Jornalismo Ambiental sugere à *Globo Rural* que esta aproveite sua especificidade enquanto revista e produza conhecimento sobre propriedade intelectual, ainda que respeite a atualidade com a qual se compromete o Jornalismo. Reportagens que considerem os múltiplos agentes implicados (humanos ou não), e que sejam ricas de sentido no lugar de discursos parafrásticos. O Jornalismo, em suas diferentes materialidades, têm o raro poder de ser ouvido por muitos, repercutindo em incontáveis classes sociais e modos de

vida. Este caráter plural deve se efetivar também em seus produtos, entretanto o que mais se observa é a repetição dos mesmos saberes.

O Jornalismo, tal qual o ambiente, não é estático. Ele permite confrontos e conflitos, reposiciona-se constantemente a partir de sua estrutura institucional, da atividade humana, do mercado e da sociedade. Assim, talvez o próprio Jornalismo e sua prática careçam de novas interpretações e sínteses, pois mesmo as teorias mais recentes permitem algumas ambiguidades: se o Jornalismo é uma forma de conhecimento, o que é o conhecimento? Em que época e para quem? O que defendemos aqui talvez seja um outro Jornalismo, em consonância com novos tempos e sensibilidades.

Observando essa caminhada que realizamos, vemos que outros percursos são possíveis e mesmo necessários. Talvez outros olhares permitam diferentes encaminhamentos. Apesar da ilusão da unicidade tão cara ao sujeito que enuncia, sabemos que algumas pontas ficam ainda soltas, na espera de novas abordagens e estudos. A Convenção da Diversidade Biológica, que hoje vive momentos de incerteza, parece ser um interessante objeto/sujeito a ser avaliado, pois permite formas não hegemônicas de propriedade intelectual. No mesmo sentido, pensamos que ainda é importante refletirmos sobre o Jornalismo Ambiental (não apenas em seu caráter discursivo) a partir de veículos não especializados em ambiente e, principalmente, a partir de quem o faz.

A dissertação que ora concluímos abre outras portas para novos problemas de pesquisa e mostra a urgência de não apenas novas pautas, mas – principalmente – de novas práticas no Jornalismo.



## REFERÊNCIAS

- ALPEROVIZ, Gar; DALY, Lew. **Apropriação indébita**. São Paulo: Editora Senac, 2010.
- ALPHANDÉRY, Pierre et al. **O equívoco ecológico**: riscos políticos. São Paulo, Brasiliense, 1992. p. 7-50.
- ALTHUSSER, Louis. Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado. In: ZIZEK, Slavoj (Org.). **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- APOTEKER, Arnaud. Ciência e democracia: o exemplo dos OGMs. In: ZANONI, Magda; FERMENT, Gilles. **Transgênicos para quem?**: Agricultura, Ciência e Sociedade. Brasília: MDA, 2011. p. 80-92.
- BACCHETTA, Victor. El periodismo ambiental. In: BACCHETTA, Victor (Org.). **Ciudadania Planetária**. Montevideo: IFEJ/FES, 2000. p. 17-21.
- BECK, Ulrich. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: \_\_\_\_\_; GIDDENS, Antony e LASH, Scott. (Orgs). **Modernização Reflexiva**. São Paulo: Editora da Unesp, 1997.p. 73-133.
- \_\_\_\_\_. **Sociedade de risco**: rumo a uma outra modernidade. São Paulo: Editora 34, 2011. p. 11-68.
- BELMONTE, Roberto Villar. Cidades em mutação: menos catástrofe e mais ecojornalismo. In: VILAS BOAS, Sergio. (Org.) **Formação & Informação ambiental**: jornalismo para iniciados e leigos. São Paulo: Summus, 2004, p.16-48.
- BENETTI, Marcia. o jornalismo como gênero discursivo. **Revista Galáxia**, São Paulo, n. 15, p. 13-28, jun. 2008.
- \_\_\_\_\_. Revista e jornalismo: conceitos e particularidades. In: TAVARES, Frederico de Mello B.; SCWAAB, Reges. **A revista e seu jornalismo**. Porto Alegre: Penso, 2013. p. 44-57.
- BENTHIEN, Patrícia F. Transgenia e nanotecnologia: uma reflexão acerca da relação entre modernidade, novas tecnologias e informação. **Revista Theomai**, Buenos Aires, n. 18, p. 111-122, jun.-dez. 2008.
- BENVENISTE, Émile. A natureza dos pronomes. In: BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral I**. Campinas: Pontes, 1995. p. 277-283.
- BERGER, Christa. Em torno do discurso jornalístico. FAUSTO NETO, Antônio; PINTO, Milton José, (Org.). **O indivíduo e as mídias**: ensaios sobre comunicação, política, arte e sociedade no mundo contemporâneo. Rio de Janeiro: Diadorim, 1996. p. 188-196.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 1985.

BRASIL. Lei nº 5.772, de 21 de dezembro de 1971. Institui o Código da Propriedade Industrial. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 21 dez 1971. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L5772.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5772.htm)>. Acesso em: 3 dez. 2014.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996. Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 15 maio 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9279.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9279.htm)>. Acesso em: 3 dez. 2014.

\_\_\_\_\_. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA). **Convenção sobre Diversidade Biológica – CDB**. Brasília, 2000.

BRUCH, Kelly Lissandra. **Limites do direito de propriedade industrial de plantas**. 2006. 226 f. Dissertação (Mestrado em Agronegócios) - Programa de Pós-Graduação em Agronegócios, Departamento de Centro de Estudos e Pesquisas em Agronegócios, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

BRUSEKE, Franz J. A modernidade técnica. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Anpocs, v. 17, n. 49, p.135- 144, jun.2002.

BUENO, Wilson da Costa. Jornalismo Ambiental: explorando além do conceito. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, v. 15, p. 33-44, jan.-jun 2007a.

\_\_\_\_\_. **Comunicação, Jornalismo e Meio Ambiente – Teoria e Prática**. São Paulo: Majoara Editorial, 2007b.

BUITONI, Dulcilia Schroeder. Revista e segmentação: dividir para reunir. In: TAVARES, Frederico de Mello B.; SCHWAAB, Reges. **A revista e seu jornalismo**. Porto Alegre: Penso, 2013. p. 107-118.

BURKE, Peter. **Uma história social do conhecimento**: de Gutenberg a Diderot. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

CALLON, Michel; LAW, John; RIP, Arie.. **Mapping the dynamics of science and technology**: sociology of science in the real world. Basingstoke: Macmillan, 1986.

CAMARANO, Ana Amélia; ABRAMOVAY, Ricardo. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos cinquenta anos. **IPEA**, Brasília, Textos para Discussão, 1999.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável: perspectivas para uma nova extensão rural. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 16- 37, jan./mar. 2000.

CARNEIRO, Maria José. Ruralidade: novas identidades em construção. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 11, p. 53-75, out. 1998.

CARRASCO, Andrés. Declaración Latinoamericana por una Ciencia Digna, por la prohibición de los OGM La ciencia y los OGM. **Biodiversidad, sustento y culturas**, n. 81, 2014. p. 18-26.

CATTON, Willian R Jr; DUNLAP, Riley. Environmental Sociology: a new paradigm. **The American Sociologist**, v. 13, p. 41-49, fev. 1978.

CHARAUDEAU, Patrick. **Linguagem e discurso**: modos de organização. São Paulo: Contexto, 2008.

\_\_\_\_\_. **Discurso das mídias**. Trad. Angela M. S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2009.

COSTA, Sergio. Quase crítica: insuficiências da sociologia da modernização reflexiva. **Tempo Social (USP)**, v. 16, n. 2, p. 73-100, nov. 2004.

COURTINE, Jean-Jacques. O chapéu de Clémentis: observações sobre a memória e o esquecimento na enunciação do político. Tradução de Marne Rodrigues de Rodrigues. In: INDURSKY, Freda; LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina. (Orgs.). **Os múltiplos territórios da Análise do Discurso**. Porto Alegre: Ed. Sagra Luzzatto, 1999.

DAROIT, Doriana. **A controvérsia da soja transgênica no Rio Grande do Sul no período de 1998 a 2003**. 2007. 187 f. Tese (Doutorado em Administração) - Programa de Pós-Graduação em Administração, Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

DELGADO, Guilherme Costa. A Modernização Conservadora da Agricultura Brasileira (1965-1985). In: DELGADO, Guilherme Costa. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio**: Mudanças cíclicas em meio século (1965-2012). Porto Alegre: Editora UFRGS, 2012. p. 13-20.

DESCOLA, Philippe. Más allá de la naturaleza y de la cultura. In: MARTÍNEZ, Leonardo M. **Cultura y naturaleza**. Bogotá, Jardín Botánico de Bogotá, 2011. p. 75-98.

DIJK, Teun A. Van. **Discurso, notícia e ideologia**. Porto: Campo das Letras, 2005.

\_\_\_\_\_. **Discurso e poder**. São Paulo: Contexto, 2010.

ESCHER, Fabiano. **Os assaltos do moinho satânico nos campos e os contramovimentos da agricultura familiar**: Atores sociais, instituições e desenvolvimento rural no Sudoeste do Paraná. 2011. 276 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

ESCOBAR, Arturo. Epistemologias de la naturaleza y colonialidad de la naturaleza. In: MARTÍNEZ, Leonardo M. **Cultura y naturaleza**. Bogotá, Jardín Botánico de Bogotá, 2011. p. 49-74.

FERMENT, Gilles. Análise de risco das plantas transgênicas: princípio da precaução ou precipitação? In: ZANONI, Magda; FERMENT, Gilles. **Transgênicos para quem?: Agricultura, Ciência e Sociedade**. Brasília: MDA, 2011. p. 93-138.

FLEURY, Lorena Cândido; ALMEDA, Jalcione; PREMEBIDA, Adriano. O ambiente como questão sociológica: conflitos ambientais em perspectiva. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 16, n. 35, jan./abr. 2014. p. 34-82.

FONSECA, Claudia; SÁ, Guilherme J. S. Ciência, poder e ética: implicações e desdobramentos antropológicos. In: **Horizontes Antropológicos**. ano 17, n. 35, p. 7-23, 2011.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo**. Porto Alegre: Editora Ortiz, 1989.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora da Unesp, 1991.

GIRARDI, Ilza Maria Tourinho. **Periódicos agropecuários e a ideologia da modernização agrícola**. 170 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) - Instituto Metodista de Ensino Superior, Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, São Bernardo do Campo, Metodista, 1988.

\_\_\_\_\_; MASSIERER, Carine; SCHWAAB, Reges. Pensando o Jornalismo Ambiental na ótica da Sustentabilidade. In: **UNIREvista**, n. 3, p. 1-12, 2006.

GIRARDI, Ilza Maria Tourinho; PEDROSO, Rosa Nívea; BAUMONT, Clarissa de. Jornalismo e Sustentabilidade: as armadilhas do discurso. In: GIRARDI, Ilza; LOOSE, Eloisa; BAUMONT, Clarissa de. **Ecos do planeta: estudos sobre informação e jornalismo ambiental**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2011. p. 47-62.

GIRARDI, Ilza Maria Tourinho; CAMANA, Ângela; FANTE, Eliege Maria; KOLLING, Patrícia; MASSIERER, Carine; MORAES, Claudia Herte de; OLIVEIRA, Giovani de. A pesquisa em Jornalismo Ambiental na região Sul do Brasil. In: SBPJor Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo - 11º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, **Anais...** 2013a, Brasília - DF.

GIRARDI, Ilza Maria Tourinho; MORAES, C.; LOOSE, Eloisa Beling; NEULS, Gisele; MASSIERER, Carine; CAMANA, Ângela; GERTZ, Laura. O olhar do jornalismo sobre a Economia Verde: estudo a partir da cobertura da Rio+20 pelos portais G1, UOL e Terra. **Libero (FACASPER)**, v. 16, p. 71-80, 2013b.

GOODMAN, David; SORJ, Bernardo; WILKINSON, John. **Da Lavoura às Biotecnologias**: agricultura e indústria no sistema internacional. Rio de Janeiro, Campus, 1990.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. São Paulo: Unicamp, 1996.

GRIGOLETTO, Evandra. **Sob o rótulo do novo, a presença do velho**: análise do funcionamento da repetição e das relações divino temporal no discurso da Renovação Carismática Católica. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

GUIVANT, Julia. Contribuições da Sociologia Ambiental para os debates sobre desenvolvimento rural sustentável e participativo. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n. 19, p. 72-88, out. 2002.

HANNIGAN, John. **Sociologia ambiental**. Porto Alegre: Vozes, 2012.

HOBBELINK, Henk. **Biotecnologia: Muito além da Revolução Verde**: As novas tecnologias genéticas para a agricultura: desafio ou desastre?. Porto Alegre: Não Consta, 1990.

INDURSKY, Freda. Os estudos da linguagem e suas diferentes concepções de língua. In: HENRIQUES, C. C.; SIMÕES, D. (Orgs.). **Língua Portuguesa**: reflexões sobre descrição, pesquisa e ensino. Rio de Janeiro: Europa, 2005. p.15-37.

\_\_\_\_\_. Unicidade, desdobramento, fragmentação: a trajetória da noção de sujeito na Análise do Discurso. In: MITTMAN, S; GRIGOLETTO, E; CAZARIN, E. (Orgs.). **Práticas discursivas e identitárias**: sujeito e língua. Porto Alegre: Nova Prova, 2008. p. 9-33.

JOHN, Liana. Imprensa, meio Ambiente e Cidadania. In: **Revista Ciência e Ambiente**, Santa Maria: UFSM, v. 23, jul.-dez. 2001.

KAGEYAMA, Angela. Desenvolvimento territorial do Brasil: aspectos históricos. In: \_\_\_\_\_. **Desenvolvimento Rural**: conceitos e aplicações ao caso brasileiro. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. p. 85-116.

KOCH, Ingedore Villaça. **O texto e a construção de sentidos**. São Paulo: Contexto, 2003.

LASSEN, Dulce Beatriz Mendes. **No tecer dos fios**: resistência no discurso das mulheres camponesas. Dissertação (Mestrado em Letras) - Programa de Pós-Graduação em Letras - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.

LATOURE, Bruno. **Ciência em Ação**: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

\_\_\_\_\_. **Jamais fomos modernos**. São Paulo: Editora 34, 2013.

LEAL, Ondina; SOUZA, Rebeca. Introdução: propriedade intelectual e antropologia. In: \_\_\_\_\_. **Do regime de propriedade intelectual: estudos antropológicos**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2010. p. 13-18.

LEAL, Ondina; SOUZA, Rebeca. Ciência, tecnologia e patentes: o regime global de propriedade intelectual. In: FONSECA, Cláudia; ROHDEN, Fabíola; MACHADO, Paula Sandrine (Orgs.). **Ciências na Vida: Antropologia da ciência em perspectiva**. São Paulo: Terceiro Nome, 2012.

LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina. Análise de Discurso e Psicanálise: uma estranha intimidade. **Correio da APPOA**, Porto Alegre, n. 131, p. 37-52, dez. 2004.

\_\_\_\_\_. **Glossário de termos do discurso**. Porto Alegre: Gráfica da UFRGS, 2001.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **O Cru e o Cozido: Mitológicas 1**. 2. ed. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

LIMA, Dejoel de Barros. **Legitimidade social da biotecnologia na agricultura: o caso da soja transgênica no sul do Brasil**. 2007. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007.

LOOSE, Eloisa. **Jornalismo ambiental em revista: das estratégias aos sentidos**. 2010. 158 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em análise do discurso**. 3.ed. Campinas: Pontes, 1997.

\_\_\_\_\_. **Termos-chave da análise do discurso**. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

MAROCCO, Beatriz. A palavra dos intelectuais na mídia. In: TAVARES, Francisco de Mello B.; SCHWAAB, Reges. **A revista e seu Jornalismo**. Porto Alegre: Penso, 2013. p. 119-131.

MASSIERER, Carine. As rotinas de produção jornalística como o novo vilão do meio ambiente. In: GIRARDI, Ilza; LOOSE, Eloisa; BAUMONT, Clarissa de. **Ecos do Planeta: estudos sobre informação e jornalismo ambiental**. Porto Alegre: UFRGS, 2011. p. 47-62.

\_\_\_\_\_. **O olhar jornalístico sobre o meio ambiente: um estudo das rotinas de produção nos jornais Zero Hora e Correio do Povo**. 2007. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007.

MATTEDI, Marcos Antônio. Dilemas da abordagem sociológica da problemática ambiental: considerações epistemológicas, metodológica e normativa sobre a guinada ambiental na sociologia. In: XXIV Congresso Latino-Americano de Sociologia. 2003. **Anais...** Arequipa, 2003.

McCOMBS, Maxwell E.; SHAW, Donald L. A evolução da pesquisa sobre o agendamento: vinte e cinco anos no mercado de idéias, 1993 In: TRAQUINA, Nelson. **O Poder do Jornalismo: análise e textos da teoria do agendamento**. Coimbra: Minerva, 2000.

McCORMICK, John. **Rumo ao paraíso**: a história dos movimentos ambientalistas. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.

MEDITSCH, Eduardo. **O conhecimento do jornalismo**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1992.

\_\_\_\_\_. O jornalismo é uma forma de conhecimento? In: HOHLFELDT, Antonio; GOBBI, Maria Cristina. **Teoria da comunicação**: antologia de pesquisadores brasileiros. Porto Alegre: Sulina, 2004. p. 363-378.

MELO, José Marques de. **A Opinião no Jornalismo Brasileiro**. São Paulo: Editora Vozes, 2010.

MITTMANN, Solange. Heterogeneidade constitutiva, contradição histórica e sintaxe. **Desenredo** (PPGL/UPF), v. 6, n. 1, p. 85-101, jan./jul. 2010.

OLIVEIRA, Rosana Cavalcante de; MARQUES, Tiago Rolim. **Patentes de invenção e a Embrapa**: dúvidas frequentes, esclarecimentos sobre leis e normas. Brasília, DF: Embrapa, 2014.

OMPI. Onu. **Qu'est-ce que la Propriété Intellectuelle?** Genève: Organisation Mondiale de La Propriété Intellectuelle. Disponível em: <[http://www.wipo.int/edocs/pubdocs/fr/intproperty/450/wipo\\_pub\\_450.pdf](http://www.wipo.int/edocs/pubdocs/fr/intproperty/450/wipo_pub_450.pdf)>. Acesso em: 3 dez. 2014.

ORLANDI, Eni Pulcineli. Exterioridade e ideologia. **Caderno Estudos Linguísticos**, Campinas, 30, p. 27-33, jan./jun. 1996.

PARK, Robert. A notícia como forma de conhecimento: um capítulo dentro da sociologia do conhecimento. In: BERGER, Christa; MAROCCO, Beatriz. **A era glacial do jornalismo**: teorias sociais da imprensa. Porto Alegre: Editora Sulina, [1940] 2008. p. 51-70.

PARTIDO VERDE. **Bancada Verde na Câmara dos Deputados**. Partido Verde. O Partido Verde no mundo. Disponível em: <<http://bancadaverde.org.br/historico/>>. Acesso em: 21 out. 2014.

PAVARINO, Marco Aurélio. A Convenção sobre Diversidade Biológica da ONU: o cenário internacional e as agendas internas no Brasil. In: ZANONI, Magda; FERMENT, Gilles. **Transgênicos para quem?**: Agricultura, Ciência e Sociedade. Brasília: MDA, 2011. p. 345-367.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Editora da UNICAMP, 1988.

\_\_\_\_\_. Papel da memória. In: ACHARD, Pierre (Org). **Papel da memória**. Campinas: Pontes, 1999. p. 49-58.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, Françoise; HAK, Tony. (Orgs.) **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 2.ed. Campinas: Unicamp, 1993. p.163-187.

PINHEIRO, Sebastião. **A natureza no mercado e a angústia à sua mesa**. Porto Alegre: Colméia, 2001 (CD-ROM).

PEREIRA, Humberto. **Um olhar sobre o Brasil**. Revista Globo Rural. São Paulo: Editora Globo, v. 16, n. 180, out. 2000.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. 15. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

\_\_\_\_\_. **A Globalização da Natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

PREMEBIDA, Adriano. **As biotecnologias e a politização da vida**. 2008. Tese (Doutorado em Sociologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008.

RADOMSKY, Guilherme. **Certificação participativa e regimes de propriedade intelectual**. 2010. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

RADOMSKY, Guilherme. Problemas e tensões entre as noções de produção, propriedade intelectual e cultura. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 18, n. 37, p. 155-183, jan./jun. 2012.

SANTOS, Laymert G. Paradoxos da propriedade intelectual. In: VILLARES, Fábio (org.) **Propriedade Intelectual**: tensões entre o capital e a sociedade. São Paulo: Paz e Terra, 2007. p. 41-57.

SANTOS, Laymert Garcia dos. Tecnologia, natureza e a "redescoberta" do Brasil. In: ARAÚJO, Hermetes, R. de (Org.). **Tecnociência e cultura**: ensaios sobre o tempo presente. São Paulo: Estação Liberdade, 1998. p. 23- 46.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Linguística Geral**. São Paulo: Cultrix, 1977.

SCHWAAB, Reges Toni. **O discurso jornalístico da sustentabilidade em programas de rádio sobre meio ambiente**: Análise do quadro mundo sustentável e do programa Guaíba Ecologia. 2007. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.



SCHWAAB, Reges. **Uma ecologia do jornalismo**: o valor do verde no saber dizer das revistas da Abril. 2011. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

SCHWAAB, Reges. Revista e Instituição: A Escrita do Lugar Discursivo. In: TAVARES, Francisco de Mello B.; SCHWAAB, Reges. **A revista e seu Jornalismo**. Porto Alegre: Penso, 2013. p. 58-75.

SHIVA, Vandana. **Biopirataria**: a pilhagem da natureza e do conhecimento. Petrópolis: Vozes, 2001.

SILVA, Eliane Deák. **As narrativas do globo rural diário**. 2011. 179 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Programa de Pós-graduação em Comunicação, Faculdade Cásper Líbero, São Paulo, 2011.

SILVEIRA, Cristiane A. **Significados sociais das biotecnologias**: interesses e disputas em torno dos Organismos Geneticamente Modificados (OGMs) no Rio Grande do Sul. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

TAVARES, Francisco de Mello B.; SCHWAAB, Reges. Revista e comunicação: percursos, lógicas e circuitos. In: TAVARES, Francisco de Mello B.; SCHWAAB, Reges. **A revista e seu Jornalismo**. Porto Alegre: Penso, 2013. p. 27-43.

TONIN, João Ricardo; TONIN, Julyerme Matheus. Do Proálcool ao “Próetanol”: novos desafios na produção do etanol brasileiro. **Informe Gepec**, Toledo, v. 18, n. 1, p. 61-76, jan./jun. 2014.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo**: porque as notícias são como são. Florianópolis: Insular, 2005.

TUCHMAN, Gaye. As notícias como uma realidade construída. In: ESTEVES, João Pissarra (Org). **Comunicação e Sociedade**. Lisboa: Livros Horizonte, 2009.

PARTIDO VERDE. **O Partido**. Disponível em: <<http://pv.org.br/opartido/>>. Acesso em: 16 fev. 2014.

## REFERÊNCIAS DO CORPUS

GLOBO RURAL. São Paulo: Editora Globo, v. 18, n. 207, jan. 2003.

GLOBO RURAL. São Paulo: Editora Globo, v. 18, n. 208, fev. 2003.

GLOBO RURAL. São Paulo: Editora Globo, v. 18, n. 209, mar.2003.

GLOBO RURAL. São Paulo: Editora Globo, v. 18, n. 210, abr. 2003.

GLOBO RURAL. São Paulo: Editora Globo, v. 18, n. 211, maio 2003.

GLOBO RURAL. São Paulo: Editora Globo, v. 18, n. 212, jun. 2003.

GLOBO RURAL. São Paulo: Editora Globo, v. 18, n. 214, ago. 2003.

GLOBO RURAL. São Paulo: Editora Globo, v. 18, n. 215, set. 2003.

GLOBO RURAL. São Paulo: Editora Globo, v. 19, n. 216, out. 2003.

GLOBO RURAL. São Paulo: Editora Globo, v. 19, n. 217, nov. 2003.

GLOBO RURAL. São Paulo: Editora Globo, v. 19, n. 219, jan. 2004.

GLOBO RURAL. São Paulo: Editora Globo, v. 19, n. 221, mar.2004.

GLOBO RURAL. São Paulo: Editora Globo, v. 19, n. 222, abr. 2004.

GLOBO RURAL. São Paulo: Editora Globo, v. 19, n. 223, maio 2004.

GLOBO RURAL. São Paulo: Editora Globo, v. 19, n. 224, jun. 2004.

GLOBO RURAL. São Paulo: Editora Globo, v. 19, n. 226, ago. 2004.

GLOBO RURAL. São Paulo: Editora Globo, v. 19, n. 227, set. 2004.

GLOBO RURAL. São Paulo: Editora Globo, v. 20, n. 228, out. 2004.

GLOBO RURAL. São Paulo: Editora Globo, v. 20, n. 229, nov. 2004.

GLOBO RURAL. São Paulo: Editora Globo, v. 20, n. 231, jan. 2005.

GLOBO RURAL. São Paulo: Editora Globo, v. 20, n. 234, abr. 2005.

GLOBO RURAL. São Paulo: Editora Globo, v. 20, n. 235, maio 2005.

GLOBO RURAL. São Paulo: Editora Globo, v. 20, n. 236, jun. 2005.

GLOBO RURAL. São Paulo: Editora Globo, v. 21, n. 243, jan. 2006.

GLOBO RURAL. São Paulo: Editora Globo, v. 21, n. 237, maio 2006.

GLOBO RURAL. São Paulo: Editora Globo, v. 22, n. 247, mar.2007.

GLOBO RURAL. São Paulo: Editora Globo, v. 22, n. 248, abr. 2007.

GLOBO RURAL. São Paulo: Editora Globo, v. 22, n. 250, jun. 2007.

GLOBO RURAL. São Paulo: Editora Globo, v. 23, n. 254, out. 2007.

GLOBO RURAL. São Paulo: Editora Globo, v. 23, n. 255, nov. 2007.

GLOBO RURAL. São Paulo: Editora Globo, v. 23, n. 258, fev. 2008.

GLOBO RURAL. São Paulo: Editora Globo, v. 23, n. 259, mar.2008.

GLOBO RURAL. São Paulo: Editora Globo, v. 23, n. 260, abr. 2008.

GLOBO RURAL. São Paulo: Editora Globo, v. 23, n. 265, set. 2008.

GLOBO RURAL. São Paulo: Editora Globo, v. 24, n. 266, out. 2008.

GLOBO RURAL. São Paulo: Editora Globo, v. 24, n. 269, jan. 2009.

GLOBO RURAL. São Paulo: Editora Globo, v. 24, n. 273, maio 2009.

GLOBO RURAL. São Paulo: Editora Globo, v. 24, n. 276, ago. 2009.

GLOBO RURAL. São Paulo: Editora Globo, v. 25, n. 278, out. 2009.

GLOBO RURAL. São Paulo: Editora Globo, v. 25 n. 282, fev. 2010.

GLOBO RURAL. São Paulo: Editora Globo, v. 25, n. 285, maio 2010.

GLOBO RURAL. São Paulo: Editora Globo, v. 25, n. 288, ago. 2010.

GLOBO RURAL. São Paulo: Editora Globo, v. 25, n. 289, set. 2010.

GLOBO RURAL. São Paulo: Editora Globo, v. 26, n. 290, out. 2010.

GLOBO RURAL. São Paulo: Editora Globo, v. 26, n. 292, dez. 2010.

GLOBO RURAL. São Paulo: Editora Globo, v. 26, n. 293, jan. 2011.

GLOBO RURAL. São Paulo: Editora Globo, v. 26, n. 294, fev. 2011.

GLOBO RURAL. São Paulo: Editora Globo, v. 26, n. 296, abr. 2011.

GLOBO RURAL. São Paulo: Editora Globo, v. 26, n. 300, ago. 2011.

GLOBO RURAL. São Paulo: Editora Globo, v. 27, n. 302, out. 2011.

GLOBO RURAL. São Paulo: Editora Globo, v. 27, n. 305 jan. 2012.

GLOBO RURAL. São Paulo: Editora Globo, v. 27, n. 307, mar. 2012.

GLOBO RURAL. São Paulo: Editora Globo, v. 27, n. 308, abr. 2012.

GLOBO RURAL. São Paulo: Editora Globo, v. 27, n. 310, jun. 2012.

GLOBO RURAL. São Paulo: Editora Globo, v. 28, n. 314, out. 2012.

GLOBO RURAL. São Paulo: Editora Globo, v. 28, n. 315, nov. 2012.

GLOBO RURAL. São Paulo: Editora Globo, v. 28, n. 317, jan. 2013.

GLOBO RURAL. São Paulo: Editora Globo, v. 28, n. 318, fev. 2013.

GLOBO RURAL. São Paulo: Editora Globo, v. 28, n. 325, set. 2013.

GLOBO RURAL. São Paulo: Editora Globo, v. 29, n. 326, out. 2013.

**APÊNDICE A – RELAÇÃO DE TEXTOS RECORTADOS DA REVISTA GLOBO RURAL (2003-2013)**

<b>Globo Rural 2003</b>		
Janeiro	1) Talento para todos (p.32)	Nota
Fevereiro	2) A tecnologia e a fome no mundo (p.90)	Artigo
Março	3) Soja de alto potencial (p.73)	Nota
Abril	4) Lavoura polêmica / Supersafra transgênica (capa+p.28-35)	Reportagem
Maio	5) Em busca do superamendoim (p.42)	Nota
	6) Precoce, barato, resistente (p.42)	Nota
Junho	7) Chumbo grosso à vista (p.10)	Nota
	8) Ilha biotécnica (p.11)	Nota
Julho	---	---
Agosto	9) Transgênico gaúcho (p.34)	Nota
Setembro	10) A volta das pesquisas (p.8)	Nota
	11) Pimenta no bolo global (p.10)	Nota
Outubro	12) Reviravolta no campo (p.52-67)	Reportagem
	13) Ordem no terreiro (p.5)	Editorial
Novembro	14) O jogo pesado dos transgênicos (capa+p.24-32)	Reportagem
Dezembro	---	---

<b>Globo Rural 2004</b>		
Janeiro	15) Alívio no pagamento (p.6)	Nota
Fevereiro	---	---
Março	16) A segunda onda (p.38-39)	Entrevista
Abril	17) A evolução da soja (p.36-37)	Entrevista
Maio	18) Barreira estrutural (p.26-27)	Entrevista
Junho	19) Avanço na fronteira (p.26-27)	Entrevista
Julho	---	---
Agosto	20) Supersafra modificada (p.6)	Nota
	21) Transgenia sem mitos (p.22-23)	Entrevista
Setembro	22) Safra nova, semente nova (p. 75)	Nota

Outubro	23) Um giro pelo Brasil	Editorial
	24) A Amazônia é nossa? / A ciência do sapo (capa+p.32-41)	Reportagem
Novembro	25) Mais uma vez (p.10)	Nota
	26) Combate aos transgênicos (p.22-23)	Entrevista
Dezembro	---	---

### Globo Rural 2005

Janeiro	27) 2005, os desafios (p.36-44)	Reportagem
Fevereiro	---	---
Março	---	---
Abril	28) Transgênicos: enfim, aprovados (capa+p.38-44)	Reportagem
Maio	29) À sombra da aspirina (p.22)	Notícia
Junho	30) A marcha dos geneticamente modificados (p.18-19)	Notícia
Julho	---	---
Agosto	---	---
Setembro	---	---
Outubro	---	---
Novembro	---	---
Dezembro	---	---

### Globo Rural 2006

Janeiro	31) Paladar mais agradável (p.20)	Notícia
Fevereiro	---	---
Março	---	---
Abril	---	---
Maio	32) Torre de Babel (p.72-74)	Reportagem
Junho	---	---
Julho	---	---
Agosto	---	---
Setembro	---	---
Outubro	---	---
Novembro	---	---
Dezembro	---	---

Globo Rural 2007		
Janeiro	---	---
Fevereiro	---	---
Março	33)A ciência está de luto (p.32)	Notícia
Abril	34)A marcha dos transgênicos (p.6)	Nota
	35)À luz da biotecnologia (p.60-67)	Reportagem
Maio	---	---
Junho	36)Enfim, o milho trans! (p.32-34)	Reportagem
Julho	---	---
Agosto	---	---
Setembro	---	---
Outubro	37)O transgênico é nosso (p.18)	Nota
Novembro	38)Grão inoxidável (p.16)	Nota
Dezembro	---	---

Globo Rural 2008		
Janeiro	---	---
Fevereiro	39)Fungo quase domado (p.18)	Nota
	40)Sinal verde (p.32-33)	Notícia
Março	41)Sementes precoces	Nota
	42)A era do milho (p.60-67)	Reportagem
Maio	---	---
Junho	---	---
Julho	---	---
Agosto	---	---
Setembro	43)Lavouras ardentes (p.14-15)	Notícia
Outubro	44)Aprovação festejada (p.94)	Notícia
Novembro	---	---
Dezembro	---	---

Globo Rural 2009		
Janeiro	45)A Monsanto sob a lupa (p.20)	Nota
Fevereiro	---	---
Março	---	---
Abril	---	---
Maio	46)Grão perfeito (p.44-45)	Notícia
Junho	---	---

Julho	---	---
Agosto	47) Erva daninha desafia cultivo transgênico (p.72-73)	Notícia
Setembro	---	---
Outubro	48) Mais produção com menos insumos (p.74)	Notícia
Novembro	---	---
Dezembro	---	---

Globo Rural 2010		
Janeiro	---	---
Fevereiro	49) Grãos e plumas (p.32-36)	Reportagem
Março	---	---
Abril	---	---
Maio	50) O avanço dos transgênicos (p.42-47)	Reportagem
Junho	---	---
Julho	---	---
Agosto	51) Novos cultivares (p.64)	Nota
Setembro	52) Inimigo à altura (p.23)	Nota
Outubro	53) China a caminho da modernidade (p.68-75)	Reportagem
Novembro	---	---
Dezembro	54) Retorno às origens (p.25)	Nota

Globo Rural 2011		
Janeiro	55) Brasil vai plantar feijão transgênico (p.74)	Nota
Fevereiro	56) Manjerição gourmet (p.75)	Nota
Março	---	---
Abril	57) Plantios econômicos (p.20)	Nota
Maio	58) Campo limpo para o arroz (p.46-51)	Reportagem
Junho	---	---
Julho	---	---
Agosto	59) BASF avança nos transgênicos (p.72)	Nota
Setembro	60) Dublê de feijão (p.18-19)	Notícia
	---	---



	61)Novidades na salada (p.22)	Nota
Outubro	62)Feijão na mesa (p.24)	Nota
	63)Reforço em biotecnologia	Notícia
Novembro	---	---
Dezembro	---	---

Globo Rural 2012		
Janeiro	64)Variedades resistentes (p.21)	Nota
Fevereiro	---	---
Março	65)Pacote sob suspeita (p.12-14)	Entrevista
	66)Cultivares convencionais (p.24)	Nota
Abril	67)Do Brasil para o mundo (p.72)	Notícia
	68)Brasil na mira da DuPont (p.75)	Nota
Maio	---	---
	69)Especiaria com vida longa (p.22)	Nota
Junho	70)Vermelhinho enxuto (p.17-19)	Notícia
Julho	---	---
Agosto	---	---
Setembro	---	---
Outubro	71)Meio-oeste em chamas (p.38-41)	Reportagem
Novembro	72)“A gente reage mais do que planeja” (p.12-14)	Entrevista
Dezembro	---	---

Globo Rural 2013		
Janeiro	73) Fábrica de plantas	Nota
Fevereiro	74)Lá e cá (p.24)	Nota
Março	---	---
Abril	---	---
Maio	---	---
Junho	---	---
Julho	---	---
Agosto	---	---
Setembro	75) Um futuro sustentável (p. 38)	Artigo

	76) Cebolas para todos (p.68)	Nota
Outubro	77) Neste verão, veremos... (p.80)	Artigo
Novembro	---	---
Dezembro	---	---

**APÊNDICE B – RELAÇÃO DE SEQUÊNCIAS DISCURSIVAS (SD) DA REVISTA GLOBO RURAL (2003-2013)**

Texto	Sequências Discursivas
T1	<p>SD1 – Pela primeira vez, os estados do Mato Grosso, Goiás, Tocantins, Rondônia, Maranhão, Piauí, Minas Gerais e Amazonas, irão colher na safra de verão 2002/2003 uma <b>nova variedade</b> de arroz batizada de <b>talento</b>.</p> <p>SD2 – No entanto, outras <b>melhorias foram conquistadas</b> como a <b>maior produtividade</b>, de 5% a 10%, em relação às variedades primavera e maravilha, também lançadas pela empresa.</p>
T2	<p>SD3 – Inúmeros participantes levantaram <b>questão provocativa e fundamental: afinal quem deve ser o usuário final e o beneficiário da tecnologia?</b> O problema é pertinente, pois, desde a década de 1970, a maioria dos governos reduziu substancialmente os recursos para custear pesquisas em agriculturas <b>cujos benefícios estejam ao alcance de todos</b>.</p> <p>SD4 – O resultado é que os avanços cada vez se concentram mais em <b>empresas como a Monsanto e outras, criando dependência crescente e dispendiosa dos agricultores em relação a cultivares, sementes, pesticidas</b>. A proliferação dos GMOs, o <b>patenteamento de organismos vivos, só agravarão as dificuldades</b>.</p> <p>SD5- Até que ponto, porém, as pesquisas da Embrapa contribuíram <b>para atenuar a concentração de riqueza e renda no campo</b>, para criar, ao lado das indispensáveis culturas de exportação como a soja, métodos aperfeiçoados para a <b>pequena agricultura familiar?</b></p> <p>SD6 – No fundo, trata-se de jamais esquecer que <b>a ciência e a tecnologia não são, moral ou socialmente, neutras</b>.</p>
T3	<p>SD7 – A 7.321 tem <b>alto potencial de produtividade, é resistente</b> ao acamamento e recomendada para regiões altas.</p>
T4	<p>SD8 – Mas como a transgênica carrega o <b>gene de uma bactéria resistente ao glifosato, torna-se imune</b>. Assim, ao aplicar-se o produto na plantação, <b>todas as ervas daninhas são dizimadas</b>, restando a soja. O custo com herbicidas pode cair até 50%, atestam produtores. <b>A tecnologia do gene resistente ao glifosato pertence à empresa americana</b></p>

	<p><b>Monsanto.</b></p> <p>SD9 – Mesmo em assentamentos do MST – Movimento de Trabalhadores Sem Terra, que sempre se posicionaram contra, plantou-se a <b>soja proibida</b>.</p> <p>SD10– Enquanto o Brasil não se define, corre o risco de <b>ficar para trás na corrida biotecnológica</b>.</p> <p>SD11– <b>Quem define que semente será plantada, se tradicional ou transgênica, em última análise é o agricultor.</b> As grandes empresas detentoras de patentes de genes têm acordo de licenciamento, através dos quais outras empresas podem desenvolver sementes.</p> <p>SD12– <b>Detentores das patentes do transgênicos ficam sozinhos em determinado mercado, fazendo dos produtores reféns:</b> Contratos nos EUA estariam forçando agricultores a usar semente e herbicida fornecidos pela mesma empresa.</p> <p>SD13 – <b>O impacto ambiental é reduzido</b>, pois as plantas transgênicas demandam menos herbicidas e pesticidas.</p> <p>SD14 – Transgênicos podem se espalhar e <b>destruir a biodiversidade</b>.</p>
T5	SD15 – A <b>resistência</b> do amendoim silvestre somada à <b>alta produtividade</b> do grão comercial.
T6	SD16 – <b>Pode ser colhido 20 dias antes</b> das outras variedades convencionais, e o <b>preço será mais acessível</b> , promete Eduardo Sawazaki, pesquisador do Centro de Grãos e Fibras do Instituto. <p>SD17 – <b>O híbrido tem alta resistência a doenças e boa digestibilidade</b>, podendo ser utilizado em silagem.</p>
T7	SD18 – A soja transgênica plantada ilegalmente no Brasil e assumida pelo governo vai dar munição para a briga. A Monsanto, <b>dona da patente</b> , e o governo dos EUA vão querer <b>cobrar a conta</b> . Não querem admitir que <b>os principais concorrentes do país utilizem tecnologia americana, disputem com eles e não paguem nada por isso</b> .
T8	SD19 – Havana espera selecionar até 2004 uma <b>planta resistente a lagartas e patenteá-la</b> .

	SD20 – O tabaco, matéria-prima dos famosos charutos, é <b>intocável</b> . “É <b>produto tradicional</b> . Os clientes não aceitariam fumo geneticamente modificado”, diz Ricardo Leonard, chefe do Centro.
T9	SD21 – Trata-se de <b>um transgênico que não pode ser comercializado</b> no Brasil, mas pode ser <b>pesquisado</b> .  SD22 – O Irga vai realizar cruzamentos naturais do golden rice com variedades gaúchas, e <b>pretende obter sementes em escala comercial</b> em quatro ou cinco anos.
T10	SD23 – <b>Enquanto não sai a lei que libera o plantio de transgênicos</b> no país, o governo ao menos autorizou as pesquisas de campo com sementes geneticamente modificadas.  SD24 – A Embrapa já pesquisa transgênicos há tempos, inclusive a soja, <b>com tecnologia da empresa norte-americana Monsanto</b> .
T11	SD25 – O que está em jogo não é, obviamente, apenas a <b>saúde pública</b> .
T12	SD26 – O fator que melhor explica a expansão nos últimos anos, da soja, do milho, do algodão, da cana-de-açúcar, das carnes ou da laranja, é uma <b>revolução tecnológica e gerencial sem precedentes no campo</b> .  SD27 – A <b>Monsanto quer cobrar os royalties das sementes</b> multiplicadas nas propriedades. Os agricultores protestam alegando que a multinacional não fiscalizou o produto na Argentina, <b>facilitando o contrabando</b> , e agora <b>quer cobrar direitos sobre uma ilegalidade</b> .  SD28 – O <b>custo ambiental</b> , no entanto, foi <b>alto</b> . Os agricultores têm procurado manter faixas de mata e preservar mananciais, em contraponto ao rolo-compressor do passado, quando o nível de conscientização ecológica era baixo e <b>a floresta parecia inesgotável, mas ainda é pouco</b> .  SD29 – É tempo suficiente para a população local mostrar que é possível <b>conciliar desenvolvimento econômico e preservação ambiental</b> .
T13	SD30 – A situação mal resolvida da soja fragiliza o principal pilar do agronegócio brasileiro. O problema maior pode estar no impasse em <b>desenvolver tecnologias próprias</b> , adequadas às <b>necessidades e ambições do país</b> e, assim, <b>ficar para trás na corrida biotecnológica</b> .

T14	<p>SD31 – <b>É possível ser contra ou a favor dos transgênicos usando argumentos respeitáveis.</b> O que não se pode é manter a situação caótica em que o Brasil mergulhou depois da proibição, em 1998, do cultivo da soja Roundup Ready (RR), da multinacional Monsanto.</p> <p>SD32 – Mas <b>ninguém duvida que a manipulação genética de espécies vegetais vai aumentar a produtividade agrícola, promover o uso mais eficiente do solo, reduzir custos e definir novos mercados</b>, tanto para grandes quanto para pequenos agricultores.</p> <p>SD33 – <b>Ambientalistas</b> argumentam que as espécies transgênicas podem criar pragas ultra-resistentes, aniquilar espécies selvagens e <b>deixar os agricultores à mercê de multinacionais que faturam alto à custa de royalties da venda de sementes.</b> Os pesquisadores dizem que o medo não deve servir de desculpa para deter a ciência.</p> <p>SD34 – O impasse gerou efeitos colaterais perigosos. Um deles é a <b>vulnerabilidade da indústria nacional de sementes.</b></p> <p>SD35 – No caso da soja RR, a realidade não corresponde nem ao cenário apocalíptico proposto pelos ambientalistas nem ao éden descrito por alguns produtores.</p> <p>SD36 – Os produtores temem que a Monsanto cobre o que bem entender a título de royalties. Ninguém duvida que <b>os agricultores terão que pagar, sim, para usar o grão modificado</b></p> <p>SD37 – <b>“Temos direito a cobrar pela propriedade intelectual e faremos isso de um modo razoável”</b>, diz Carramate, da Monsanto.</p>
T15	SD 38 - Os produtos permanecem como responsáveis pela indenização ou reparação integral por danos ao meio ambiente e a terceiros.
T16	<p>SD 39 – Acredita que a adoção da técnica tinha um propósito: um mundo dotado de mais alimento não sofreria com a fome</p> <p>SD 40 – Numa recente viagem ao Brasil, ele explicou por que o futuro está nas mãos das novas tecnologias – é fervoroso defensor dos transgênicos – se surpreendeu com a evolução da agricultura nacional e arriscou uma previsão:</p>

	<p>“O Brasil será a potência agrícola do século 21”.</p> <p>SD 41 – Foi a Revolução Verde que não gera sofrimento aos povos, pois se preocupou com a produção de alimentos.</p> <p>SD 42 – O Brasil, por exemplo, pode dar uma importante contribuição ao oferecer técnicas que desenvolveu para o cultivo de grãos em áreas tidas como inférteis no passado, como o Cerrado.</p> <p>SD 43 – Como produzir mais alimentos se não há mais fronteiras agrícolas? Através do implemento de tecnologias.</p> <p>SD 44 – É necessário acompanhar as mudanças do tempo.</p> <p>SD 45 – Quem é contra os produtos transgênicos usa argumentos cegos e coloca o sentimento à frente da razão.</p> <p>SD 46 – Não existem razões científicas para que se cerceie a pesquisa no país, a produção e a comercialização de transgênicos. A não ser que se queira condenar o país a marchar para trás enquanto outros avançam.</p>
T17	SD 47 - Hoje há variedades transgênicas que possuem o gene de uma bactéria produtora de toxinas que matam a a lagarta.
T18	<p>SD 48 – O Brasil é o único país em condições de expandir a área com alta produtividade. Estamos saindo de uma agricultura mais tradicional para um modelo bastante empresarial.</p> <p>SD 49 – Além disso já sofremos o impacto da entrada dos transgênicos no sul do país. Na companhia entendemos isso como uma nova tecnologia, e temos área para isso.</p>
T19	<p>SD 50 – Se tirássemos a questão ambiental, poderíamos produzir 150 milhões de toneladas em cerca de 30 milhões de hectares, preservando o pantanal, a floresta amazônica e as reservas indígenas.</p> <p>SD 51 – Não se deve posicionar contra a ciência, não dá para misturar ideologia e entendo que o mercado é soberano. Se a população do mundo que precisa da soja achar que não quer comer transgênico vai ter que pagar uma diferença, porque o custo para se produzir a soja não transgênica é maior.</p> <p>SD52 – Quem incentiva esse negócio não é o governo, é o</p>

	mercado.
T20	<p>SD 53 – Um em cada três pés de soja plantados no país a partir do mês que vem será transgênico.</p> <p>SD 54 – Os produtores querem os transgênicos porque são mais econômicos.</p>
T21	<p>SD 55 – Foram derrubadas posturas muitas vezes de ordem político-ideológica e associadas a imbróglis judiciais.</p> <p>SD 56 – Nós estamos atrasados em termos de comercialização de produtos ligados ao agronegócio.</p> <p>SD 57 – Essa tecnologia, na verdade, vai reduzir esses impactos através da diminuição na utilização de inseticidas e fungicidas.</p>
T22	<p>SD 58 - O milho BRS 1030 promete resistência às principais doenças foliares, ao acamamento, à quebra do colmo e oferece estabilidade de produção.</p> <p>SD 59 – Mas seu cultivo é muito voltado para os agricultores altamente tecnificados.</p>
T23	SD 60 – Neste universo, os conhecimentos ancestrais de índios e caboclos servem de norte à pesquisa. O uso que fazem de determinadas substâncias indica as aplicações que elas podem ter para as indústrias de remédios e cosméticos.
T24	<p>SD 61 – Defendeu na ONU o atrelamento dos direitos de propriedade intelectual a uma agenda de desenvolvimento e propôs um pacote de mudanças para aperfeiçoar a legislação sobre patentes na assembleia anual da Ompi – Organização Mundial de Propriedade Intelectual, realizada no mês passado, Em Genebra, na Suíça. Os katukina , porém, não ganharam nada,</p> <p>SD 62 – A Amazonlink, Organização Não Governamental sediada na capital acreana, relacionou dez pedidos de registro de patente com as palavras <i>Phylomedusa bicolor</i> , deltrofin ou dermofim no título ou na descrição à Ompi, revela o presidente da ONG, Michael Schmidlehner, referindo-se a duas substâncias até então desconhecidas – deltorfina e demorfina – isoladas da secreção cutânea do sapo.</p> <p>SD 63 – Há dois meses, pajés de vários países da América do Sul reuniram-se em Brasília para discutir a implantação de um sistema próprio de reconhecimento e distribuição dos dividendos sobre o conhecimento tradicional, sob</p>



	<p>coordenação do Inbrapi – Instituto Indígena Brasileiro para Propriedade Intelectual, recém-criado.</p>
T25	<p>SD 64 – Como muitos agricultores já haviam iniciado o plantio, não houve opção porque do contrário eles estariam em situação ilegal.</p> <p>SD 65 – Uma pesquisa com os agricultores indica que a maioria considera que os possíveis riscos à saúde humana desses produtos ainda não são totalmente conhecidos.</p>
T26	<p>SD 66 – É um mau negócio</p> <p>SD 67 – Se amanhã ou depois quiserem diminuir nossa produção que será igual à deles porque é transgênica, basta que aumentem o preço do “royalte” e diminuam a semente no mercado. Então passam a ter o controle da produção brasileira</p> <p>SD 68 – Este ano a Monsanto passou a cobrar 1,25 real o royaltie por saca. Supondo que a saca seja comercializada a 14 reais, 1,25 representa quase 10%. Em uma pesquisa que foi feita pelo governo do Canadá, os agricultores chegaram à conclusão de que estão gastando o mesmo de herbicida da cultura tradicional e da transgênica. A erva daninha vai adquirindo resistência ao glifosato.</p> <p>SD 69 – O Paraná pesquisa. Eu tenho o princípio da precaução Sou a favor da pesquisa. Sou contra a agricultura extensiva com transgenia, que é um atrelamento total às grandes corporações internacionais,</p> <p>SD 70 – Eu não posso misturar a soja porque eu tenho um silo só. Se eu colocar soja transgênica, a Monsanto vai considerar toda a soja Paranaguá transgênica e cobrar “royaltes” no porto de desembarque.</p>
T27	<p>SD 71 - “Já que é uma tecnologia que representa redução de custos”. Para ele, o único entrave é que os cientistas comprovem a ausência de riscos ao meio ambiente, ou a saúde humana ou dos animais.</p>
T28	<p>SD 72 – Entre as vantagens da liberação, Rodrigues informa que permite a redução do custo de produção, o que dá mais competitividade ao produto brasileiro no exterior; no futuro poderá permitir alimentos mais baratos para a população; viabilizará o aumento da produtividade nas lavouras; e finalmente a produção de alimentos com genes de melhor qualidade nutricional, com mais vitaminas.</p>

	<p>SD 73 – Para o técnico, a preocupação é que as empresas parem de produzir sementes convencionais porque para elas fica muito cômodo receber royalties. “Plantar OGMs pode ser uma alternativa hoje, mas uma obrigação amanhã”, afirma.</p> <p>SD 74 – A oposição não se resume a consumidores cautelosos e ambientalistas. Há uma veia ideológica que prega que as multinacionais, como a Monsanto, só teriam interesse em continuar produzindo transgênicos devido ao recebimento de royalties, deixando o agricultor sem opção na hora de plantar e a população sem alternativas.</p> <p>SD 75 – Embora a patente brasileira tenha expirado nos anos 80, apenas a Monsanto e a brasileira Nortox fabricam a matéria-prima do glifosato no país. As importações são quase nulas porque há alguns anos elas foram sobretaxadas a pedido da multinacional norte-americana</p> <p>SD 76 – Os oponentes aos transgênicos dizem que a dependência de produtos como os OGMs e o glifosato afetariam a “soberania agrícola” do país.</p> <p>SD 77 – Pengue acredita que, no longo prazo, o custo de produção dos transgênicos possa até mesmo superar o da soja convencional. “ Tudo depende da evolução dos royalties pagos à desenvolvedora da tecnologia, do preço do glifosato e o surgimento de novas superervas”.</p>
T29	SD 78 – Outro objetivo traçado pela empresa é colocar sementes transgênicas no mercado brasileiro a partir de 2007.
T30	SD 79 - O argumento dos defensores está baseado na redução de custos de produção que se poderia ter, o que facilitaria a vida dos pequenos. Mas, nem todos pensam assim. Ventura Barbeiro do Greenpeace, acredita que há forte pressão das agroindústrias que propagam que os OGMs seriam mais competitivos apenas porque isso interessa aos agricultores.
T31	SD 80 – A verdade é que a aceitação dos derivados do grão nunca foi total por parte dos consumidores, mas uma nova variedade desenvolvida pela Embrapa promete colaborar para reverter o quadro: a BRS 267
T32	SD 81 – As sementes estarão disponíveis na próxima safra SD 82 – Adotado em 2000 pelos membros da Convenção sobre a Diversidade Biológica, o tratado busca um comércio

	<p>internacional de transgênicos mais transparente, através de medida de segurança de acordo com as necessidades de consumidores, indústrias e, em particular, do meio ambiente</p> <p>SD 83 – O CIB – Conselho de Informações sobre Biotecnologia , uma organização não governamental que representa empresas do setor como a Monsanto, sai em defesa do Mapa e argumenta que a rotulagem faria o Brasil se retrair no comércio internacional.</p> <p>SD 83 – Por sinal, o país foi um dos primeiros a se entusiasmar com a tecnologia que promete maior produtividade e tolerância aos herbicidas com a soja roundup ready e aos insetos como o milho Bt, produtos da Monsanto</p> <p>SD 84 – O país tem razões de sobra para adotar a cautela no seu plano agrícola, já que integra a lista dos 17 países com a biodiversidade mais rica do mundo. “ É um patrimônio que não pode ser colocado em risco”, argumenta ao exemplificar o perigo dos cruzamentos dos OGMs com lavouras tradicionais e plantas silvestres.</p>
T33	<p>SD 85 – Nos últimos anos o uso de sementes piratas só cresce. O índice de utilização de sementes certificadas de soja, que historicamente era de 85% da área cultivada, caiu para 65% na safra passada. Grosso modo significa que o setor deixou de faturar o equivalente a 400 milhões de reais. Ao usar sementes piratas, o produtor não paga royalties. “Se os royalties não retornam a pesquisa, não há como manter investimentos em melhoramentos” diz Ivo Carraro, vice-presidente da Abrasem – Associação Brasileira de Sementes e Mudas.</p>
T34	<p>SD 86 – O conhecimento gerado em laboratórios da iniciativa privada e de órgãos vinculados ao governo, como a Embrapa tem feito o Brasil avançar em conquistas com os nossos produtos agropecuários. Mas ainda há barreiras de ordem burocrática, assim como ambiental</p>
T35	<p>SD 87 – A estimativa é de que o mercado mundial de biotecnologia gire em torno de 50 bilhões de dólares</p> <p>SD 88 – Cada vez mais a relação entre indústrias e profissionais de laboratório se fortalece. Do lado do governo, a Política Nacional de Biotecnologia, instituída em fevereiro, prevê investimentos de dez bilhões de reais nos próximos dez anos. É um passo importante para um país que investe apenas 1% de seu PIB em ciência e tecnologia.</p>

	<p>SD 89 – Este anseio e a percepção de ciência e indústria podem ser aliados, e não competidores, eram novidades por aqui.</p> <p>SD 90 – Grandes indústrias da área de tecnologia agrícola, como a Basf e Bayer, já procuraram a Alellyx em busca de parcerias. Potencial a empresa já provou que tem: possui mais de dez patentes, em diferentes fases de aprovação.</p>
T36	<p>SD 91 – A comunidade científica, de forma geral, costuma ressaltar os benefícios do meio ambiente em razão do menor uso de agrotóxicos e a economia com óleo diesel na aplicação dos defensivos. Mas há aqueles que externam uma grande preocupação com o possível desaparecimento de algumas plantas nativas em razão do cruzamento com produtos transgênicos.</p> <p>SD 92 – Trata-se do milho da Monsanto, resistente ao glifosato e a dois tipos de pragas.</p> <p>SD 93 – Ainda não se sabe qual será a política da Bayer Cropscience para a cobrança de royalties sobre o seu milho. Mas uma coisa é certa: ao contrário da soja, não vale a pena piratear suas sementes, pois em razão de se tratar de um híbrido, sua produtividade será bem menor.</p> <p>SD 94 – As duas últimas acabam de fechar um acordo de parceria tecnológica com a Monsanto, por meio do qual poderão usar as tecnologias dos genes RR e Bt (com resistência a insetos) em variedades transgênicas de cana-de-açúcar. Em troca, a Monsanto poderá utilizar genes desenvolvidos pelas duas empresas</p>
T37	<p>SD 95 – Depois de 12 anos, a Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia, em parceria com a alemã Basf, concluiu o desenvolvimento e a fase de testes a campo da primeira soja transgênica genuinamente brasileira.</p> <p>SD 96 – A multinacional testará o novo grão resistente ao glifosato e à lagarta-da-soja, unindo tecnologia RR à Bt.</p>
T38	SD 97 – A nova planta está em fase de registro.
T39	SD 98 – Primeira variedade de soja resistente ao fungo causador da ferrugem asiática.
	SD 99 – A nova cultivar promete ampliar a resistência da planta ao ataque do fungo, mas está longe de acabar de vez com a doença

	SD 100 – O pesquisador explica que se trata da primeira geração de sementes que contará com um gene de resistência ao fungo
T40	<p>SD 101 – A libertylink da Bayer e a MON810, da Monsanto.</p> <p>SD 102 – Na avaliação de José Américo Pierre Rodrigues, superintendente executivo da Abrasem – Associação Brasileira de Sementes e Mudanças, a aprovação propiciará aos produtores brasileiros o acesso a novas tecnologias, que em muito contribuirão para o aumento da competitividade dos agricultores brasileiros.</p> <p>SD 103 – Considerado o último berço da não transgenia no mundo (entre os grandes produtores de grãos), o Brasil recebe um bônus por isso.</p>
T41	SD 104 – As novas sementes são o resultado de dez anos de investimentos em tecnologia e pesquisa e refletem a aposta da Syngenta no mercado de soja.
T42	<p>SD 105 – Avesso à transgenia, Alcides é do tempo que se limpava o mato das lavouras no cabo da enxada. “Trabalhei por mais de dez anos só com bóia-fria e antes de colher o milho eu colocava a turma para tirar o mato e queimar”, lembra. “Minhas terras são limpas, eu não preciso de transgênico. Acho que do jeito que nós estamos é melhor. Há até um bônus de 20 dólares por tonelada (cerca de 36 reais) para o milho convencional. Isso é um sinal de que o alimento é mais saudável”, afirma.</p> <p>SD 106 – Em fevereiro deste ano, duas variedades de milho geneticamente modificadas foram liberadas para cultivo no Brasil: a libertylink, da Bayer e a Mon810, da Monsanto. A expectativa dos produtores é que cultivares aprovadas proporcionem redução do uso de inseticidas.</p> <p>SD 107 – Ele sabe que em contrapartida à redução de custos, haverá o pagamento de royalties (taxa paga pelo franqueado pelo uso da semente) para as empresas que desenvolveram os híbridos. “Mas o preço compensa”, diz.</p>
T43	SD 108 – Porém, Eduardo Assad não vê outra alternativa a longo prazo a não ser a criação de plantas transgênicas que façam frente ao estresse climático.
T44	SD 109 – Aprovação Festejada. Para a comunidade científica, segundo a presidente da ANBIO – Associação Nacional de Biossegurança e do Grupo Internacional de Biossegurança, Leila Oda, pesquisadora da Fiocruz, é “um

	alívio ver que finalmente CTNBio começaram a transcorrer de forma pacífica e o que tem prevalecido são o debate técnico de qualidade e as decisões científicas, como sempre deveria ter sido”.
T45	SD 110 – Durante a visita da autora ao Brasil para o lançamento do livro, a Monsanto divulgou um pronunciamento em que afirma que as obras da francesa têm a intenção de denegrir a imagem da empresa, confundir o público e desacreditar os benefícios da biotecnologia.
T46	SD 111 – Dessa maneira, conseguiu lançar 13 cultivares, cuja colheita chega a 1,8 tonelada por hectare. A mais famosa dela é a BRS-Guariba, que se transformou, ao mesmo tempo, em fonte de proteína para comunidades indígenas do Mato Grosso e lavoura de importância nas propriedades.
T47	SD 112 – Desta vez, porém, o que está em jogo não é a reputação de um simples herbicida, mas de uma tecnologia de ponta, que consumiu anos de pesquisa e milhões de dólares.
T48	SD 113 – Na soja, além da nova geração da semente RR e de plantas que suportam o ataque de nematoides, a empresa trabalha com uma variedade transgênica resistente a um novo herbicida, cujo o princípio ativo é o dicamba.
T49	SD 114 – Mas nem tudo está perdido. Silva acredita que em 2010 os produtores vão poder avançar, estruturando-se para romper as barreiras impostas pelo que ele denomina “monopólios”. “Queremos quebrar o monopólio dos fertilizantes, dos transgênicos, de alguns defensivos. Precisamos quebrar o monopólio da logística, porque para muitos não interessa investir nesse setor já que o retorno é de longo prazo”.
T50	SD 115 – Documentos recentemente publicados atestam que os transgênicos são, de fato, tão bons para o bolso do produtor quando para o meio ambiente.
T51	SD 116 – A gaúcha Isla Sementes está aumentando a família de abobrinhas que produz ao lança dois novos cultivares, a abobrinha híbrida gioconda e a abobrinha híbrida paloma. A empresa, fundada na década de 50, informa que as novidades possuem alta resistência a doenças.
T52	SD 117 – Após 20 anos de pesquisas, a Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia (Cenargem), em Brasília, está prestes a colocar no mercado a primeira espécie transgênica do mundo resistente à doença.
T53	SD 118 – Para lançar no mercado um novo cultivar, os pesquisadores precisam alcançar de 5% a 10% mais rendimento no campo comparado ao desempenho anterior.

	<p>SD 119 – Na China, pesquisas com plantas geneticamente modificadas são encabeçadas por instituições estatais. Consequência dessa política foi a emissão pelo país, em novembro de 2009, de certificados de biossegurança para o arroz Bt, resistente a insetos e o milho com fitase, que promete melhorar a digestão de fósforo pelos animais, elevando seu crescimento e diminuindo a porção do mineral poluente em seus objetos.</p>
T54	<p>SD 120 – Há algum tempo os sojicultores de Mato Grosso tem reclamado das dificuldades de comprar sementes convencionais. Afinal, as lavouras transgênicas já ocupam 60% da área no estado.</p>
T55	<p>SD 121 – A iniciativa é resultado de mais de 10 anos de pesquisa da Embrapa e marca um feito inédito no país: são as primeiras plantas transgênicas totalmente produzidas por uma instituição pública</p>
T56	<p>SD 122 – A empresa Isla está ampliando sua linha de manjericões com duas novas cultivares: O Manjericão Limoncino e o Manjericão Grecco a Palla.</p> <p>SD 123 – A Isla é reconhecida como uma das maiores empresas da América Latina na área de produção e comercialização de sementes de hortaliças, flores, temperos e ervas medicinais.</p>
T57	<p>SD 124 – A nova projeção, que revela resultados superiores, leva em consideração o aumento da taxa de adesão ao uso da tecnologia pelo agricultor.</p>
T58	<p>SD 125 – Na safra 2011/2012, a estatal colocará no mercado a BRS Sinuelo CL, variedade tolerante a um herbicida que elimina apenas o arroz vermelho. A cultivar é fruto de uma parceria entre Embrapa e Basf, empresa detentora do gene que confere resistência à Sinuelo.</p>
T59	<p>SD 126 – Segundo ele, a América Latina, especialmente Brasil e Argentina, tem grande potencial para suprir a demanda mundial por alimentos e, nesse contexto, a biotecnologia vegetal é uma das ferramentas que trarão avanços tecnológicos para que o agricultor produza mais.</p> <p>SD 127 – Em parceria com a Empresa Brasileira de Pesquisa em Agropecuária (Embrapa), a multinacional desenvolveu o sistema de produção cultivance, marca que engloba a primeira soja transgênica brasileira e um herbicida para controle de plantas daninhas, que deve ser comercializado a partir da safra 2012/2013.</p>
T60	<p>SD 128 – A nova cultivar denominada BRSMG 800A, foi</p>

	<p>obtida por melhoramento clássico: ao longo de cinco anos estudiosos selecionaram variedades que apresentavam grãos marrons e foram aperfeiçoando essas plantas até que adquirissem características agronômicas.</p> <p>SD129 – Atualmente quatro produtores de sementes ligados à Fundação Triângulo investem em soja marrom. E são esses licenciados que, além de multiplicar as sementes, cuidarão de beneficiar e levar o produto às prateleiras, em pacotes de um quilo.</p>
T61	<p>SD 130 – A Embrapa Hortaliças prepara o lançamento de novas variedades de tomates que estarão disponíveis aos agricultores no ano que vem. Duas delas, Kiara e Nagai, têm firmeza média, produtividade alta e crescimento rápido, sendo que esta última apresenta frutos mais alongados e resistência a uma doença virótica conhecida como vira-cabeça. Há também a Iracema, do tipo cereja, com maior teor de açúcar e resistência a nematoides.</p>
T62	<p>SD 131 – A nova semente será vendida por valor próximo ao da convencional, já que foi criada por uma empresa pública e não haverá cobrança de royalties.</p>
T63	<p>SD 132 – Segundo a executiva, para elevar a produção mundial, será preciso promover uma segunda revolução verde.</p> <p>SD 133 – “Agora focaremos em soluções para tirar vantagens dessa interface entre os químicos e a biotecnologia”.</p>
T64	<p>SD 134 – O Centro de Tecnologia Canavieira (CTC) lançou em dezembro duas novas variedades de cana-de-açúcar, a CTC23 e CTC24.</p> <p>SD 135 – Segundo o pesquisador, além do não florescimento, a CTC23 e a CTC24 tem biomassa exuberante, apresentaram alto teor de sacarose em início e fim de safra e são mais tolerantes à seca.</p>
T65	<p>SD 136 – Para ele, muitos erros poderiam ter sido evitados se as empresas fossem mais responsáveis e não pensassem somente em metas.</p> <p>SD 137 – “Hoje em dia, o produtor rural não tem a liberdade de escolha que deveria ter”.</p> <p>SD 138 – “Eles (os produtores) pensam assim: encontrei todas as soluções para os meus problemas! Mas o que eles não sabem é que essa solução se transformará em um grande</p>



	<p>problema daqui a alguns anos. É uma falsa solução. Pacote tecnológico não faz milagre”.</p> <p>SD 139 – [Globo Rural] Quais são esses problemas que vêm com os pacotes? [Miranda] A falta de sustentabilidade das lavouras em médio e longo prazo.</p> <p>SD 140 - “Repito: nós temos a obrigação de combater a monocultura, o monocultivo. Nós temos que funcionar como provedores de tecnologia e de informações corretas”.</p>
T66	SD 141 – Elas estarão no mercado para produtores de sementes na próxima safra.
T67	<p>SD 142 – Em março, foi realizada, em Goiânia, a colheita de uma nova linhagem de soja transgênica desenvolvida exclusivamente no Brasil.</p> <p>SD 143 – A Monsanto, que desenvolveu a Intacta, selecionou outros 500 sojicultores de Goiás, Mato Grosso, Rio Grande do Sul e Paraná para testar a nova semente.</p> <p>SD 144 – O diferencial da Intacta é o potencial produtivo maior.</p>
T68	SD 145 – O país faz parte das escolhas estratégicas da companhia, sobretudo no agronegócio, no qual atua com sementes, insumos e energias renováveis.
T69	SD 146 – A nova planta foi criada a partir de enxertos de dois tipos de manjeriço e pode ser cultivada como bonsai – perfeito para quem mora nas cidades e gosta de cultivar em casa suas próprias ervas e especiarias.
T70	<p>SD 147 – A nova variedade que começou a testar há dois anos, mas que só agora está pronta para chegar aos supermercados brasileiros, não faz nem sequer uma sujeira. O tomate intense, como é chamado o produto desenvolvido pela Nunhems (unidade de sementes de hortaliças da CropScience), tem como principal característica a menor quantidade de água: cerca de 70% menos em relação às cultivares tradicionais</p> <p>SD 148 – Contato feito, investimento – não divulgado pelas empresas – iniciado, restava trabalhar duro para validar a adaptação da planta nas condições de clima e solo do Brasil.</p> <p>SD 149 – Tanto ganho assim tem preço.”O Investimento para produzir o tomate Intense é 80% maior do que para cultivar o convencional”, diz Edson Trebeschi, sem</p>

	<p>mencionar valores.</p> <p>SD 150 – A empresa de sementes pede, entre os requisitos para produzir o material, que o agricultor já trabalhe com varejo, busque sempre melhorias e seja inovador.</p>
T71	<p>SD 151 – Em colaboração com a Basf, a Monsanto trabalha com a primeira e a segunda gerações de milho tolerante à seca.</p> <p>SD 152 – Hoje estão sendo desenvolvidas em Chesterfield plantas tolerantes ao estresse hídrico, além de soja e milho com menor teor de gordura saturada e enriquecidas com ômega 3.</p> <p>SD 153 – Na safra 2012, a empresa convidou 500 produtores brasileiros em dez Estados para plantar a Intacta e a ideia era ampliar o número de convidados nessa safra, mas a Monsanto decidiu adiar esse plano após ser advertida publicamente pela Aprosoja (Associação dos Produtores de Soja do Mato Grosso) e pela Abiove (Associação das Indústrias de Óleos e Vegetais).</p>
T72	<p>SD 154 – O grande objetivo é que a Embrapa esteja em contato com a fronteira do conhecimento na área de ciência e tecnologia para a agricultura. O conhecimento que aparece nos jornais e nas revistas científicas é um conhecimento do passado.</p> <p>SD 155 – Entrou o setor público desenvolvendo tecnologias de base, removendo as grandes limitações e abrindo caminho para o investimento privado. Nós tivemos um fator adicional importante que foi a aprovação da Lei de Patentes, no final dos anos 1990, e isso deu ainda mais segurança para as empresas privadas fazerem investimento.</p> <p>SD 156 – Houve incorporação pelas multinacionais de um grande número de empresas que existiam aqui no Brasil, muitas dessas parceiras nossas. Então, a Embrapa ficou sem seu braço comercial, que eram empresas privadas, grande parte delas empresas nacionais. Isso contribuiu para que o setor público se afastasse, ou perdesse cada vez mais espaço no mercado de sementes.</p>
T73	<p>SD 157 – Os novos genes de alto valor biotecnológico identificados podem ser transferidos por meio de transformação genética para variedades comerciais de plantas já desenvolvidas.</p>
T74	<p>SD 158 – [...] desenvolvidas para driblar a seca e os solos</p>

	salinizados, flexibilizar as aplicações de fertilizantes e defensivos e elevar o teor nutricional da matéria-prima.
T75	SD 159 – Além disso, é preciso buscar alternativas às práticas que promovem impactos negativos para trabalhadores, comunidades, regiões produtoras e consumidores – grandes desafios para a pesquisa agropecuária.
T76	SD 160 – [...] as pesquisas terão foco na criação de variedades com alta produtividade, menor necessidade de água e fertilizantes, tolerância ao frio e resistência a doenças.
T77	SD 161 – É impressionante a rapidez com que essa tecnologia foi adotada, uma vez que a legislação de biossegurança só foi sancionada em 2005: apenas oito anos para este salto enorme  SD 162 – o número de aplicações [de defensivos agrícolas] subiu três, quatro, cinco vezes nos últimos cinco anos, e, embora o preço dos defensivos não tenha aumentado, o custo total da sanidade aumentou muito, colocando em risco a competitividade dos produtos.

## ANEXO A – MANIFESTO CONTRA O PL 7.735/2017

### De onde brotam os espinhos

Brasília, 11 de novembro de 2014.

Os Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares do Brasil, em nome próprio, representados por suas entidades e entidades parceiras que subscrevem a presente, com base nos artigos 8 'j', 10 'c' da Convenção da Diversidade Biológica, promulgado pelo Brasil no Decreto nº. 2.519/1998, a Convenção 169 da OIT, promulgada no Decreto nº 5.051/ 2004, especialmente em seus artigos, 5, 6 e 7, no Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para Alimentação e Agricultura, promulgado no Decreto nº 6.476/2008, especialmente em seu artigo 9, na Constituição Federal, especialmente nos artigos 215, 216 e 225, no Decreto 6.040/2007, Lei 10.711/2003, Lei 11.326/2006, e Decreto 7.794/2012, vêm a público manifestar repúdio ao Projeto de Lei que tramita na Câmara Federal sob o nº 7.735/2014, encaminhado em regime de urgência pelo Poder Executivo, sob pressão do Ministério do Meio Ambiente, Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação e do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, e denunciar os poderes Legislativo e Executivo Nacionais pela violação aos Direitos dos Agricultores Familiares, Povos e Comunidades Tradicionais, diante dos motivos que passa a expor:

- O Projeto de Lei representa uma nova tentativa de regulamentar o tema do Acesso e Repartição Justa e Equitativa de Benefícios, hoje regido pela MP 2.186-16/2001, que evidencia motivo de preocupação nacional e internacional, especialmente no Brasil, por sua megadiversidade e por ser, historicamente, território de inúmeras formas de expropriação de conhecimentos tradicionais e de recursos naturais.
- A preocupação para com os direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais e de agricultores familiares (considerados como guardiões da biodiversidade e detentores dos conhecimentos tradicionais a ela associados) surge apenas no aspecto econômico e em especial no trato da repartição de benefícios, não considerando o papel fundamental de povos e comunidades tradicionais para o uso sustentável e a conservação da biodiversidade brasileira, os quais constituem os outros objetivos da Convenção da Diversidade Biológica.

- A não observância ao processo de debate internacional quanto à implementação do Protocolo de Nagoya sobre Acesso aos Recursos Genéticos e Repartição de Benefícios, ainda não ratificado pelo Congresso Nacional.
- A incorporação da temática de agricultura e alimentação, quando a referência é o Tratado Internacional sobre os Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e Agricultura/FAO, que também abrange o uso sustentável e a conservação desses recursos, os direitos dos agricultores ao livre uso de suas sementes.
- A ausência de um processo de consulta ampla e da participação formal de organizações representativas de Agricultores, Povos e Comunidades Tradicionais, sem que suas preocupações e contribuições fossem reconhecidas ou incorporadas, desrespeitando o exercício do direito de participação e de resguardo de seus interesses.
- Pela invisibilidade dos sujeitos de direito que representam a força produtiva, a proteção da biodiversidade e da agrobiodiversidade nacional e que detém conhecimentos que são objeto de expropriação territorial e exploração econômica, que foram solenemente ignorados representando de um lado a relação desigual de poderes e de outro o descompromisso do Brasil com a própria legislação nacional quando conflitante com interesses eminentemente econômicos.
- O assédio praticado pela comunidade acadêmica (que se omite em discutir os direitos dos povos e comunidades tradicionais neste processo, e pauta a discussão unicamente para garantir a facilitação do acesso aos recursos genéticos e aos conhecimentos tradicionais associados, atuando na perspectiva da captura do conhecimento sem a divulgação dos resultados) e pela indústria, interessada no desenvolvimento tecnológico a qualquer preço e em altos rendimentos.
- A exclusão do exercício do direito a negar o acesso aos recursos genéticos e aos conhecimentos tradicionais associados, quando o seu próprio é sistematicamente dificultado.
- A participação de organizações que surgem como se representantes dos interesses dos povos e comunidades tradicionais, mas que estão interessadas no lucro líquido obtido a partir da comercialização de produtos originários do acesso a recurso genético ou conhecimento tradicional associado.
- Sem um processo de consulta e participação efetiva dos sujeitos de direito, tem-se uma proposta de legalização unilateral da exploração dos recursos e dos conhecimentos

tradicionais associados, estando estes, relegados a um “obstáculo” a ser superado mediante pagamento ou promessa de pagamento.

Pelos motivos destacados, não é possível aos Agricultores familiares e aos Povos e Comunidades Tradicionais, referendar ou participar de forma limitada e excludente das discussões deste Projeto de Lei que, a pretexto de regulamentar e impe acaba por cercar direitos conquistados a base de luta social.

O Projeto de Lei, tal como apresentado, é o reconhecimento da falência do Estado Brasileiro no combate à biopirataria e na garantia de direitos coletivos, que subserviente a sistemas corporativos industriais e financeiros, desconsidera o papel de povos e comunidades tradicionais, únicos sujeitos que efetivamente desenvolvem estratégias para o uso sustentável e a conservação da diversidade biológica brasileira.

Esta denúncia vem reforçar as denúncias constantes da carta 'De Onde Brotam as Sementes' com as recomendações da sociedade civil ao governo brasileiro, bem como a Carta elaborada pela AS-PTA que marca o posicionamento dos agricultores familiares brasileiros.

Assinam a presente carta:

ASA Brasil

ASA Paraíba

AS-PTA Agricultura Familiar e Agroecologia

Associação Brasileira de Agricultura Biodinâmica

Associação de Agricultura Biodinâmica do Sul

Articulação Pacari de Plantas Medicinais do Cerrado;

Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses;

AS-PTA – Agricultura Familiar e Agroecologia;

Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural – Agapan;

Associação das Mulheres Organizadas do Vale do Jequitinhonha;

Associação dos Agricultores Guardiões da Agrobiodiversidade de Tenente Portela -

AGABIO

Associação Nacional da Agricultura Camponesa;

Articulação Nacional de Agroecologia – ANA;

Associação para o Desenvolvimento da Agroecologia – AOPA;

Antonio Andrioli – UFFS;

Bionatur;

Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e Pela Vida;

Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas – CAA/NM;

Centro de Apoio a Projetos de Ação Comunitária – CEAPAC;

Centro Ecológico;  
Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG;  
Cooperativa Coppabacs – AL;  
FASE – Solidariedade e Educação;  
Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Brasil – FETRAF;  
Fórum Mudanças Climáticas e Justiça Social;  
Fórum Nacional de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos;  
Fundação Mokiti Okada  
Instituto Terra Viva do Brasil de Agroecologia;  
Leonardo Melgarejo - ABA  
Marcha Mundial de Mulheres – MMM;  
Marciano Toledo da Silva – MPA Brasil  
Marijane Lisboa – USP;  
Morada da Floresta;  
Movimento das Aprendizizes da Sabedoria (Benzedores e Benzedoiras, Parteiros, e Costureiras de Rendidura);  
Movimento das Mulheres Camponesas – MMC;  
Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB;  
Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA;  
Movimento Urbano de Agroecologia \_ MUDA;  
Movimentos Sem Terra – MST;  
Núcleo Amigos da Terra Brasil;  
PACS – Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul;  
Paulo Kageyama – USP;  
Rede Brota Cerrado de Cultura e Agroecologia;  
Rede de Sementes Livres Brasil  
Rede Eco Vida de Agroecologia;  
Rubens Onofre Nodari – UFSC;  
Suzi Barletto Cavalli- UFSC;  
Terra de Direitos;  
Via Campesina Brasil;  
Via Campesina Sudamerica;  
Dep. Marcon-PT/RS;  
Rede de Agrobiodiversidade do Semiárido Mineiro;  
Rede Puxirão de Povos e Comunidades Tradicionais

**ANEXO B - GLOBO RURAL NO PERÍODO DE 2003 A 2013 - TEXTOS  
COMPLETOS (CD-ROM)**